

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

## Centro de Ciências Sociais Aplicadas



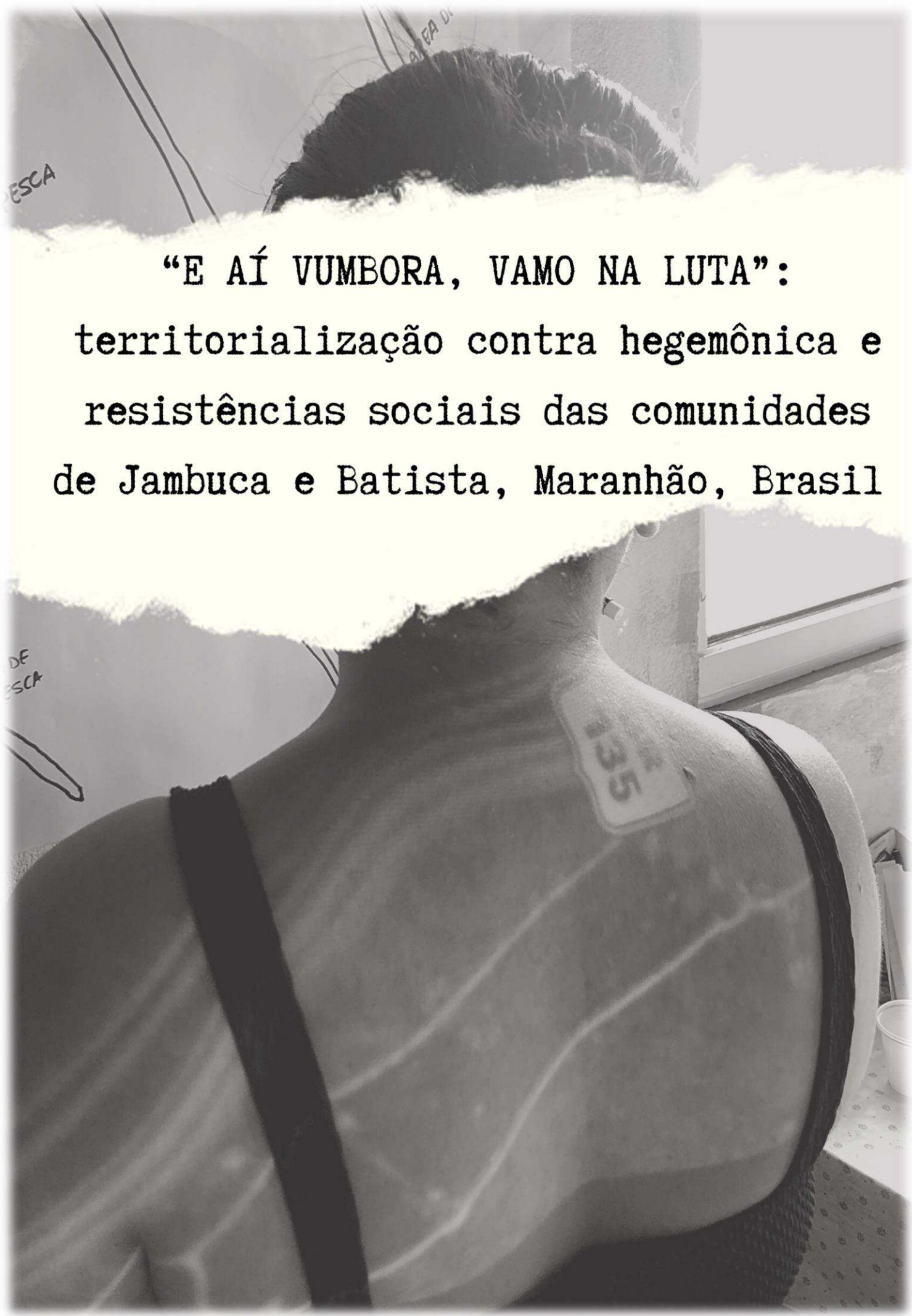
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

**LOHANNE CAROLINE CORREIA  
DOMINGUES**

**“E AÍ VUMBORA, VAMO NA LUTA”:** territorialização contra  
hegemônica e resistências sociais das comunidades de Jambuca e  
Batista, Maranhão, Brasil

# São Luís



“E AÍ VUMBORA, VAMO NA LUTA”:

territorialização contra hegemônica e  
resistências sociais das comunidades  
de Jambuca e Batista, Maranhão, Brasil

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E  
REGIONAL

**LOHANNE CAROLINE CORREIA DOMINGUES**

**“E AÍ VUMBORA, VAMO NA LUTA”**: territorialização contra hegemônica e resistências  
sociais das comunidades de Jambuca e Batista, Maranhão, Brasil

São Luís

2022

**LOHANNE CAROLINE CORREIA DOMINGUES**

**“E AÍ VUMBORA, VAMO NA LUTA”**: territorialização contra hegemônica e resistências  
sociais das comunidades de Jambuca e Batista, Maranhão, Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da  
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito  
parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e  
Planejamento.

São Luís

2022

Domingues, Lohanne Caroline Correia.

“E aí vumbora, vamo na luta”: territorialização contra hegemônica e resistências sociais das comunidades de Jambuca e Batista, Maranhão, Brasil / Lohanne Caroline Correia Domingues. – São Luís, 2023.

169 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett.

1.Desenvolvimento capitalista. 2.Territorialidade. 3.Resistência. 4.Campo de Perizes. 5.Maranhão. I.Título.

CDU: 911.372.2:316.48(812.1)

**LOHANNE CAROLINE CORREIA DOMINGUES**

**“E AÍ VUMBORA, VAMO NA LUTA”**: territorialização contra hegemônica e resistências  
sociais das comunidades de Jambuca e Batista, Maranhão, Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da  
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito  
parcial para obtenção do grau de mestre.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett (Orientador)**

Doutor em Políticas Públicas  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Profa. Dra. Marivânia Leonor Souza Furtado**

Doutora em Geografia  
Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. Dr. Jondison Cardoso Rodrigues**

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido  
Universidade Federal do Pará

## AGRADECIMENTOS

Às professoras, professores e à secretária, Elizete Ferreira da Silva, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA), por todo o suporte e contribuições fundamentais nos estudos e no desenvolvimento das atividades de pesquisa durante todo o mestrado.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett, pelo direcionamento, compartilhamento de seus conhecimentos e cuidado durante todo o processo de orientação da pesquisa, sempre com importantes indicações de leituras e proposições de reflexões, imperiosas para a conclusão da dissertação.

À Profa. Dra. Marivânia Leonor Furtado, pelas importantes contribuições durante todo o caminho percorrido na pesquisa, desde a estruturação até a finalização da dissertação, sempre com valiosas colocações, questionamentos e reflexões.

À líder comunitária A.M.P.S., à sua filha J.S., ao V.A.C. e ao F.S., da Associação de Moradores de Campo de Perizes (AMOCAMPE), pelas conversas, atenção, entrevistas concedidas e acolhimento na minha chegada às comunidades de Jambuca e Batista — pessoas fundamentais durante todo o percurso empírico da pesquisa e para além, pois alimento um grande carinho por todos ali que, junto a mim, concretizaram esta dissertação.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras das comunidades de Jambuca e Batista, pelo acolhimento e disponibilidade durante o desenvolvimento da pesquisa e pela luta cotidiana por trabalho e pela vida.

Aos meus amigos de turma e companheiros desta jornada árdua, Danielle Freitas e Francisco Nogueira Junior, que conseguiram tornar a caminhada bem mais leve, tranquila e feliz, pois conseguimos formar laços para além dos muros da academia, verdadeiros amigos que sempre se ajudaram diante de batalhas individuais travadas durante todo esse período.

À minha amiga Letícia Prazeres, que me incentivou a participar do seletivo do mestrado, acreditando no meu potencial quando nem eu acreditava que poderia dar certo. Sou grata pelo apoio e amizade sempre.

Ao meu companheiro de vida, Ricardo Pestana, que junto dos nossos amados pets, Capitão, Kitty Maria e Fredy, foram compreensivos e sempre amorosos, me acalmando e me tranquilizando nos momentos em que me pegava ansiosa.

Por fim, agradeço à minha tia Núbia Alves, minha irmã, Louise Victória, minha mãe, Cássia Correia, e ao meu pai, Valdigerson, pelo apoio, amor e felicidade diante desta conquista.

*“O importante não é saber quem você é, mas em que lado da luta social você está”.*

Boa Ventura de Sousa Santos



## RESUMO

Esta pesquisa objetiva identificar as estratégias de resistência e articulação política acionadas pelas comunidades tradicionais Jambuca e Batista em Campo de Perizes, Bacabeira, na defesa de suas territorialidades diante da dinâmica de avanço do Capital no Maranhão. A localização do município de Bacabeira, com rede de infraestruturas logísticas (rodovia BR-135, Estradas de Ferro Carajás e Transnordestina, linhas de transmissão de energia, Sistema Italuís) e proximidade com o Complexo Portuário do Itaqui, há muitos anos vem atraindo investimentos nacionais e internacionais ligados à exploração e produção mineral, atividades vinculadas ao agronegócio e a construções de grandes obras de infraestrutura que impulsionam a circulação e reprodução do Capital. O período demarcado como referência para a pesquisa é de 2016 a 2020, em que as primeiras ações coletivas de resistências e articulações políticas foram acionadas e continuaram se reproduzindo diante de ameaças constantes de remoção das comunidades tradicionais. O modelo de desenvolvimento no Brasil, pautado em atrair investimentos nacionais e internacionais que “modernizem” e tragam “progresso” ao país, carregado de contradições e desrespeito aos direitos sociais e étnicos, vem impactando diretamente diversos povos e comunidades tradicionais, esgotando recursos naturais, flexibilizando leis e interferindo em modos de reprodução social. Em tal contexto, Jambuca e Batista fazem parte de uma gama de comunidades tradicionais, em áreas rurais do Maranhão, que vivenciam impactos de grandes projetos de desenvolvimento e criam, de forma antagônica, movimentos de resistência em defesa de seus territórios e encontram, no ato de (r)existir, uma maneira de serem visibilizados para além da ideologia de vazios demográficos. O método adotado para a análise de tais processos tem base no materialismo histórico-dialético (MARX, 2008), pois parte do pressuposto de que a realidade concreta não se apresenta verdadeiramente como é, mas de forma abstrata, sendo o concreto síntese de diversas determinações. A concepção teórico-metodológica da pesquisa combina proposições de Smith (1988a, 1988b) e Harvey (2005, 2014), a respeito da produção capitalista do espaço, apoiando-se em estudos decoloniais de Escobar (2014), Porto-Gonçalves (2012) e Quijano (2002), identidades rurais e territorialidades de Little (2004), Candido (2017), Haesbaert (2007) e Woortmann (1981), bem como processos de resistência social de grupos despossuídos discutidos em Scott (2013), Castells (2018) e Laclau e Mouffe (2015). A dissertação contempla pesquisa bibliográfica, complementada com estudos de caso em publicações científicas e especificada com pesquisa documental oficial e mídias eletrônicas, e a pesquisa direta, efetivada através de visitas e estudo de campo, em que se buscou a caracterização socioespacial das comunidades, com a identificação do território

pelos próprios moradores na produção de mapas coletivos, levantamentos fotográficos e entrevistas com moradores, agentes sociais e gestores públicos envolvidos direta ou indiretamente no conflito pela terra. Os resultados da pesquisa apontam que, mesmo em condições desfavoráveis na correlação de forças na luta pelo território, as ações de resistência e as articulações políticas ocorrem a partir do próprio movimento interno de organização das comunidades de Jambuca e Batista, que usam e buscam múltiplas formas para isso acontecer. O repertório de enfrentamento fica evidente diante de uma militância interna, resultante de ações cotidianas, que procuram envolver e comprometer os moradores na defesa de suas territorialidades.

**Palavras-chave:** desenvolvimento capitalista; territorialidade; resistência; Campo de Perizes; Maranhão.

## ABSTRACT

This research aims to identify the strategies of resistance and political articulation used by the traditional communities Jambuca and Batista in Campo de Perizes, Bacabeira, in the defense of their territoriality in the face of the dynamics of Capital advance in Maranhão. The location of the municipality of Bacabeira, with its logistic infrastructure network (BR-135 highway, Carajás and Transnordestina Railways, power transmission lines, Italuís System) and proximity to the Itaqui Port Complex, have for many years attracted national and international investments linked to mineral exploration and production, activities related to agribusiness and the construction of large infrastructure works that boost the circulation and reproduction of Capital. The period demarcated as a reference for the research is from 2016 to 2020, where the first collective actions of resistance and political articulations were triggered and continued to reproduce in the face of constant threats of removal of traditional communities. The development model in Brazil, based on attracting national and international investments that “modernize” and bring “progress” to the country, full of contradictions and disrespect for social and ethnic rights, has been directly impacting several traditional peoples and communities, depleting natural resources, flexibilizing laws, and interfering in modes of social reproduction. In this context, Jambuca and Batista are part of a range of traditional communities in rural areas of Maranhão that experience impacts from large development projects and create, antagonistically, resistance movements in defense of their territories and find, in the act of (r)existing, a way to be visible beyond the ideology of demographic gaps. The method adopted for the analysis of such processes is based on dialectical historical materialism (MARX, 2008), since it assumes that the concrete reality does not present itself truly as it is, but in an abstract way, being the concrete a synthesis of several determinations. The theoretical-methodological conception of the research combines propositions by Smith (1988a, 1988b), Harvey (2005, 2014) regarding the capitalist production of space, relying on decolonial studies by Escobar (2014), Porto-Gonçalves (2012) and Quijano (2002), rural identities and territorialities by Little (2004), Candido (2017), Haesbaert (2007), and Woortmann (1981), as well as social resistance processes of dispossessed groups discussed in Scott (2013), Castells (2018), and Laclau and Mouffe (2015). The dissertation contemplates bibliographic research, complemented with case studies in scientific publications and specified with official documentary research and electronic media, and the direct research, effected through visits and field study, sought the socio-spatial characterization of the communities, with the identification of the territory by the residents themselves in the production of collective maps, photographic surveys and interviews

with residents, social agents and public managers involved directly or indirectly in the conflict for land. The results of the research indicate that, even under unfavorable conditions in the correlation of forces in the struggle for territory, the actions of resistance and political articulations occur from the internal organizational movement of the communities of Jambuca and Batista, which use and seek multiple ways of doing this. The repertoire of confrontation is evident in an internal militancy, resulting from daily actions, which seek to involve and commit residents in the defense of their territoriality.

**Keywords:** capitalist development; territoriality; resistance; Campo de Perizes; Maranhão.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Localização do município de Bacabeira-MA.....	18
Figura 2	– Moradores elaborando mapa coletivo de suas comunidades .....	27
Figura 3	– Crianças elaborando mapa coletivo de suas comunidades.....	27
Figura 4	– Mapa de localização do Campo de Perizes, Bacabeira-MA .....	32
Figura 5	– Problemas ambientais recorrentes em Campo de Perizes, Bacabeira-MA .....	33
Figura 6	– Mapa das Unidades de Conservação de Bacabeira-MA .....	35
Figura 7	– Localização das comunidades: Jambuca, Batista e 49 .....	36
Figura 8	– Migração para o Campo de Perizes a partir de 1975.....	38
Figura 9	– Mapa de reconhecimento do território pelos moradores de Jambuca e Batista ..	43
Figura 10	– Adolescente e criança pescando em uma pequena vala .....	47
Figura 11	– Porto do Batista .....	48
Figura 12	– Vala das Garças: um dos locais de pesca dos moradores.....	49
Figura 13	– Peixe jejú, pescado no dia 23 de maio de 2022 por moradora local .....	50
Figura 14	– Utensílios e ferramentas de pesca .....	50
Figura 15	– Caminhão de frete aguardando para transportar caranguejo do Batista.....	53
Figura 16	– Carregamento de caranguejos para outras localidades.....	54
Figura 17	– Portão com cadeado na Rua das Garças.....	55
Figura 18	– Canteiro de chão e canteiro elevado com hortaliças no Batista .....	57
Figura 19	– Mapa de uso e territorialização do solo em Jambuca organizado pelos moradores .....	58
Figura 20	– Chiqueiros e galinheiros anexos às moradias.....	59
Figura 21	– Açudes no quintal de moradora na Rua das Garças .....	60
Quadro 1	– Produção de origem animal e vegetal das comunidades de Jambuca e Batista ..	60
Figura 22	– Material produzido pelos moradores em reunião com o ISPN na sede da AMOCAMPE.....	63
Figura 23	– Divulgação de chamada para o Festival do Caranguejo em Jambuca.....	67
Figura 24	– Primeiro Festival do Caranguejo realizado na comunidade de Jambuca.....	68
Figura 25	– Festival do Caranguejo realizado na comunidade de Jambuca em 2022 .....	68
Figura 26	– Dinâmica da organização do espaço pelas comunidades .....	72
Figura 27	– Padrões espaciais de produção de moradias na Rua das Garças .....	74
Figura 28	– Organização dos lotes em Jambuca.....	76
Figura 29	– As mudanças na sede da AMOCAMPE em Jambuca.....	77

Figura 30 – Igreja evangélica em Jambuca.....	78
Figura 31 – Estrutura física da comunidade do Batista .....	79
Figura 32 – Quadro de parceiros da AMOCAMPE.....	83
Figura 33 – Projetos da Vale S/A desenvolvidos nas comunidades Jambuca e Batista .....	85
Figura 34 – Oficina realizada na AMOCAMPE através do projeto <i>Mangues que alimentam vidas</i> .....	86
Figura 35 – Organização territorial do município de Bacabeira-MA.....	97
Figura 36 – Hinterlândia do Porto do Itaqui .....	99
Figura 37 – Localização da Cavan Rocbra em Periz de Baixo, Bacabeira-MA.....	101
Figura 38 – Localização do Porto Mearim em Bacabeira-MA.....	105
Figura 39 – Linha férrea São Luís-Teresina no Campo de Perizes na década de 1950 .....	109
Figura 40 – Malha ferroviária da FTL.....	110
Figura 41 – Interligação Norte e Nordeste a partir de 2023 .....	113
Figura 42 – Identificação de empreendimentos em Campo de Perizes, Bacabeira-MA, 2010.....	117
Figura 43 – Denúncia via rede social da instalação das linhas de transmissão em áreas de comunidades tradicionais no Maranhão .....	121
Figura 44 – Áreas desapropriadas para a implantação da usina siderúrgica em Campo de Perizes, Bacabeira-MA.....	125
Figura 45 – Localização das comunidades em Campo de Perizes, Bacabeira-MA.....	127
Figura 46 – Audiência pública em Bacabeira-MA, 2016 .....	135
Figura 47 – Audiência com a DPE-MA na sede da Associação de Moradores em Jambuca, Bacabeira-MA, 2016 .....	136
Figura 48 – Moradores protestam contra a poluição de minério da empresa Vale .....	141

## LISTA DE SIGLAS

AAE	– Avaliação Ambiental Estratégica
ACP	– Ação Civil Pública
Alumar	– Consórcio de Alumínio do Maranhão
AMOCAMPE	– Associação de Moradores de Campo de Perizes
ANTAQ	– Agência Nacional de Transportes Aquaviários
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	– Rodovia Federal
CAEMA	– Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão
CBSSteel	– <i>China Brazil Xinnenghuan International Investment</i>
CDH	– Comissão de Direitos Humanos
CFN	– Companhia Ferroviária do Nordeste S/A
CNPJ	– Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CSN	– Companhia Siderúrgica Nacional
DIBAC II	– Distrito Industrial de Bacabeira II
DNER	– Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	– Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPE-MA	– Defensoria Pública do Estado do Maranhão
EFC	– Estrada de Ferro Carajás
EIA	– Estudo de Impacto Ambiental
EPE	– Empresa de Pesquisa Energética
EUA	– Estados Unidos da América
Finor	– Fundo de Investimento do Nordeste
FTL	– Ferrovia Transnordestina Logística
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ISES	– Instituto de Socioeconomia Solidária
ISPN	– Instituto Sociedade, População e Natureza
LT	– Linha de Transmissão
MA	– Maranhão
MATOPIBA	– Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
METROREC	– Metrô do Recife
MRN	– Mineração Rio do Norte

OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PACT	– Programa de Apoio a Comunidades Tradicionais
PCP	– Produção de Complexos Portuários
PDE	– Plano Decenal de Expansão de Energia
PIB	– Produto Interno Bruto
PPP-ECOS	– Programa Pequenos Projetos Ecosociais
RESEX	– Reserva Extrativista
SEDEPE	– Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos
SEINC	– Secretaria de Indústria, Comércio e Energia
SEMA	– Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão
SEMUPOR	– Secretaria Municipal de Portos, Indústrias, Comércio, Meio Ambiente e Urbanismo
SINFRA	– Secretaria de Estado da Infraestrutura
TCU	– Tribunal de Contas da União
TLSA	– Transnordestina Logística S/A
TPM	– Terminal Portuário do Mearim
ZEIA	– Zona Especial de Interesse Ambiental
ZEMA	– Zona de Exportação do Maranhão
ZNE	– Zona Especial de Negócios
ZPE	– Zona de Processamento de Exportação



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2</b>	<b>“MORAR AQUI É VIVER”: produção da territorialidade das comunidades Jambuca e Batista em Campo de Perizes, Bacabeira-MA</b> .....	29
<b>2.1</b>	<b>O Campo de Perizes</b> .....	31
<b>2.2</b>	<b>Um pouco da história das comunidades de Jambuca e Batista</b> .....	37
<b>2.3</b>	<b>Relações de produção e solidariedade, família e associativismo</b> .....	45
2.3.1	Relações associativas.....	61
2.3.2	Relações de família.....	64
2.3.3	Relações de solidariedade.....	66
<b>2.4</b>	<b>Autoprodução do espaço, programas sociais e parcerias</b> .....	70
2.4.1	Programas sociais .....	79
2.4.2	Parcerias.....	81
<b>3</b>	<b>NA ROTA DO “PROGRESSO”: a dinâmica do Capital em Bacabeira-MA</b> .....	90
<b>3.1</b>	<b>Sistemas de fixos e fluxos: a instalação do grande Capital no Maranhão e seus desdobramentos empresariais</b> .....	98
<b>3.2</b>	<b>Tempos de incertezas: tendências de novos avanços do Capital em direção à Bacabeira-MA</b> .....	113
<b>4</b>	<b>ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E ARTICULAÇÃO POLÍTICA: as comunidades Jambuca e Batista diante da territorialização do Capital em Bacabeira-MA</b> .....	117
<b>4.1</b>	<b>Ações de resistências empreendidas pelas comunidades na luta pela sua existência</b> .....	131
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	144
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	149
	<b>APÊNDICES</b> .....	159
	<b>ANEXO A – Ofício para serviços topográficos da ZPE em Bacabeira-MA</b> .....	165

## 1 INTRODUÇÃO

Como todo espaço colonizado, o território do Maranhão possui um histórico marcado por violentos momentos de barbáries. O primeiro refere-se aos sangrentos massacres de povos indígenas que se seguiram à chegada dos brancos europeus (CABRAL, 1992), violência estendida ao segundo momento, de escravização de povos africanos e de seus descendentes (PEREIRA, 2001), povos violados em suas condições humana, cultural e econômica. Ainda que diante dessas violências, os escravizados, sejam índios ou negros, nunca se sujeitaram à escravidão, pois, mesmo que parecessem passivos, articulavam estratégias para resistir (SILVA; SANTOS, 2020).

Na contemporaneidade, não é diferente, a lógica moderna — colonialista — vem atravessando territórios e vidas, em que se desenvolve uma mesma perspectiva colonizadora, seja no espaço urbano ou rural. A própria resistência ao neoliberalismo em nível global, bem como no Maranhão, vem sendo construída como uma reação a esse modelo de ordem socioeconômica e política de domínio global. Através de movimentos sociais locais e globais, as redes de resistências sociais vão se formando e se propagando com mecanismos de mobilização, ações e defesas, por vezes, oriundas de processos de resistências cotidianas e de conexões de afeto, construindo narrativas de resistências que podem ensaiar também futuros movimentos sociais.

Assim, são trajetórias de lutas desde tempos mais remotos que contribuíram para conquistas de passos do presente. Concordamos com as autoras Silva e Santos (2020, p. 11) quando afirmam que “nenhuma luta é tão antiga que não possa ser sentida no presente. Lutar se refere a um verbo insubmisso”. No Brasil, na Região Amazônica brasileira, povos e comunidades tradicionais resistem no presente dando seguimento a lutas travadas desde tempos mais remotos, são lutas que vem garantindo suas existências mesmo diante das graves ameaças diante do avanço da fronteira de expansão da produção capitalista na região.

Nesta dissertação, analisamos as estratégias de resistências sociais acionadas por comunidades rurais no município de Bacabeira frente à dinâmica de avanço do Capital mundializado no Estado do Maranhão. Com a lógica do neoliberalismo e da globalização, cada vez mais a expansão do Capital, com o apoio do Estado, avança sobre territórios já consolidados por coletividades humanas que constroem relações de vida, e não de mercadorias.

É nessa perspectiva que se inserem as comunidades de Jambuca e Batista, localizadas no território de Campo de Perizes, município de Bacabeira-MA. Atualmente, compostas por 32 famílias, 8 no Batista “velho”, 14 na Rua das Garças (pertencente ao território

do Batista) e 10 em Jambuca, vivem basicamente do extrativismo, sobretudo da pesca, criação de animais de pequeno e médio porte e do cultivo de culturas temporárias, onde vivem em constante defesa de seus territórios e seus modos de vida.

No Brasil, desde o pós-64, com a crise do “milagre econômico brasileiro”, vêm se executando políticas governamentais hegemônicas de desenvolvimento econômico por meio de estratégias de modernização do setor agrícola como forma de superar o “atraso” nos modos de produção do país, visando, assim, tornar a agricultura subordinada à indústria e instaurar o “moderno”. Esse processo significou a viabilização para a produção e a exportação de *commodities* agrícolas, intensificando pressões por diferentes frentes: pecuária, madeireira e soja, complementado por problemas estruturais como questões fundiárias, exploração de recursos naturais desenfreados e mudanças de uso da terra de famílias tradicionais. Além disso, há a conformação de um outro momento hegemônico do Capital, o rentista, financeiro.

Trata-se de uma transformação econômica e da geopolítica mundial, onde o dinheiro passa a representar diferentes facetas do “Capital” atribuído ao valor (meio de pagamento, de financiamento e também de mercadoria), a circulação do capital financeiro toma destaque diante dos processos de movimentações, onde o sistema financeiro não vai respeitar limitações físicas de produção e acumulação do Capital, pelo contrário, adquire fluidez construída em bases de redes de informação, desenvolvimento de tecnologias, bancos, fundos e tudo que envolve a canalização de fluxos de Capital (HARVEY, 2018).

O Estado do Maranhão, dentro da lógica desenvolvimentista, vai lidar com várias problemáticas provenientes dessa política de âmbito nacional e mundial em um governo cívico-militar, visto que a necessidade emergente passa a ser a disponibilidade de terra. Sendo urbana ou rural, a terra ocupa lugar de discussão central na sociedade, pois os capitais sempre estiveram associados à detenção da terra enquanto patrimônio, e isso vai agravar ainda mais as desigualdades no Brasil (MARICATO, 2012).

Em 1969, a Lei de Terras, durante o Governo Sarney, foi “um verdadeiro mercado de terra no Maranhão” (BARBOSA *et al.*, 2011, p. 3), responsável por vários problemas e transformações sociais no campo e, sobretudo, na vida de famílias rurais. A terra, no Maranhão, combinada com o Capital, passou a atrair investidores econômicos de dentro e fora do estado, fato que intensificou diversos conflitos agrários que repercutem até os dias atuais.

A partir dos anos 1970, a penetração e os avanços da força do Capital no campo maranhense, por meio da implantação de infraestrutura de logística e megaprojetos industriais de exportação e escoamento de mercadorias para outros países, vão desencadear diversos problemas internos, como concentração de terra e renda, desemprego, problemas ambientais,

expropriação de modos de produção, apagamento da memória coletiva dos moradores, e inviabilizar o modo de vida tradicional, alterando a paisagem local e interferindo nas economias de base social das famílias locais.

As instalações desses empreendimentos, tais como os Portos do Itaqui, da Vale e do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), Estradas de Ferro Carajás e Transnordestina, termelétricas, hidrelétricas etc., vão provocar o surgimento de diversos conflitos pela terra, uma vez que o Capital, mediante empreendimentos de maneira predatória, avança em um processo de desterritorialização de coletividades tradicionais, violentando a terra e corpos por meio da velocidade de avanço do Capital e do agronegócio.

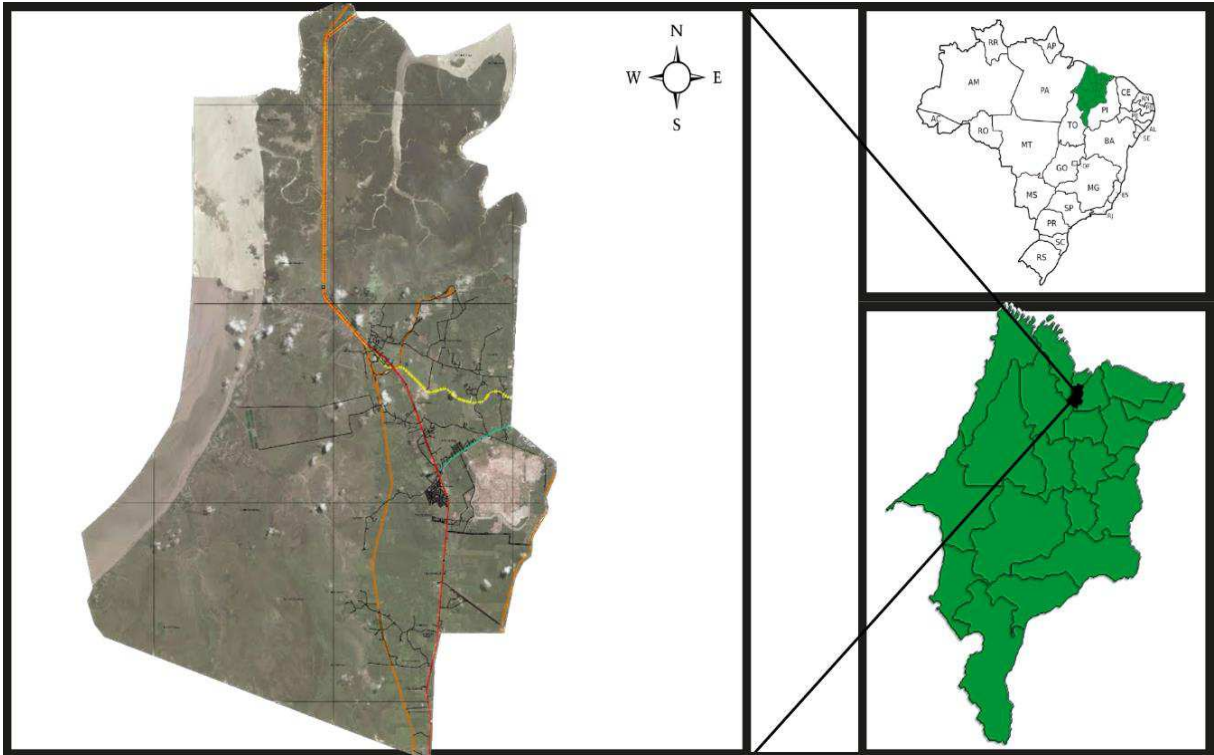
O território é, assim, o ponto de partida de lutas travadas entre diferentes lógicas de usos e apropriação da terra. De acordo com Haesbaert (2007), o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, ou seja, no múltiplo de poderes e múltiplo de sujeitos envolvidos em sua construção. O autor afirma que “tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

As lutas e resistências sociais, nesse contexto, surgem de maneira antagônica ao modelo de desenvolvimento colonialista, neoextrativista, que tenta, a todo modo, afirmar o seu domínio em âmbito global, aniquilando coletividades humanas, inviabilizando os seus direitos de existir e de continuar mantendo a sua reprodução de vida da forma que escolheram. Por isso, para existir, precisam resistir.

No Maranhão, desde 2001, o Governo do Estado vem demonstrando interesse em fortalecer alianças com empresários chineses por meio da construção de grandes empreendimentos industriais (derivados do Programa Grande Carajás), que visam ao crescimento e fortalecimento da economia do estado e à elevação significativa de exportação de *commodities* para a China. Vale ressaltar que, segundo dados do segundo trimestre de 2020 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Brasil é o maior exportador de *commodities* e a China a maior importadora (BRASIL, 2022a).

O município de Bacabeira, nesse aspecto, configura-se como uma importante região para a implantação de projetos voltados a políticas de “desenvolvimento” econômico do Estado do Maranhão e do cenário nacional (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município de Bacabeira-MA



Fonte: Adaptada da base cartográfica SEMUPOR (2022).

Bacabeira conta com uma localização estratégica para a capital (São Luís) e para o continente, com uma infraestrutura de logística com acesso a duas ferrovias (Estrada de Ferro Carajás – EFC e Ferrovia Transnordestina) e a rodovia BR-135, que facilita o escoamento de mercadorias para o Porto do Itaqui e para outros países como os Estados Unidos da América (EUA) e continentes como Ásia e Europa, além de linhas de transmissão (LTs) que alimentam indústrias na capital São Luís e adutora do Italuís.

Em 2010, o município receberia, em seu território, a Refinaria *Premium I*, que se tratava de um importante projeto para a dinâmica econômica do Brasil atrelada ao refino do petróleo, mas que não chegou a se efetivar, sendo cancelado em 2015, mesmo ano em que um novo empreendimento é vislumbrado para Bacabeira. Tratava-se, então, de uma siderurgia chinesa a ser financiada com capital da empresa *China Brazil Xinnenghuan International Investment* (CBSteel)<sup>1</sup>.

O Campo de Perizes é, assim, atravessado por toda essa infraestrutura de logística que facilita o escoamento da produção no estado até o Porto do Itaqui. É também uma área bastante afetada pela extração de madeira, atividades de mineração, pedreiras e caça ilegal —

<sup>1</sup> A CBSteel é uma empresa vinculada a projetos de infraestrutura, cuja atividade econômica principal está ligada à produção de laminados longos de aço, exceto tubos (CHINA-BRAZIL BUSINESS COUNCIL, 2016).

atividades que colocam em risco toda uma biodiversidade existente no lugar. Com alta predominância de manguezal e com acesso a rios e ao mar, Campo de Perizes é um território provedor de recursos para a reprodução de diversas famílias, tais como as das comunidades de Jambuca e Batista, onde estão localizadas e retiram os seus meios de provisão do local, e para outros grupos sociais que também utilizam periodicamente as áreas dos campos.

Campo de Perizes contempla processos de territorialização diante de diferentes grupos sociais com demandas e interesses em sua apropriação, sobretudo enquanto fonte de recursos naturais e de estoque de terra. De um lado, temos a territorialização de comunidades rurais que constituíram as suas territorialidades nos campos e valoram a sua importância cotidianamente, pois é fonte de trabalho, provisão, da família e da vida. De outro lado, temos a territorialização do Capital, legitimado pelo próprio município e pelo Estado regulador de leis e normas, que destina esse território a uma Zona de Expansão de Negócio para receber médios e grandes empreendimentos, transformando-se em um conflito de usos que se desdobra em discursos e ações de “modernização” e “desenvolvimento”.

As comunidades de Jambuca e Batista, situadas em Campo de Perizes, vivenciam a ameaça de expropriação dos seus territórios em face da transformação em uso comercial e da localização do Distrito Industrial de Bacabeira II (DIBAC II) que invadem seus territórios através de Decretos e Leis criadas para a expansão de negócio para Campo de Perizes, situação que ensejou o processo de desapropriação dos moradores em 2016, ainda indefinido. Esses fatores interferem na reprodução das famílias, no trabalho familiar cotidiano, no sustento da pesca e da cata do caranguejo, da criação de pequenos e médios animais, nas relações com o território, nas relações sociais, com a biodiversidade local e toda uma estrutura de vida já consolidada, restando como única alternativa a resistência, travada na defesa do território fonte de provisão e de modo de vida tradicional.

Convém ressaltar que, assim como os conflitos se dão em escalas diferentes, a luta também, mas apenas algumas lutas se fazem interescares, dialógicas e solidárias. Trataremos aqui da resistência social não homogeneizada pelos movimentos sociais, ou seja, são lutas que não chegam a ter destaque nos cenários nacional ou internacional, mas por meio da luta local (FABRINI, 2006), utilizando o território e forças locais como possibilidade de construção da autonomia e ferramenta de luta. Trata-se, assim, da luta pelo território e no território, criando mecanismos de resistências a partir do cotidiano, dentro dos espaços das comunidades que se desdobram em organizações e mobilizações coletivas em defesa do território comum.

A seleção das comunidades Jambuca e Batista em Campo de Perizes, como campo empírico, deu-se em função da diversidade de formas de resistência e articulação política das

comunidades em oposição a toda uma infraestrutura de projetos que ameaçam a territorialidade das 32 famílias, com a ação de desapropriação por parte do Governo do Maranhão. Além disso, diferentemente de outros conflitos em grande escala no Maranhão, as comunidades Jambuca e Batista não tiveram tanto destaque nas discussões em torno do conflito pelo território, foram poucas as fontes de comunicação que divulgaram — entre eles, o *The Intercept Brasil*<sup>2</sup>, com o artigo *Negócios da China: como a grana da China desaloja pobres no Maranhão – com o aval de Flávio Dino*, material com o qual nos deparamos e tivemos conhecimento prévio sobre essas duas comunidades antes de dar início à pesquisa.

Na área acadêmica, só foi possível encontrar uma monografia elaborada por uma moradora, filha da terra de Jambuca, que estudou os impactos ambientais provocados pela Vale S/A em seu território. Então, percebemos que, apesar de o município de Bacabeira ter se tornado palco de inúmeros conflitos com a Refinaria *Premium I* da Petrobras, resultando em inúmeros trabalhos, como sobre as comunidades de Salva Terra e Santa Quitéria. Contudo, não havia referências a respeito das comunidades de Jambuca e Batista. Foi, inclusive, pesquisando outra área de conflito durante o curso de especialização, em 2018/2019, que obtive mais informações e contatos das comunidades.

Por isso, esta pesquisa torna-se importante no sentido de tentar revelar e capturar elementos de naturalização diante da chegada dessas empresas capitalistas em territórios de comunidades e povos tradicionais. Faz-se necessário, também, dar visibilidade aos grupos sociais engajados nessa luta em arena pública, pois acreditamos ser de grande relevância para o enfrentamento das ameaças.

Nessa perspectiva, a pergunta de partida que envolve o desenvolvimento desta pesquisa é: *dada a disparidade política e econômica dos interesses capitalistas em relação ao Campo de Perizes, quais estratégias de resistência e de articulação política têm sido empreendidas pelas comunidades Jambuca e Batista, em defesa de suas territorialidades perante as ações do Estado?*

Em complemento a essa questão central, levantamos algumas questões secundárias ao problema de pesquisa, a saber: Quais os atores sociais e suas finalidades para com o território inserido no conflito? Como e quais as principais formas de resistência das comunidades de Jambuca e Batista? Por fim, quais alianças cruzadas permitem visibilidade às ações de resistência empreendidas pelas comunidades?

---

<sup>2</sup> Artigo completo publicado em: FELIPE, Sabrina. Negócios da China: como a grana da China desaloja pobres no Maranhão – com o aval de Flávio Dino. **The Intercept Brasil**, São Paulo, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/17/governo-flavio-dino-china-maranhao>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Para tanto, adotamos o materialismo histórico-dialético, que, segundo Marx (2008), devemos operar da seguinte forma para atingir o conhecimento completo da realidade:

[...] fragmentamos progressivamente a realidade, atomizando-a, e passando a conceitos cada vez mais simples. [...] pode-se substituir uma visão caótica da realidade constituída de abstrações por um sistema de conceitos e de determinações logicamente sistematizados. (MARX, 2008, p. 26).

Esse método científico parte do pressuposto de que a realidade concreta não se apresenta verdadeiramente como é, mas de forma abstrata, em que:

[...] o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso [...]. Por isso, o concreto aparece no pensamento como um resultado e não como um ponto de partida. O conhecimento obtido desse modo é uma verdadeira reprodução da realidade [...]. (MARX, 2008, p. 26).

Para análise da produção social do espaço, produzido, nesse caso, de maneira desigual, é necessário compreender essa categoria tomando como base a origem das escalas geográficas. Por meio da compreensão da escala (regional, nacional, internacional), entende-se o sentido real da dispersão, da “descentralização”, da “reestruturação espacial”, utilizando a dialética da diferenciação e igualização para obter as reais escalas espaciais produzidas pelo Capital e, conseqüentemente, o desenvolvimento desigual (SMITH, 1988a).

As formas pelas quais a dinâmica capitalista se apropria da dimensão espacial resultam, sobretudo, em produção de desigualdades geográficas. Sob o capitalismo, há uma preocupação permanente, que envolve a criação de infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do Capital (HARVEY, 2005, 2014). O desenvolvimento capitalista é, assim, intrinsecamente marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias e apresenta uma peculiar espacialidade de sua riqueza, que envolve processos de homogeneização, polarização, integração e hegemonia (BRANDÃO, 2004).

Restrito unicamente a esse viés econômico, o Capital é ampliado por meio de injustiças, violências, devastações e tragédias no sistema-mundo moderno-colonial, o qual nos é imposto. O discurso da modernidade não consegue enxergar a colonialidade que lhe constitui (PORTO-GONÇALVES, 2012). Para Quijano (2002), o capitalismo colonial-moderno, que surge com o processo de globalização, passa a atuar como novo padrão de poder mundial, cujo domínio parte da expansão europeia para a América, com dominações coloniais estabelecidas, resultando em uma classificação social fundada na ideia de raça em países colonizados.



O conhecimento eurocêntrico, dessa forma, solidifica-se diante dos saberes negados de povos indígenas, negros e mestiços, reduzidos a categorias inferiores. Constitui uma relação de poder e superioridade em todos os campos da vida, abarcando diferentes culturas, direitos fundamentais, entre outros aspectos da vida humana, em que “o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento” (QUIJANO, 2002, p. 4).

Ademais, para refletir a respeito do objeto de estudo inserido nessas políticas desenvolvimentistas desiguais, é necessário se atentar à lógica de desenvolvimento da escala regional e como se deu no Estado do Maranhão. A dinâmica socioeconômica do Maranhão do século XX reflete bem a ação do Estado brasileiro sob diferentes aspectos. Em particular nas políticas de desenvolvimento regional, operacionalizadas com o intuito de apressar o desenvolvimento econômico, buscou corrigir distorções setoriais e regionais e garantir o processo de reprodução ampliada do Capital (MESQUITA, 2011).

O Estado planeja e adequa a legislação e o próprio espaço para atrair uma gama de projetos visando ao desenvolvimento econômico do país, desdobramentos do Projeto Carajás. Trata-se de projetos que objetivam explorar, industrializar e/ou exportar os recursos minerais da Amazônia Oriental e promover a inserção da região na dinâmica capitalista moderna, em que a chegada dos equipamentos de infraestrutura e das grandes indústrias no Maranhão implicou a expulsão de povoados rurais, fortes impactos ambientais, alterações no modo de vida dos moradores e ameaças constantes de novas expropriações (SANT’ANA JÚNIOR; SILVA, 2009).

Nesse aspecto, o processo de industrialização do Maranhão foi impulsionado por grandes projetos: Porto do Itaqui, Projeto de Ferro Carajás e Projeto do Alumínio. O Porto do Itaqui torna-se um empreendimento fundamental no escoamento de grande parte da produção de *commodities*, conta com características singulares que o torna um dos principais portos do mundo, visto que as suas condições físicas e geográficas permitem a ancoragem de grandes navios em face à profundidade da Baía de São Marcos e à sua proximidade com os principais mercados mundiais (EUA, Ásia e Europa). Além disso, a presença do Estado como mediador desses projetos foi determinante na condução do Capital transnacional e das oligarquias locais (BARBOSA *et al.*, 2011).

Nesta pesquisa, também trabalhamos com as categorias de resistência e articulação política, tendo como referência os autores Scott (2013), Fabrini (2006), Castells (2018) e Laclau e Mouffe (2015). Esses autores contribuem para localizar a dimensão da luta e as diferentes ações e estratégias coletivas estabelecidas pelos agentes sociais em mobilização. Sendo assim,

há diferentes formas de resistência dos grupos sujeitos à dominação social; entre os dominados, há um discurso escondido contraposto em tudo ao seu discurso público.

Portanto, o que aparentemente é uma resistência passiva não é; pelo contrário, é ativa e tem um potencial de revolta que torna o discurso oculto extremamente eficaz em circunstâncias propícias à sua expressão pública (SCOTT, 2013). Como dito anteriormente, a resistência ocorre a partir de forças locais articuladas em conjunto, com características e manifestações relacionadas à economia, cultura, costumes, política, relações de parentesco e vizinhança, compadrio, relações familiares, entre outras (FABRINI, 2006).

É imperioso ressaltar que o caráter político das lutas não se restringe às demandas situadas no nível de partidos ou do Estado. Refere-se a um tipo de ação cujo objetivo é a transformação de uma relação social que constitua um sujeito em uma relação de subordinação que também pode se transformar em lugar de antagonismo (LACLAU; MOUFFE, 2015). Para os autores, a estratégia de articulação de sujeitos políticos se dá por meio da relação entre diferentes sujeitos reunidos diante de um “ponto nodal”, uma relação construída de um “nós” contra “eles”, criando um antagonismo na luta.

Os vínculos familiares e grupos sociais que se relacionam em função do patrimônio familiar e constroem um modo de vida e de trabalho são pautados pela constituição de laços familiares e de vizinhança. Essas características e particularidades nos leva a identificar, no meio rural brasileiro, os camponeses (WANDERLEY, 2015).

É nesse aspecto que a campesinidade se faz importante nesta discussão, pois não limita o entendimento do campesinato à “pequena produção”, ou seja, evidenciando os bens materiais da família, mas, pelo contrário, parte da produção cultural da família enquanto valor — daí o valor-família, que é “uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” (WOORTMANN, 1990, p. 13).

Diante disso, entender as dinâmicas socioterritoriais é de extrema importância, ao contrário do pensamento que opera em dicotomias. A sociedade e território são indissociáveis visto que toda sociedade, ao se constituir, o faz constituindo o seu espaço, habitat, território. Sociedade é também espaço, constituída por homens e mulheres em sua materialidade corporal que necessita dos elementos naturais ofertados pelo espaço para a sua existência (PORTO-GONÇALVES, 2012).

O território é trabalhado na perspectiva de dupla conotação, é material e simbólico; de um lado, tem a ver com dominação e, de outro, com apropriação, em que aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo podem inspirar identificação, carregada de marcas simbólicas por parte

daqueles que o vivem, ou seja, pautado em um valor de uso, e não de troca (HAESBAERT, 2007).

Além disso, o território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para o seu surgimento, é preciso levar em consideração a territorialidade de um grupo social, baseada no esforço coletivo de ocupar, controlar, usar e se identificar com uma parcela do seu ambiente biofísico, e isso vai refletir em uma multiplicidade de expressões e produção de um leque amplo de territórios com particularidades socioculturais (LITTLE, 2004).

As comunidades tradicionais, por exemplo, estão relacionadas à dependência com a natureza e seus ciclos naturais, a partir dos quais constroem um modo de vida; possuem a noção de território onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; valorizam as atividades de subsistência, as moradias e a territorialização do território por várias gerações; dão importância à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para a realização de atividades econômicas ou culturais em coletivo, entre outras características (DIEGUES, 2008). Também incorporam identidades coletivas pautadas em uma mobilização continuada, ou seja, por meio da coesão de solidariedade em face antagônica a situações extremas de conflito, criando unidades de mobilização (ALMEIDA, 2004).

Quanto à autoprodução do espaço, nos apropriamos de Woortmann (1981), que vai tratar das formas de ocupações e da autoprodução da vida de comunidades rurais, demonstrando a influência das relações que partem do núcleo familiar para o espaço externo e evidenciando como as relações de vizinhança, solidariedade, compadrio se expressam na materialização de relações e interações entre os membros e seus ambientes, seja a casa ou mesmo a definição de um lote para abrigar um novo núcleo familiar.

A fundamentação teórica contempla, ainda, as particularidades bacabeirenses que contribuem para situar as comunidades de Jambuca e Batista. Nessa perspectiva, o município de Bacabeira surge em meio a um contexto político de contradições entre a realidade territorial e as suas condições de infraestrutura para que fosse emancipado do município de Rosário. Um desmembramento que refletiu em conflitos desde a sua gênese, assumindo um importante destaque no estado por sua localização e por ser considerada uma região com disponibilidade de terras em meio a “vazios demográficos” (SILVA, 2014).

Desse modo, esses estudos foram complementados com publicações científicas e especificados com pesquisa documental, como: o Processo nº 397-93.2016.8.10.0115, ação de desapropriação; o Decreto nº 31.312/2015, referente à criação do DIBAC II; o Plano Diretor do Município de Bacabeira de 2007; a Lei Orgânica do Município de Bacabeira de 1997; a Constituição Federal de 1988; a Lei nº 6.187/1994, que cria o município de Bacabeira; a Petição

Inicial/Ação Civil Pública (Processo nº 397-93.2016.8.10.0115); o Relatório da EDP Energias do Brasil de 2020, com caracterização socioambiental e avaliação de impacto na comunidade de Campo de Perizes; o Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica (AEE) de Bacabeira de 2007; o Relatório de Fiscalização Sintético do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2008 e fotografias cedidas pela Associação de Moradores de Campo de Perizes (AMOCAMPE).

No que tange às mídias eletrônicas a respeito do conflito em Campo de Perizes, poucos materiais foram encontrados, no entanto contam com informações e dados de extrema importância, tais como: artigo publicado no jornal eletrônico *The Intercept* Brasil, intitulado *Negócios da China: como a grana da China desaloja pobres no Maranhão – com o aval de Flávio Dino*; notícias veiculadas no *Instagram* do Justiça nos Trilhos (@justicanostrilhos); reportagens de TV com entrevistas, noticiando o conflito no Jornal Repórter Maranhão da TV Brasil<sup>3</sup> e na TV Guará.

A pesquisa direta, efetivada através da pesquisa de campo, contempla a caracterização socioespacial das comunidades, com levantamentos cartográficos e fotográficos e entrevistas com moradores, procedimento estendido aos agentes sociais e gestores públicos envolvidos direta ou indiretamente no conflito pela terra, a saber: o então secretário da Secretaria Extraordinária de Atração de Investimentos do Estado do Maranhão, o então técnico geógrafo da Secretaria Municipal de Portos, Indústrias, Comércio, Meio Ambiente e Urbanismo (SEMUPOR) de Bacabeira e com a Analista de Relações com a Comunidade (ARC) da empresa Vale, no entanto, não obtivemos retorno referente as questões levantadas em entrevista).

Dessa forma, buscamos contextualizar o processo e identificar os conflitos socioambientais, utilizando um olhar mais antropológico e identificando os atores sociais envolvidos, os recursos ambientais e suas relações, apoiado nos estudos de Ecologia Política (LITTLE, 2006), com foco nas iniciativas das comunidades para a constituição da resistência e defesa do território comum.

Em face da essência da Ecologia Política, será possível apresentar, nesse campo de pesquisa, cenários em que há vulnerabilidade de territórios e de coletividades humanas, bem como compreender contextos de injustiça ambiental diante de comunidades tradicionais impactadas em nível social e ambiental pelo racismo ambiental de empreendimentos econômicos ligados a uma gama de infraestruturas viárias e industriais no município de Bacabeira-MA.

---

<sup>3</sup> FAMÍLIAS do Campo de Perizes tentam reverter ordem de despejo. São Luís: TV Brasil, 2016. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Isaías Rocha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0L9OWP0rEic&t=1s>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Os procedimentos de construção dos dados foram realizados com a visita de campo às comunidades, em abril de 2021, onde se iniciou o primeiro contato com a líder comunitária, A.M.S. Nesse momento, desenvolvemos uma conversa despretensiosa, para proporcionar os primeiros laços de fala e escuta. Devido à pandemia em 2020, as idas às comunidades foram postergadas, o que não impediu de mantermos contato via *WhatsApp*. De abril de 2021 a maio de 2022, retornei com mais frequência e, aos poucos, pude construir laços de segurança junto a eles. Em certos momentos, já estava sendo convidada para participar de ações organizadas pelas comunidades, como oficinas na AMOCAMPE, e para mediar o contato entre elas e rádios a fim de divulgar seus projetos sociais e ações práticas de limpeza do mangue.

Em 2022, retornei para completar a pesquisa de campo, com organização junto à dinâmica de tempo dos moradores, e definimos o dia certo de ir. Pude aplicar questionários semiestruturados (roteiro de perguntas abertas) para coletar informações a fim de conseguir construir, em conjunto, a caracterização socioespacial das comunidades de Jambuca e Batista. Foram 53 perguntas sobre os temas: produção, núcleo familiar, trabalho, cotidiano, vizinhança e relações de parceria. Das 39 famílias, foram entrevistadas 17, distribuídas em Jambuca, Batista e na Rua das Garças. Das 17 famílias visitadas, 9 tinham mulheres chefes de família, uma amostra que reflete o papel fundamental das mulheres na liderança não só de suas famílias, mas na luta de frente pelo território. São mulheres que estão à frente da liderança na Associação de Moradores de Campo de Perizes e são as mulheres que mais participam das atividades organizadas e realizadas pelas AMOCAMPE.

Em complemento à caracterização socioespacial, realizamos um momento de mapa coletivo na Associação de Moradores, onde os próprios moradores identificaram os seus territórios, as suas atividades no cotidiano, a sua produção do espaço e representações dos seus modos de vida e as contradições existentes. Nesse momento, participaram apenas moradores de Jambuca e do Batista (conhecido como “Batista velho”); não compareceu nenhum morador da Rua das Garças, apesar da importância da participação deles. Os demais moradores, em número maior de mulheres e crianças (Figura 2), conseguiram identificar todas as características que envolviam os moradores, famílias, moradias, trabalho etc. da Rua das Garças, cujas matrizes também foram definidas por eles.

Figura 2 – Moradores elaborando mapa coletivo de suas comunidades



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A atividade desenvolveu-se da seguinte forma: foram utilizadas imagens aéreas do *Google Earth* como base projetada através de um *Datashow* na parede. Colamos papéis brancos na parede, com tamanho aproximado do formato A1, e pedimos que os moradores presentes mostrassem, através de um mapa criado por eles, o seu território (Figura 3). Compareceram cerca de 10 moradores; entre eles, havia apenas dois homens adultos, Sr. Dominó e Sr. Felix (atualmente o morador mais antigo).

Figura 3 – Crianças elaborando mapa coletivo de suas comunidades



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

As crianças tiveram papel fundamental na identificação, uma vez que participaram efetivamente da dinâmica e conseguiram demonstrar os seus locais de lazer, brincadeiras e

moradia. A elaboração desse mapa coletivo proporcionou momentos de descontração, assim como demonstrou o conhecimento com propriedade dos seus territórios. Um exemplo disso é que todas as moradias foram identificadas pelos nomes dos seus moradores, e isso demonstra as próprias relações de amizade, vizinhança, compadrio e familiares presentes entre eles e o território comum. O produto resultou em três mapas que ficam na AMOCAMPE, pois serão plastificados.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, além desta Introdução e das Conclusões.

O primeiro capítulo diz respeito à produção da territorialidade de comunidades tradicionais no território de Campo de Perizes, em Bacabeira-MA. Para tanto, trabalhamos conceituações que complementam tudo o que foi observado e coletado durante as pesquisas de campo. Além disso, realizamos uma breve caracterização do território de Campo de Perizes, dando enfoque, sobretudo, à sua importância como um ecossistema, reforçando a sua riqueza ambiental e provedora de recursos para muitas famílias. Nesse capítulo, abordamos a história de territorialização das comunidades de Jambuca e Batista e realizamos a sua caracterização socioespacial no intuito de compreender a construção da territorialidade dessas comunidades através de seus aspectos históricos e sociais na edificação de suas identidades e sua produção material.

No segundo capítulo, tratamos do movimento de expansão do Capital no território de Bacabeira. Para tanto, fizemos um percurso que se inicia com a própria discussão em torno da expansão do Capital mundializado, bem como apresentamos o cenário brasileiro diante de um país inserido nessa lógica e como o avanço do Capital vai se estender aos estados — nesse caso, o Maranhão — e suas consequências. Em seguida, relacionamos a dinâmica de avanço ao município de Bacabeira, enquanto uma das regiões de importante destaque dentro das políticas de desenvolvimento do Estado do Maranhão e da dinâmica econômica.

Por fim, no terceiro e último capítulo, apresentamos as transformações ocasionadas pelos grandes projetos de infraestrutura e industriais no território de Campo de Perizes e como isso se desdobrou em diversos impactos e ameaças às territorialidades das comunidades de Jambuca e Batista, que, pelo simples fato de serem comunidades tradicionais, já se encontram ameaçadas. Diante dessas ofensivas, os moradores se mobilizaram na luta e ainda persistem, acionam repertórios de resistência na tentativa de preservar a sua reprodução de vida, manter os seus territórios e defender os seus, pois estão, assim, defendendo a sua sobrevivência e tudo aquilo que lhes confere significado, não só para eles, mas sendo guardiões de territórios que contribuem também para a reprodução de outras famílias.

## 2 “MORAR AQUI É VIVER”: produção da territorialidade das comunidades Jambuca e Batista em Campo de Perizes, Bacabeira-MA

Quando se trata de territorialidade, subtende-se relacionar ao território e ao modo de vida de um grupo social. Nesse contexto, a noção de território leva em consideração a formação a partir do espaço geográfico ocupado, onde há, por parte de seus ocupantes, construção e desenvolvimento do modo de vida local, relacionado com questões culturais, religiosas e sociais que contribuem na produção e na reprodução desse mesmo território e, conseqüentemente, desse grupo social.

Para Marx (2008), o indivíduo na sociedade é um resultado histórico, e não da natureza. A produção material, objeto de estudo do autor, em que indivíduos produzem em sociedade, é, portanto, a produção dos indivíduos determinada socialmente e, por certo, é o ponto de partida. Esse processo histórico de produção material é “organizado de uma maneira complexa e diverge em diversas determinações” (MARX, 2008, p. 240), e toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. (MARX, 2008, p. 47).

Haesbaert (2007, p. 21) configura o território como mediação espacial que está relacionada com poder, o que não se restringe ao poder político, mas no sentido também de “dominação”, “quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico de apropriação”. Para chegar a essa conceituação, o autor utiliza Henri Lefebvre, que distingue apropriação de dominação, ou seja, a discussão em torno da disputa pelo território se desdobra tanto no poder no sentido mais concreto e funcional, vinculado à dominação (valor de troca), quanto no sentido mais simbólico (apropriação) através das marcas do “vivido” (valor de uso).

[...] enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades. (HAESBAERT, 2007, p. 21).

Na dinâmica de acumulação capitalista, a dominação de um território pelo aparato estatal-empresarial se impõe diante da perspectiva de apropriação, transformando-o em uma



mercadoria do sistema capitalista e impossibilitando a “reapropriação” daqueles que verdadeiramente construíram o território por meio de sua apropriação (HAESBAERT, 2007).

Sobre a produção do território, Haesbaert (2007) nos apresenta a perspectiva de Lefebvre enquanto um espaço-processo constituído socialmente, ou seja, é sempre produzido enquanto espaço concebido, percebido e vivido. Ao contrário do que Raffestin (1993, p. 144) concebe como território, “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Nessa perspectiva, para o autor, o espaço é uma matéria-prima anterior a qualquer ação preexistente, isto é, vem antes do território; por isso, este se apoia no espaço. As relações materiais estabelecidas pelo homem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações. É assim: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 47).

Nesse contexto, o território enquanto *continuum* inserido em um processo de dominação político-econômica transita, também, pela apropriação mais subjetiva e cultural-simbólica, possibilitando trabalhar na multiplicidade de suas manifestações. Para tanto, é preciso levar em conta três vertentes que caracterizam o território e o poder, para Haesbaert (2007): a cultural, remanescente da apropriação e do valor simbólico de um grupo em relação ao seu espaço vivido; a econômica, fonte de recursos e de embate entre as classes sociais e a relação Capital-Trabalho; e a política, delimitada e controlada por meio do poder exercido de caráter político-estatal.

É a partir desses conceitos que o autor nos apresenta como os grupos sociais se organizam no espaço (território), o concebem e dão significado a ele:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também as relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Assim, o território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico. É funcional porque dispõe de “recursos naturais” e “matérias-primas”, que têm a sua importância de acordo com o modelo de sociedade, e é simbólico porque há produção de “significados”.

Concordamos, ainda, com Little (2004) quando fala que, no Brasil, a diversidade sociocultural é acompanhada por uma diversidade fundiária, e isso resulta em múltiplas coexistências de sociedades, em que cada uma interage com os seus respectivos ambientes geográficos conforme as próprias formas de inter-relacionamentos. Em outros termos, trata-se

de uma diversidade de grupos e diferentes formas de ocupação que vai resultar também em diferentes formas de territorialidade.

Para Little (2004), a territorialidade de um grupo é estabelecida por meio de um esforço coletivo para usar, ocupar, controlar, se manter e se identificar com o ambiente no qual está inserido, convertendo-o em seu território. Para analisar esse território, é preciso levar em consideração as abordagens históricas, produto de processos políticos e sociais.

Ainda, com o apoio da Ecologia Política, elementos biofísicos como conformação geológica, fauna, flora, fluxos hídricos, atividades humanas agrícolas, industriais e instalações de infraestrutura de uma região são temas de grande relevância para identificar as forças biofísicas alinhadas a realidades resultantes das interações entre mundo social e biofísico (LITTLE, 2006).

Tomando como base as discussões acima, apresentaremos o território de Campo de Perizes constituído pelas comunidades de Jambuca e Batista e por outros grupos sociais periódicos que encontram nesse território recursos naturais que são convertidos em fonte de provisão e renda, bem como significados simbólicos que envolvem toda uma reprodução material das famílias locais. Por outro lado, o território é marcado, atravessado e apropriado pelo Capital que, através do aparato estatal-empresarial, o impõe uma perspectiva mercadoria dentro da lógica do sistema capitalista.

## **2.1 O Campo de Perizes**

Campo de Perizes<sup>4</sup> faz limite com os municípios de Bacabeira, Rosário e São Luís, mas sua delimitação geográfica pertence ao município de Bacabeira (Figura 4). Esse território, ainda em 1921, pertencia ao município de Rosário, estando já inserido em políticas territoriais que priorizavam a criação de novas alternativas para o transporte que, até então, se concentrava nos vapores fluviais e em estradas carroçáveis, sendo uma nova e melhor forma de integrar o território para produção e escoamento de mercadorias.

Nesse período, destacam-se estradas de ferro e estradas carroçáveis inauguradas pelo estado, como a Estrada de Ferro São Luís-Teresina inaugurada em 1921, atravessando o Campo de Perizes, que contava, ao longo de sua extensão, com cerca de 40 estações e paradas,

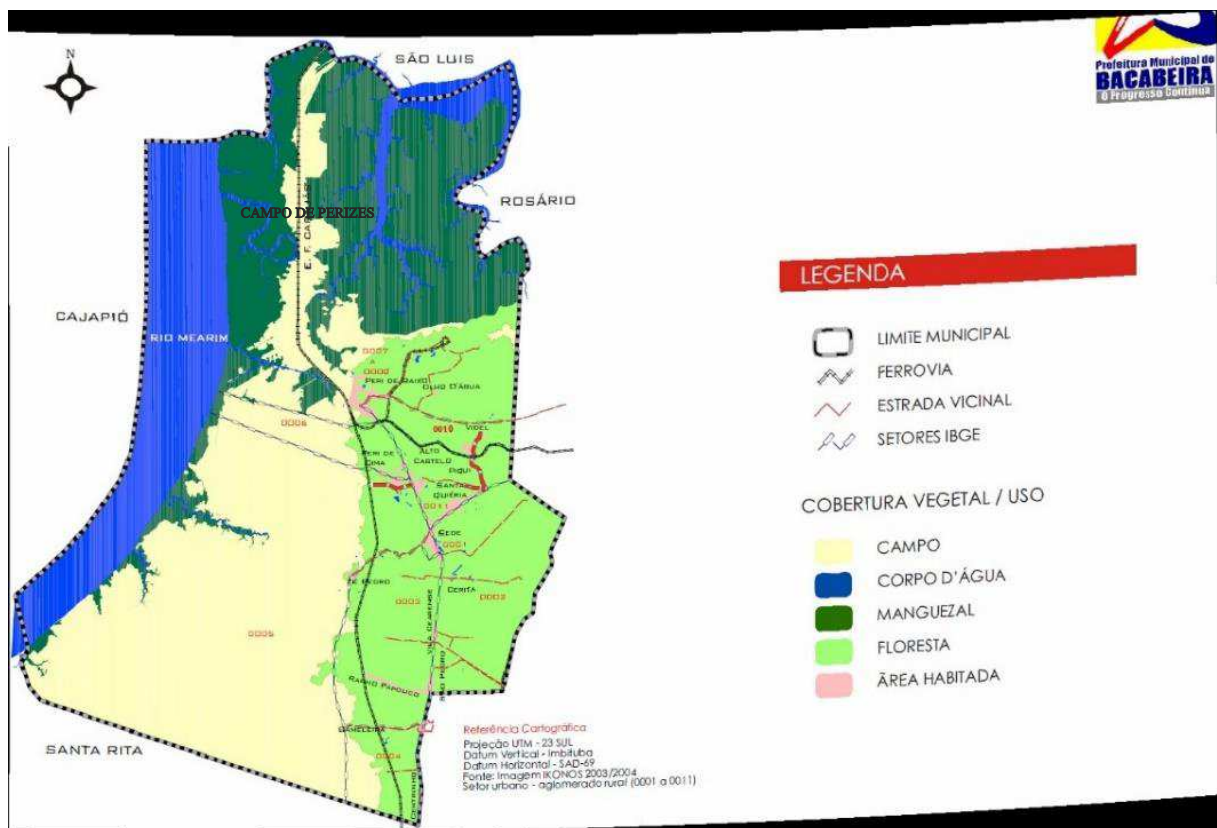
---

<sup>4</sup> Campo de Perizes é uma extensa planície fluviomarinha, com forte influência das chuvas e da maré na variação dos níveis de água no solo, o que contribui para algumas áreas do campo ficarem alagadas na maior parte do tempo, enquanto outras apresentam solo firme, permitindo algumas áreas de serem habitadas (SOUSA *et al.*, 2016).

tendo como principais as que estavam localizadas nas cidades de Rosário, Itapecuru-Mirim, Coroatá, Timbiras e Codó (JORGE, 1950).

Conforme consta no Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do Município de Bacabeira, instituído no ano de 2007, o Campo de Perizes passou a ser configurado enquanto Zona Especial de Negócios (ZNE), destinado a receber complexos de empreendimentos econômicos voltados a atividades industriais, serviços e agropecuários, podendo receber empreendimentos de médio e grande porte (BACABEIRA, 2007).

Figura 4 – Mapa de localização do Campo de Perizes, Bacabeira-MA



Fonte: Prefeitura de Bacabeira (2005).

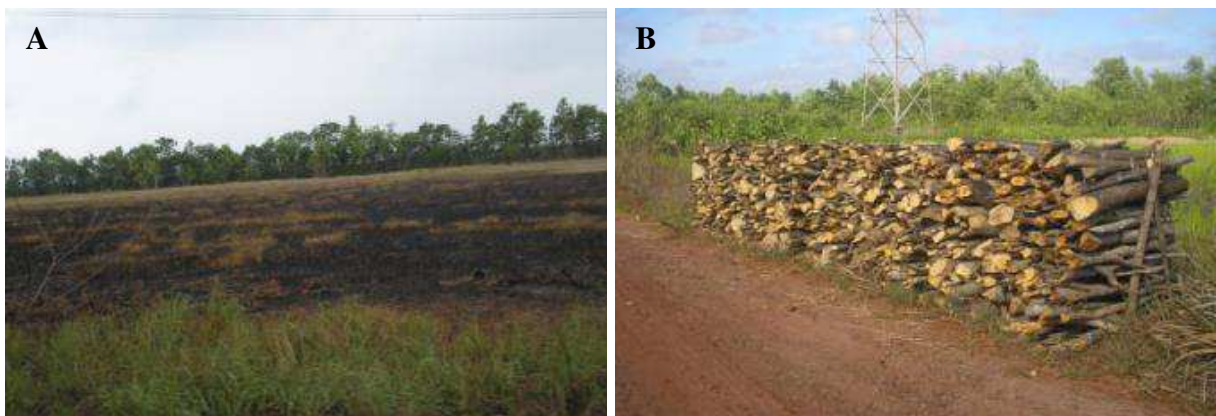
Esse território é caracterizado, principalmente, pela presença do ecossistema de manguezal, típica de regiões alagadiças, com influência direta dos rios e das marés, que confere proteção à costa contra erosão. Suas áreas de campos inundáveis apresentam cerca 50% da área total do município. Situa-se em uma planície fluviomarinha, com campos halófilos (tolerância ao sal) de várzea.

Pertencendo ao ecossistema de floresta tropical, abriga uma fauna diversificada, peixes, moluscos, crustáceos e aves, importantes fontes de alimento para comunidades pesqueiras que vivem no território e em seu entorno. O Campo de Perizes é drenado pelos rios

Mearim (75%) e Itapecuru (25%), os quais, segundo Sousa *et al.* (2016), são as maiores bacias hidrográficas do Maranhão, proporcionando vida de uma vasta biodiversidade de fauna e flora.

Com uma área de aproximadamente 40 km<sup>2</sup>, o solo é de origem arenosa, que, em períodos de chuvas intensas, dificulta o acesso à área devido ao seu alagamento, sobretudo nos meses de março a abril. Além disso, abriga diferentes espécies vegetais e animais, abundantes em diversidade e quantidade, mesmo que a realidade venha mostrando que há um processo acelerado de degradação na área (Figura 5), por meio de extração irregular da madeira, desmatamento e queimadas (BALATA, 2008). Para além dessas problemáticas, há situações agravantes como o derrame de minério, que resulta, também, na poluição hídrica, do solo e de manguezais, atingindo diretamente a fauna e a flora, bem como poluição do ar e sonora devido à grande quantidade de automóveis diários que transitam pela rodovia BR-135.

Figura 5 – Problemas ambientais recorrentes em Campo de Perizes, Bacabeira-MA



Fonte: Balata (2008).

Nota: (A) Queimadas; (B) Extração de madeira.

O Campo de Perizes tem sido utilizado pelas populações locais ou, até mesmo, de outros municípios e estados para a criação de abelhas produtoras de mel, tornando-o um ambiente facilitador da dinâmica produtiva voltada à apicultura, desde 2005. Segundo Balata (2008), a produção do mel é uma fonte de geração de renda e ferramenta de manutenção das espécies e equilíbrio ambiental. Os favos de mel são coletados no Campo e encaminhados à São Luís, local onde são realizados o processamento e a comercialização do produto.

Podemos, também, caracterizar Campo de Perizes como rota de passagem e acesso a outras localidades. Em um primeiro plano imediato, observamos apenas a paisagem local atravessada pela rodovia BR-135, as estradas de ferro (Transnordestina e Carajás), torres de transmissão de energias que abastecem as grandes indústrias de São Luís e os tubulões do Sistema de Produção de Água Italuís, que, conforme endossam Sousa *et al.* (2016), atende às

demandas de água de 60% dos ludovicenses. Tudo isso é marcado, ainda, pela presença sonora da passagem diária dos vagões de trens de minério e combustíveis e do alto fluxo de diferentes meios de transporte.

Em um segundo plano e com o olhar mais atento ao território, constatamos que a área dos campos inundáveis<sup>5</sup> — caracterizados por áreas inundáveis com predominância de herbáceas — tem uma vegetação composta, sobretudo, por capim-açu, junco, mururu e aninga, marcada pela presença de ricas características naturais, com áreas de desague dos principais rios do Maranhão, de grande importância para a preservação e proteção do ecossistema local.

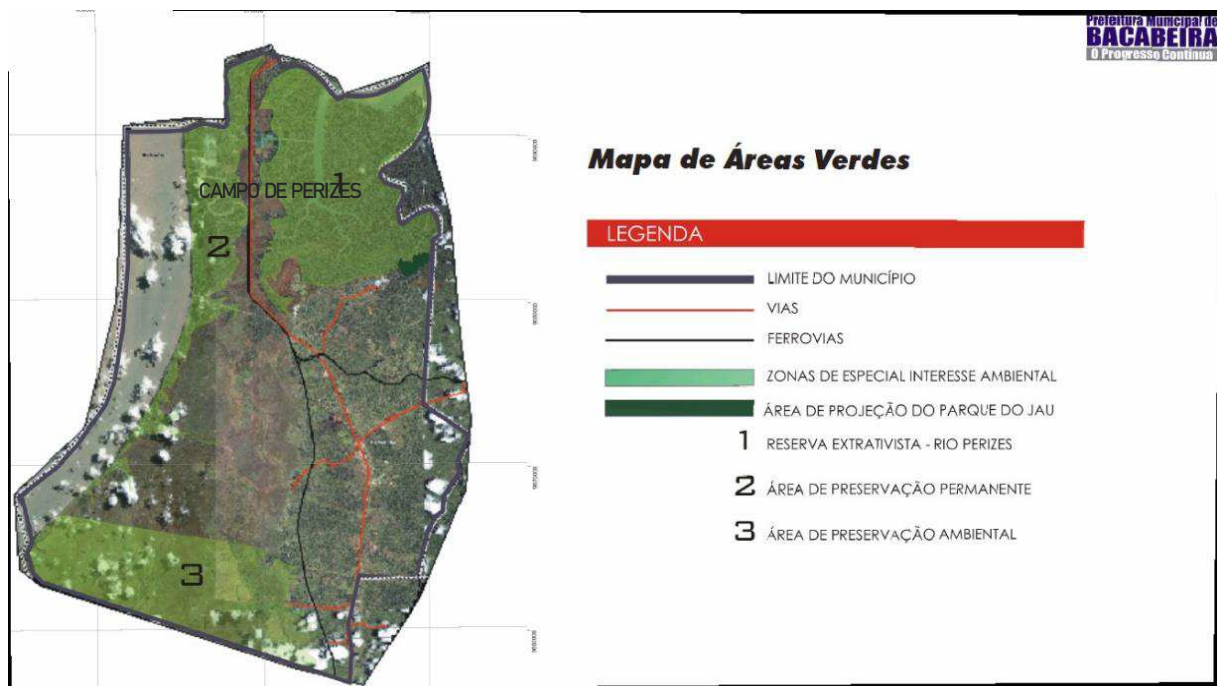
Na Lei Orgânica de Bacabeira de 1997, três anos após a criação do município em questão, Campo de Perizes era tratado como um ecossistema que carecia de proteção, por ter uma importante função ecológica para a região. Através dessa lei, eram indicadas a proteção à fauna e flora, a fiscalização e vedação de qualquer prática que pudesse extinguir ou interferir na dinâmica de animais locais e a proibição da criação de bubalinos em áreas alagadas, desde que não houvesse controle por parte do proprietário ou responsável (BACABEIRA, 1997).

Com o Plano Diretor Estratégico do Município Bacabeira de 2007, apoiado em base cartográfica de 2005, sua divisão é definida em limites que equivalem a três áreas destinadas à unidade de conservação, como a Reserva Extrativista (RESEX) Rio Perizes, Área de Proteção Ambiental Rancho Papouco e Parque Municipal do Zau (identificado no mapa como “JAU”) (Figura 6), ou seja, espaços naturais protegidos por lei, com características fundamentais para a sobrevivência de sua fauna e flora, apesar do aumento de alterações antrópicas com o passar dos anos.

---

<sup>5</sup> Os campos inundáveis são denominados áreas úmidas situadas em uma interface entre a água e o solo, abrigam uma variedade de espécies e, portanto, contribuem substancialmente para a biodiversidade ambiental (SOUSA *et al.*, 2016).

Figura 6 – Mapa das Unidades de Conservação de Bacabeira-MA



Fonte: Prefeitura de Bacabeira (2005).

A criação dessas unidades de conservação municipais implica dizer que são áreas com importância ambiental significativa para o município. Sendo assim, diante de uma riqueza ambiental, a conservação deve prever biodiversidade, desenvolvimento local e manutenção do ecossistema local.

Conforme consta no relatório de AEE<sup>6</sup> de Bacabeira, material organizado para a formulação do “Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico” de 2007, são apresentadas diferentes espécies existentes na amostragem da fauna, como espécies de pequeno porte que habitam pequenos igarapés, anfíbios e répteis, animais pertencentes à avifauna e mamíferos.

As áreas periodicamente alagadas, por exemplo, são importantes ferramentas para a manutenção da biodiversidade do manguezal presente nas áreas dos Campos, com funções ecológicas reguladoras de regimes hidrológicos e no ciclo de nutrientes. A vegetação secundária existente na área organiza-se em “ilhas de vegetação” e apresenta uma topografia mais elevada em relação a outras áreas de campo inundável, formando fragmentos de florestas que se tornam refúgios para diferentes espécies de animais em épocas de cheias (SOUSA *et al.*, 2016).

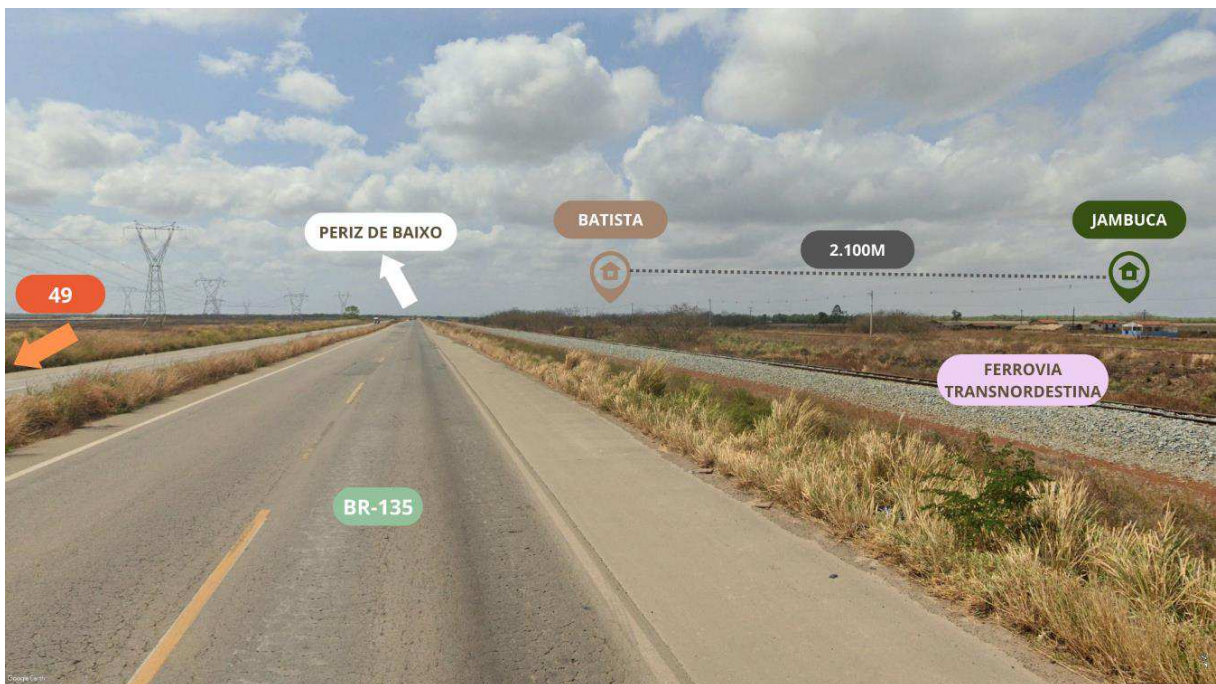
<sup>6</sup> Material diagnóstico elaborado pela empresa Consultoria Ambiental Ltda., em 2005, para a formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do Município de Bacabeira de 2007.



Em áreas dos Campos, no trecho da BR-135, estão localizadas três comunidades ribeirinhas conhecidas como Jambuca, Batista e 49, respectivamente nos Km-39 e 49 da rodovia a partir do marco zero da capital São Luís (Figura 7). A comunidade 49 é composta por cinco famílias que estão localizadas em uma área mais distante das demais comunidades, situadas em sentido oposto, utilizando como referência a rodovia BR-135, para terem acesso às suas moradias, os moradores precisam atravessar os tubulões do Sistema Italuís, fator que dificulta o traslado cotidiano, sobretudo em períodos chuvosos.

Diante disso, podemos dizer que Campo de Perizes resulta de diferentes processos de territorialização, compreendidos enquanto transformações nas formas de apropriação do território e seus recursos naturais, por parte de comunidades que vivem e trabalham nele e dos interesses do Poder Executivo do município de Bacabeira enquanto área destinada à expansão de negócios.

Figura 7 – Localização das comunidades: Jambuca, Batista e 49



Fonte: Adaptada do *Google Earth* – registro de 2019 (2022).

Apesar de estar situada no território dos Campos e de fazer parte da AMOCAMPE, a comunidade 49 não fez parte da análise neste trabalho, por não participar das mobilizações e articulações políticas junto às comunidades de Jambuca e Batista e, ainda, pela dificuldade de contato com lideranças e moradores locais que pudessem relatar como se dá a relação entre as comunidades.

## 2.2 Um pouco da história das comunidades de Jambuca e Batista

O processo de territorialização de Jambuca e Batista ocorreu, em princípio, pela comunidade de Batista a partir de 1975, com a chegada de representantes de duas famílias distintas vindas dos municípios de Anajatuba e São João Batista, para habitar o Campo de Perizes.

Nesse período, já se tinha uma movimentação de iniciativas do governo estadual visando introduzir na área rural projetos agropecuários que desenvolvessem o chamado “setor primário”, o qual, nesse contexto, significava o desenvolvimento da pecuária (ALMEIDA; MOURÃO, 2017). Ainda conforme os autores, para visibilizar e tornar mais eficiente esse objetivo, exigia-se ter disponibilidade de terra, ou seja, o estoque de terra passa a ser a questão central nas políticas estaduais no Maranhão através do Plano de Governo de 1971 a 1974.

Como havia ocupações induzidas por parte de famílias camponeses em diferentes regiões do estado, projetos criados tanto na esfera federal quanto na regional e estadual foram utilizados para racionalizar e controlar a ocupação de terras, passando, também, a controlar o uso dos recursos por partes dessas famílias. As terras ocupadas por tais famílias comumente pertenciam à União, mas eram consideradas “disponíveis” ou “devolutas”, “livres”, verdadeiros espaços vazios, situação que contribuiu para tensões sociais e divergências no uso, induzindo à migração de camponeses para outras regiões em busca de novas áreas para realizarem os seus plantios e criação (ALMEIDA; MOURÃO, 2017).

Nesse contexto, conforme Almeida e Mourão (2017), a “Lei Sarney de Terras” de 1969 já cumpria a sua aplicabilidade, desdobrando-se em ações colonizadoras, acelerando as privatizações de terras públicas no estado, avançando a sua expansão para aquelas que tinham ocupações induzidas. Em 1974, os campos naturais, tal qual o Campo de Perizes, com vastas áreas para pastagens, bens da União, chegaram ao ponto de serem cercados, privando os seus usos e sacrificando a rica vegetação e características naturais em troca do benefício à política agrária que se desdobra em priorizar transações com mercado externo.

O senhor Benedito Costa, natural de São João Batista, nesse mesmo período já vinha, há alguns anos, frequentando a área do Campo de Perizes, vindo de Porto de Garbarra, povoado atualmente extinto do município de Anajatuba, local onde constituiu a sua família. Ele foi o primeiro morador do “Batista velho” — primeiro núcleo territorializado da comunidade, conforme informações verbais de seu filho, V.A.C.:

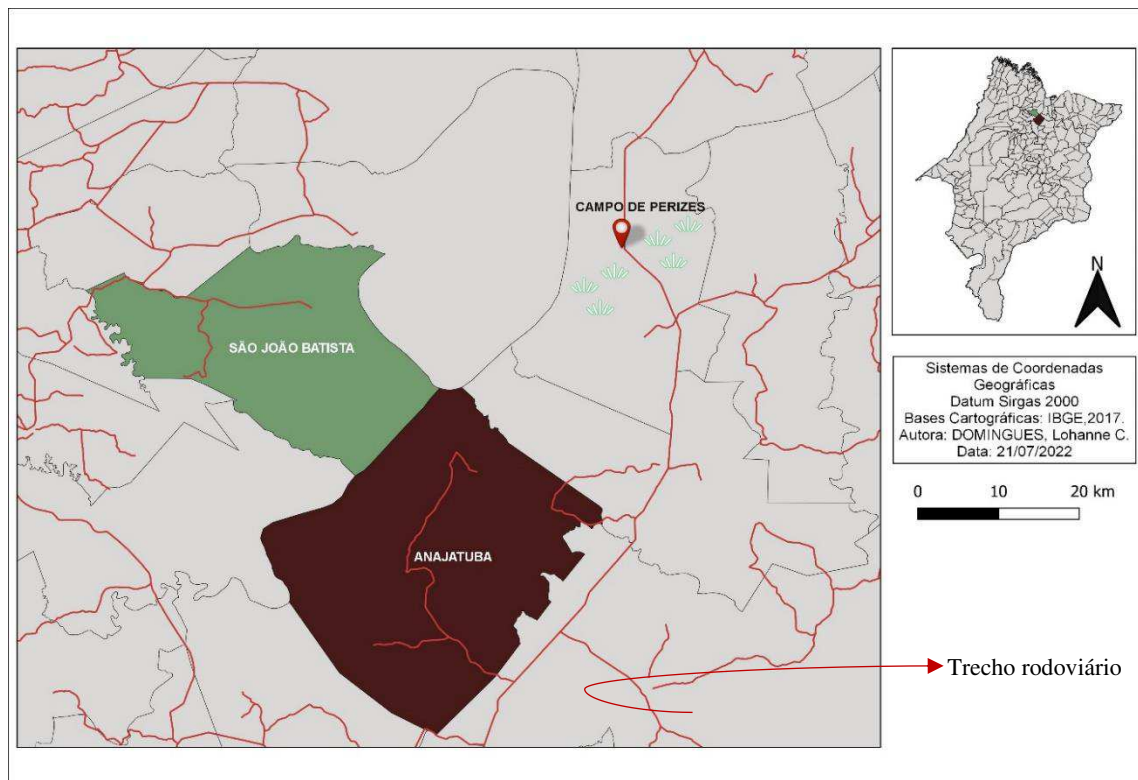


O meu pai vinha lá de Porto de Gabarra, lá em Anajatuba, era um povoado que tinha lá, esse povoado foi até extinto. Aí, ele vinha de lá para vender peixe no rampa, o rampa era aquela cabeceira do igarapé, onde tem a ponte do Batista, já chegando mais próximo de Periz de Baixo, ali tinha o rampa, um comércio de peixe, muita gente ia vender peixe, comprar. Então, era ali na cabeceira desse rio que meu pai vinha de lá pra vender peixe, e ele viu que o Campo era bom para criar porco, e aí foi que ele veio pro Campo em 1975, ele é de São João Batista, mas conheceu minha mãe em Anajatuba e formaram família por lá. (V.A.C., morador da Rua das Garças, entrevista concedida em abril/2022).

Durante essas idas e vindas, o senhor Benedito Costa percebeu que os campos naturais possuíam atributos propícios para a criação de seus porcos e decidiu habitar, no ano de 1975, as margens de um igarapé, conhecido atualmente como Igarapé de Pau, uma área mais alagadiça e próxima do manguezal — onde, hoje, está situada a comunidade de Batista.

No mesmo ano, outro chefe de família, Durval A. Pires, um senhor idoso, junto do seu filho, migrou do seu município de origem, São João Batista, para habitar também o Batista (Figura 8). Em São João Batista, deixou a sua filha com a respectiva família (seu esposo Félix e seus quatro filhos). Já em 1978, Durval convidou o seu genro, Sr. Felix, e a sua filha, Dona Domingas, para irem com a família morar junto a ele em Batista, uma vez que já se encontrava bem idoso e com algumas limitações físicas.

Figura 8 – Migração para o Campo de Perizes a partir de 1975



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Partindo do entendimento de que é preciso ouvir os moradores mais antigos e acionar memórias do território pela oralidade, para construir o processo de territorialização, chegamos ao Sr. Felix, morador mais antigo da comunidade de Jambuca, que prontamente relatou a sua chegada ao território:

Eu escolhi aqui por eu, o meu sogro tinha um casal de filho, eu me casei com a pequena, o filho dele morava com ele, casou lá e resolveu mudar eles pra cidade que, resolveu vir morar aqui no Batista (o véio, que era meu sogro) ele era de São João Batista, ele era meu tio, irmão da minha mãe, aí eu fiquei lá, deu uns dois anos no máximo ele mandou me chamar pra vir aqui onde ele e eu vim onde ele. Ele tava meio adoentado, aí ele me convidou para vim morar com ele aqui. (FELIX, morador da comunidade Jambuca, entrevista concedida em dezembro/ 2021).

Em 1978, o Sr. Felix visitou a área para conhecer e, sobretudo, conferir se o local teria as condições necessárias para a criação de gado e porcos, como em São João Batista. As primeiras impressões não foram boas, sendo a primeira reação olhar para o campo do Batista e falar para o seu sogro: “Siô, aqui tá muito alagado para o meu gado”, “Eu tinha gado e porco”, continuaram o diálogo em busca de um lugar propício para moradia e criação de animais:

Vou te levar num lugar, se tu te agradar, o cara te dar o lugar de casa para criar o gado. Cheguei aqui o pasto era bom, mas era um matão medonho, era mato, tinha um poço na beira do mangue que a gente cavava a água e dava água boa, ele me deu o lugar de casa aqui, o lugar do poço, aqui não tinha água pra gente beber. (FELIX, morador da comunidade Jambuca, entrevista concedida em dezembro/2021).

Felix e seu sogro Durval, então, se dirigiram à área de Jambuca, que já se chamava assim devido ao Rio Jimbuca, que fica bem próximo do território e apresentava boas condições de pasto. No dia 4 de maio de 1978, o Sr. Felix, Dona Domingas e seus quatro filhos se mudam para Jambuca, trazendo, em um barco fretado pelo Rio Mearim, uma parte do seu gado e os porcos. Ele relembra: “Quando cheguei aqui só tinha a estrada velha, aqui nem o trem não tinha, porque eu vim pra cá em 78, não era nem 80, aqui era campo medonho, campo cheio”.

A dona Domingas, esposa do Sr. Felix e filha de Durval, lembra que a tentativa de cavar poço para consumo da água era inviável, visto que era salobra, e a única alternativa da família era buscar água em Periz de Baixo<sup>7</sup>, povoado do município de Bacabeira, onde os baldes de água eram abastecidos e apoiados na cabeça até Jambuca em um percurso que durava cerca de 1h de caminhada, tempo que se estendia em períodos em que os campos ficavam alagados.

---

<sup>7</sup> É oportuno mencionar que, ao consultar a ferramenta *Google Maps*, por vezes, é identificada a localidade pelas seguintes nomenclaturas: Perdizes de Baixo, Perizes de Baixo ou mesmo Periz de Baixo. O presente trabalho optou por uniformizar o nome da localidade como “Periz de Baixo”, eis que é dessa maneira que os moradores da região nomeiam

Os primeiros dias no novo local de moradia não foram fáceis, principalmente pela quantidade de mosquitos que tinha no local, por estar próximo ao mangue, comenta o Sr. Felix:

Senhora a gente diz que o homem se arrepende das coisas, a imundice de praga que tinha aqui nesse campo, bezerro so faltava falar no chiqueiro de praga. Quando eu saí daqui já fiz a casa feita de Jirau, botava fumaça no chiqueiro para os bezerros, isso só a minha família, me deu vontade de ir me embora umas três vezes, mas me contive, aqui não tinha nada, mas eu criei esses filhos aqui, botei pra estudar, quem foi estudar na cidade foi, quem foi estudar em Perizes, só sei que tudo estudaro, fiquemo, fiquemo e fomo fazer benefícios e conservar o lugar. (FELIX, morador da comunidade Jambuca, entrevista concedida em dezembro/2021).

Segundo memórias do Sr. Felix, quando construiu a sua moradia, a primeira coisa que fez foi um jirau<sup>8</sup>. Nessa moradia, junto à sua esposa, criaram os seus quatro filhos, que estudavam em Perizes de Baixo e na sede de Bacabeira. O acesso à comunidade era possível somente por estrada de terra e enfrentando a lama. Os estudantes, para irem à escola, precisavam proteger os seus materiais escolares e levar uma roupa reserva em sacolas; caso contrário, permaneceriam sujos de lama e terra no seu destino, a escola. O deslocamento dos moradores até a sede de Bacabeira ou a Periz de Baixo, quando não era a pé, era por meio de carona em carros que passavam na BR-135.

Passados os anos, a família foi se adequando ao lugar, com a sua criação de gado, porcos e bezerros, bem como plantações de arroz, banana, coco, açudes para criação de peixes, tudo em abundância, principalmente a plantação de arroz, como destaca a Dona Domingas. Com essa dinâmica de vida já consolidada, o Sr. Felix se dirigiu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dois a três anos após o seu assentamento, na tentativa de aforar ou arrendar a terra que usava:

Aí eu fui lá no IBAMA pra me aforar ou me arrendar aqui o lugar, chegou lá e eu disse que queria pra criação de gado e porco e siô, aqui nos arrendava. Aí mandaram eu murar aqui durante a minha vida e criar gado, criar porco, criar criança e plantar banana, coco, aí foi que nós fizemos essas plantações, aqui todo mundo tem seu açude e seu coco, aqui tem coco babaçu. Cheguei e disse pra ele: Siô, o gerente me disse pra eu murar só que não me deu foi o preto no branco, não assinou nada pra mim, só conversemo, aí fiquei, fiquemo aqui. Aí veio um pessoal, cavamo açude, tapemo barragem, plantemo coco, plantemo banana, tinha banana que se estragava. (FELIX, morador da comunidade Jambuca, entrevista concedida em dezembro/2021).

---

<sup>8</sup> Jirau é um espaço muito utilizado em moradias populares rurais; trata-se de uma área destinada a lavar louças, roupas ou, até mesmo, tratar dos alimentos. É feita uma bancada de madeira ou outros materiais improvisados, em que se tenha um apoio adjacente à moradia. Ele pode ser um anexo de uma casa ou mesmo o jirau de janela quando é integrado à moradia.

Toda essa conversa no IBAMA foi “de boca”, sem nenhum tipo de documentação, nada foi dado no “preto no branco”, como lembra o Sr. Felix. Diante dessa conversa, Sr. Felix voltou, comunicou o que tinha ocorrido no IBAMA e resolveram acatar o que tinha sido acordado. Assim, organizaram o território, continuaram com o plantio, cavaram mais açudes, organizaram barragem e seguiram a vida.

Foram chegando mais algumas famílias, mesmo poucas, advindas de municípios como Anajatuba, São João Batista, Viana, municípios da Baixada Maranhense, área escolhida pelos moradores devido à fertilidade de solo na época, sobretudo para plantação de arroz, e pela facilidade de realizar coleta e extrativismo vegetal e animal, além da possibilidade de criação de animais no local. Organizaram-se no território com moradias bem afastadas umas das outras e aumentando o número de roças para plantação de arroz.

Essas duas comunidades, Jambuca e Batista, estão separadas espacialmente por 2 km de campo, mas são extremamente próximas nos vínculos sociais de parentesco e familiar. Seus moradores ocupam os territórios há mais de 40 anos, atualmente 32 famílias habitam as comunidades, das quais 10 estão localizadas em Jambuca e 22 distribuídas no “Batista velho”, ocupado por 8 famílias, e Rua das Garças com 14 famílias. O território dos campos, como os próprios moradores denominam, é de extrema relevância para a reprodução social das famílias, pois é fonte de provisão e renda quando há excedente dos recursos extraídos.

Os moradores dessas comunidades se autoidentificam como ribeirinhos, possuem suas formas próprias formas de organização social, se apropriam do território enquanto base de reprodução material da vida e fonte de provisão, bem como econômica também. Logo, identificam-se, também, enquanto comunidade tradicional, visto que vivem em região de várzea e têm, em sua organização e cotidiano, forte relação com as fontes hídricas, onde os recursos de água e mangue contribuem diretamente para a reprodução social das famílias.

De acordo com Almeida (2004), a categoria “populações tradicionais” tem sido, cada vez mais, atrelada apenas ao quadro natural de domínio de “sujeitos biologizados”. No seu entendimento, essa categoria é acionada a partir da autodefinição dos sujeitos sociais que:

[...] manifestam [a] consciência de sua própria condição. Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais. (ALMEIDA, 2004, p. 12).

No Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é descrito:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007a, p. 1).

Os ribeirinhos e outras coletividades humanas e culturas tradicionais não indígenas são pequenos produtores constituídos ainda no Período Colonial, diante da monocultura e de outros ciclos econômicos. Isoladas relativamente, essas coletividades foram adquirindo vastos conhecimentos sobre o meio onde viviam, desenvolvendo modos de vida particulares, pautados na dependência direta dos recursos naturais, adaptando-se aos ciclos naturais e biológicos, bem como manifestando simbologias, sotaques e linguagem miscigenada de povos indígenas e de povos africanos, bem como de seus descendentes (DIEGUES, 2008).

A terra e os seus recursos naturais são utilizadas por essas coletividades humanas com valor de uso. O trabalho passa a ser extensão da vida social; logo, é o que Marx nos descreve: “fato é que as relações sociais das pessoas em seus trabalhos aparecem como suas próprias relações pessoais e não se encontram travestidas em relações sociais entre coisas, entre produtos de trabalho” (MARX, 2013, p. 152).

O conceito de comunidades tradicionais também foi descrito pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Conferência Geral sobre o direito dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rural, no ano de 2018:

Toda pessoa que se dedique ou pretenda dedicar-se, seja de maneira individual ou em associação com outras ou como comunidade, à produção agrícola em pequena escala para subsistir ou comercializar e que para isso recorra em grande medida, ainda que não necessariamente exclusiva, à mão de obra dos membros de sua família ou seu lar e a outras formas não monetárias de organização do trabalho, e que tenha um vínculo especial de dependência e apego à terra. (BURNETT, 2021, p. 3-4).

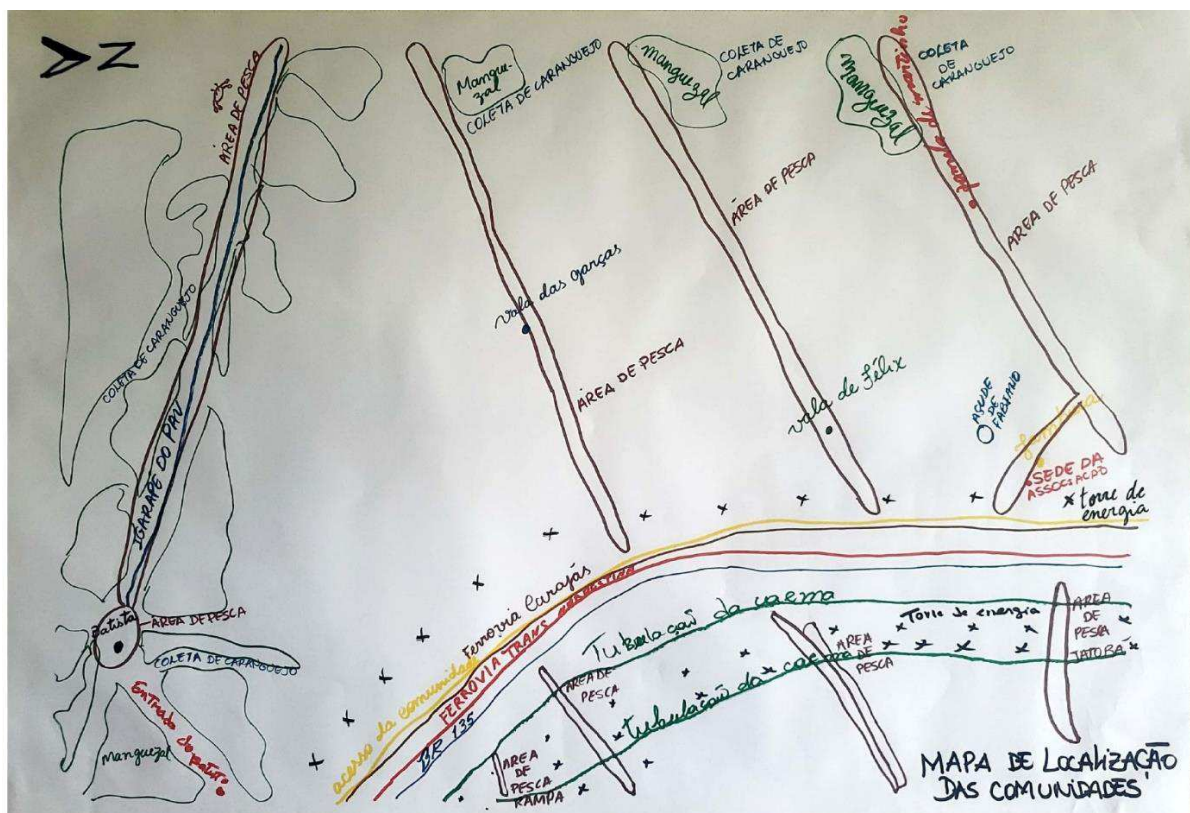
Conforme explanam Neves, Caetano e Silva (2015), a tradicionalidade de povos e comunidades relaciona-se diretamente à identidade social dinâmica, inserida em uma realidade envolvida em contradições, um resultado da própria essência humana. O tradicional refere-se, nesse aspecto, ao conjunto de saberes, à base da produção da vida conduzida no espaço-tempo pelos conhecimentos adquiridos mediante o compartilhamento da vida comum, que expressam identidades, culturas, simbologias, relações de vínculos e afeição com o lugar de existência.

No mundo moderno, o termo tradicional é associado, cada vez mais, a algo que é ultrapassado e impossibilita o “novo” e o “progresso”. Porém, as tradições são perspectivas de vida, reafirmações identitárias e relações estabelecidas com o outro, em uma produção material e imaterial da vida (NEVES; CAETANO; SILVA, 2015). Os povos e comunidades tradicionais expressam características particulares descritas por Diegues (2008, p. 89):

a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; [...].

Por meio do mapa de reconhecimento do território das comunidades, podemos identificar as principais características e recursos disponíveis para a reprodução social, cultural e econômica das famílias (Figura 9).

Figura 9 – Mapa de reconhecimento do território pelos moradores de Jambuca e Batista



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Nota: Rodovia BR-135; Ferrovia Carajás; Ferrovia Transnordestina; Torre de Energia; Áreas de Pesca; Área de pesca rampa; Área de pesca Jatobá; Tubulão CAEMA; Acesso comunidades; Sede da Associação; Açude de Fabiano; Vala do Felix; Vala das Garças; Coleta de Caranguejo; Manguezal; Igarapé do Pau; Batista; Entrada do Batista.

Na imagem acima, os moradores identificam, em seus territórios e seus principais locais gerados de fontes de aprovisionamento e renda, características de extrema importância para as suas vidas e para o território. A grande presença de pontos de coleta de caranguejo e de pesca representa a forte ligação que os moradores têm com a terra e como dependem dela.

Pra mim aqui, a vivência, a sobrevivência daqui é tudo. Não tem lugar no mundo que supere este lugar. Aqui a gente não vai ali no centro comprar 1kg de comida, a gente como tudo é daqui, daqui a gente tira o peixe, tira o camarão, tira o caranguejo, tem a galinha, tem o porco, tem o gado, então tudo o que a gente quer, a gente tira deste lugar e a calmaria também, aqui é calmo, aqui você pode dormir de portas abertas, pode deixar a casa aí e sair, do jeito que tu deixa, tu volta, tu acha. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

A respeito dessa relação entre as comunidades e seus territórios, Diegues (2008, p. 67) contribui na seguinte perspectiva:

Essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica do espaço que lhes fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, compõem a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco etc.).

Com base em Diegues (2008), quando o território de comunidades tradicionais está sob ameaça, por exemplo, de expulsão das terras, isso implica diretamente a descontinuidade do grupo, isto é, de continuar existindo exatamente como tinha relação com o mundo natural domesticado, um espaço onde se estruturou toda uma vida, pautada e expressa nas relações produzidas cotidianamente.

A produção aqui nos remete, enquanto categoria histórica, aos diferentes tipos de relações (econômica, social, cultural) já construídas durante toda a história da vida humana, o que vai conferir características singulares na produção e reprodução da vida social. É através dela que a sociedade de produtores livres associados, a partir da posse coletiva dos meios de produção, conduzem práticas que garantem identidade aos diferentes grupos organizados (NEVES; CAETANO; SILVA, 2015). Sobre isso, Marx (2013, p. 152) endossa:

A dependência social caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as esferas da vida erguidas sobre elas. Mas é justamente porque as relações pessoais de dependência constituem a base social dada que os trabalhos e seus produtos não precisam assumir uma forma fantástica distinta de sua realidade. Eles entram numa engrenagem social como serviço e prestações *in natura*.

As próprias relações pessoais demonstram que esses trabalhadores rurais organizam coletivamente a sua vida e trabalho com base em práticas coletivas, democráticas geridas pelos

próprios membros e têm o controle dos meios de produção e do seu próprio trabalho; por isso, conseguem direcionar e tomar decisões que lhes atendam melhor, a melhor forma de produzir a vida.

A partir daqui, visualizaremos a produção da vida das comunidades de Jambuca e Batista, destacando o esforço de apreensão dos processos singulares dessas comunidades, bem como a sua relação com a terra e o meio biofísico em que vivem. Por meio da pesquisa de campo, conseguiremos apresentar uma caracterização do cotidiano das famílias que demonstram as suas práticas cotidianas, bem como a reprodução material da vida, formas de organização individual e coletiva, e de que maneira tudo isso se liga à reprodução social produzida ao longo de quase cinquenta anos no território.

### **2.3 Relações de produção e solidariedade, família e associativismo**

A maioria dos moradores realiza os seus ofícios dentro das comunidades, em que a pescaria aparece em grande evidência, seguida de ajudante de pedreiro. Os que trabalham fora são, normalmente, moradores que também realizam os seus ofícios como ajudante de pedreiro, fazem “bicos”, mulheres que trabalham em “casas de família”, armador de ferragens, supervisor de obras, comércio no ramo ótico, assistente social e trabalho na limpeza pública pela Prefeitura de Bacabeira. Esses são alguns exemplos de serviços que se distribuem por São Luís, Periz de Baixo e Bacabeira.

Segundo Diegues (2008, p. 82), é cada vez mais difícil sociedades camponesas se manterem autônomas, visto que estão mais próximas “de centros do pensamento intelectual e do desenvolvimento”. Nessas culturas tradicionais, é reconhecido o forte papel que as cidades exercem sobre elas. A respeito desse pensamento, o autor supracitado utiliza Raymond Firth para caracterizar os camponeses (pescadores, extrativistas, artesãos etc.), os quais, mesmo que dependam fundamentalmente do cultivo da terra, ainda assim, têm a necessidade de obtenção de dinheiro para as suas compras na cidade:

O papel das relações entre as sociedades tradicionais dos camponeses e as cidades, das quais em grande parte dependem para sua reprodução social, econômica e cultural. Essa dependência é também política, uma vez que os camponeses são politicamente marginalizados. Da cidade também provêm as “inovações” que colaboram para a gradual transformação das sociedades camponesas (DIEGUES, 2008, p. 83).

Mais da metade dos moradores entrevistados possui renda inferior a um salário-mínimo, que se encontra em torno de R\$ 1.200,00 em 2022, já outros recebem um salário-



mínimo. Para os aposentados, essa situação se agrava porque muitos moradores têm subtraído do seu valor de aposentadoria a parcela referente ao profissional que mediou o processo de aposentadoria.

Percebe-se, então, que a presença desse assalariamento não requer necessariamente a saída do campo para a cidade, mas utilizar a entrada do salário como complementação da renda. De acordo com Cunha, Macedo e Aragão (2020), além da compra de produtos como eletrodomésticos e veículos motorizados, parte dessa renda é aplicada na melhoria de condições de trabalho, por exemplo, ampliando a manutenção da unidade tradicional quando se refere aos cultivos e à criação de animais de pequeno porte.

Essa questão do assalariamento, para Woortmann (1990), trata-se da integração de algumas famílias ao mercado, mas isso não implica dizer que eles têm baixa campesinidade, pois ocorre que algumas coletividades humanas já não são mais camponesas quanto às relações de produção, porém continuam com as suas qualidades no tocante à manutenção e produção de seus valores por meio da cultura familiar.

As principais ocupações dos moradores nas comunidades estão ligadas à pesca e a cuidar da casa, em que alguns se encontram aposentados, mas continuam a praticar a atividade pesqueira e seguem mantendo os cuidados domésticos. O cuidar da casa é, também, o cuidar da família. Nessa ótica, Woortmann (1981) apresenta a casa como uma contrapartida material da família, uma realização do grupo doméstico, local de “materialização”, ritos e interação entre os membros, construindo as suas relações que se estendem ao mundo externo.

Nesse contexto, a família é organizada conforme a divisão de papéis centrais que se relaciona de forma ideológica. De um lado, temos o “pai de família” e, de outro, a “dona de casa”, representações que expressam a estreita relação entre casa e família (WOORTMANN, 1981). Para o autor, nos grupos camponeses, um indivíduo só se torna “homem” quando constrói seu próprio núcleo familiar e, por conseguinte, constrói sua residência, demandando uma casa separada da que vivia antes. Já a “dona de casa” é responsável pelos cuidados da casa, pela organização funcional da família, pela produção de valores que vão ser reproduzidos nos membros da família, pelo controle e organização do lar — controle sobre a comida, gastos etc.

Além das aposentadorias, os moradores associados à colônia e ao sindicato dos pescadores recebem o seguro defeso, complemento à renda continuada dos benefícios de aposentadoria. O ofício da pesca está ligado à identidade dos moradores, uma prática repassada no núcleo familiar desde a infância e adolescência (Figura 10), tanto que também é tida entre eles como lazer, isto é, familiares se reúnem para pescar, tomar banho nos igarapés e aproveitar o momento para socializar, tornando-se algo presente em todo o percurso da vida.

Figura 10 – Adolescente e criança pescando em uma pequena vala



Fonte: Arquivo próprio (2022).

A relação entre coletividades humanas tradicionais e a natureza resgata, mais uma vez, a noção do território, na qual uma sociedade determinada garante a todos ou a uma boa parte de seus membros direitos de controle, uso, acesso sobre a totalidade dos recursos naturais disponibilizados nesse espaço. Portanto, o território não depende apenas do seu meio físico, mas, sobretudo, das relações sociais existentes nele (DIEGUES, 2008). O autor classifica os diferentes fornecimentos que essa natureza proporciona ao homem: a priori, a própria natureza do homem enquanto espécie, além dos meios de subsistência, meios de trabalho e produção e meios de produzir aspectos materiais de relações sociais — por exemplo, compondo relações de parentescos.

O mangue, o mar, o rio e as valas, para essas famílias, representam fonte de vida, pois é deles que retiram o seu alimento de base, o peixe, o caranguejo, o camarão, o sururu e demais mariscos ou crustáceos. O extrativismo animal é a principal atividade das comunidades, encontrando na pesca a possibilidade de seu provisão e fonte de renda para algumas famílias dentro das comunidades. A respeito dessa exploração dos meios marinhos, Diegues (2008, p. 85) faz a sua contribuição:

Para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Essas marcas podem ser físicas e visíveis [...]. Elas podem também ser invisíveis, como os rasos, Tassis, corubas, em geral lajes submersas onde há certa abundância de peixes no fundo.

Esses locais específicos e de boa perspectiva de pesca são perceptíveis nas comunidades de Jambuca e Batista, onde os pescadores e pescadoras sabem exatamente os locais onde há maior abundância de peixe e de caranguejo. São áreas pesqueiras marcadas e guardadas por meio de um sistema que Diegues (2008, p. 85) nomeia de “sistema de caminho e cabeço”, ou seja, locais identificados pelos moradores através de associações e marcações que os remetem e os levam aos locais, verdadeiros pontos de referências.

A pesca está presente na dinâmica de vida de todos os moradores, existe a pesca coletiva que normalmente ocorre durante quatro a cinco dias da semana, reunindo de duas a três pessoas para realizar essa atividade. A ida é por canoas de 10 m, com motor, sempre seguindo o calendário da lua e da maré. Ao final, o dinheiro arrecadado com o pescado é garantido ao dono da canoa, o qual repassa uma parcela do valor aos ajudantes, normalmente pessoas das próprias comunidades.

Essa pesca ocorre mais na água salgada e em regiões mais afastadas das comunidades, já adentrando a Baía de São Marcos. De acordo com o morador “Dominó”, não há empréstimos das canoas, pois é comum algumas famílias terem a sua própria (Figura 11). A pescaria ocorre nos meses de maio a junho, período mais intensivo no território do Campo de Perizes.

Figura 11 – Porto do Batista



Fonte: Arquivo próprio (2022).



Outro tipo de pescaria é a familiar, reunido de dois a três membros para pescar ou coletar caranguejo no mangue, podendo ocorrer duas vezes ou todos os dias da semana, é uma pesca caracterizada para consumo próprio, a garantia do alimento do dia e da semana. Esse tipo de pescaria ocorre mais na água doce, é realizada no Igarapé de Pau em Batista, em rios mais afastados e nos valões (valas naturais aprofundadas através de obras do município) encontradas em várias áreas dos territórios de Jambuca e Batista, normalmente localizadas próximas às moradias e aos tubulões do Sistema Italuís da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA), atualmente Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, lado oposto às comunidades e em relação à rodovia e ferrovias, nos locais denominados de Rampa e Jatobá.

As valas mais próximas das comunidades são a Vala da Garça (local onde há moradores), Vala Funda, Vala do Felix e na Croa (Figura 12). Essas valas naturais passaram por um processo de aprofundamento, realizado pela Prefeitura de Bacabeira, após solicitação dos moradores. O objetivo era cavar até o ponto em que as valas não secassem mais e os peixes conseguissem sobreviver, exatamente como ocorre atualmente, o que possibilita a pesca nesses locais.

Figura 12 – Vala das Garças: um dos locais de pesca dos moradores



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Os peixes mais pescados na água salgada são o tralhoto e bagre, além do camarão. Na água doce, os peixes mais pescados são a traíra, carambanja, jejú, piaba, pirapema e a tilápia (Figura 13). Além disso, conta-se com uma grande abundância de caranguejos e siris coletados no mangue.

Figura 13 – Peixe jejú, pescado no dia 23 de maio de 2022 por moradora local



Fonte: Imagens cedidas pela moradora A.M.P.S. de Jambuca (2022).

Os equipamentos, utensílios e ferramentas de trabalho se resumem a facão, tarrafa, choque, anzol, malhadeira, cofo, canoa, remo, rede de pesca, carrinho de mão, vara de pesca, luva e saco (Figura 14). As iscas são minhocas que não são compradas, e sim são encontradas e coletadas em todo o limite da BR-135. Nesse território, também há locais que possibilitam pescar. Grande parte dos equipamentos é comprada, pouco se confecciona artesanalmente.

Figura 14 – Utensílios e ferramentas de pesca



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Nota: (A) Choque; (B) Malhadeira; (C) Rede de pesca; (D) Cofo.

Acerca desses equipamentos e ferramentas de trabalho utilizados pelos pescadores, o “choque” é uma ferramenta feita com varas de bambu, um produto artesanal realizado pelos pescadores, possui um diâmetro de 60 cm na abertura maior e 15 cm na menor e uma altura de 70 cm. Quanto à forma de uso, o instrumento vai sendo enfiado dentro da água até o peixe ficar preso; após capturar o peixe, o pescador coloca a mão e o retira.

A “malhadeira” é uma rede de malha utilizada para o peixe, passam de um lado para o outro na vala do rio e deixam por um bom tempo no local, até retornar no outro dia e coletar o peixe pescado. A “rede de pesca”, usada para pescar na água salgada, é uma ferramenta de trabalho comprada, não se confeccionam mais dentro das comunidades. O “cofo” é feito com palha de palmeira, utilizado para armazenar os peixes pescados.

O destino do peixe para as famílias é, principalmente, para consumo. Quando há excedente, conseguem vender ou ocorre de pessoas externas às comunidades, por exemplo, de Periz de Baixo, encomendam e comprarem uma quantidade de peixe dos moradores, sendo venda direta ao consumidor e uma pesca com o propósito de venda. Há situações em que alguns outros moradores pescam e se deslocam até Periz de Baixo para vender o seu excedente. São vendas que ajudam a complementar a renda das famílias.

A mesma coisa ocorre com a cata do caranguejo, moradores que saem para coletar podem vender os seus excedentes ou recebem encomendas da quantidade de kg exato para o consumidor final. Os pescadores locais vendem 12 caranguejos pelo valor de R\$ 10,00. Os caranguejos para venda são coletados em áreas mais distantes das comunidades, quase próximo à Baía de São Marcos, enquanto para consumo são coletados em áreas mais próximas.

Os moradores tentam praticar o extrativismo animal respeitando a natureza. Para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, há uma conservação do território pela “lei do respeito”, uma vez que é muito mais vasto — perpassa o meio terrestre — e sua “posse” é mais fluída, em que reina uma ética dessas comunidades (DIEGUES, 2008). No período do defeso, eles não pescam, pois entendem que é necessário para os seres se reproduzirem e continuarem na natureza. Nesse período, os moradores inscritos na Colônia de Pescadores de Periz de Baixo recebem o seguro defeso, auxílio pago por três meses.

O mesmo ocorre com a cata do caranguejo; nos meses de dezembro a março, é o período para se reproduzirem, e de agosto até outubro ocorre a mudança da carapaça. Nesses períodos, não há atividade extrativista do caranguejo pelos moradores das comunidades. Outro fator a ser destacado é que os moradores também se preocupam em fazer a extração correta do caranguejo, observando aqueles que tenham a sua carapaça (o corpo do caranguejo) com 7 cm para poder ser coletado. Corroborando com essa discussão, Diegues (2008, p. 86) afirma:

Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e áreas já transformados para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor nível de integração, os diversos usos do ecossistema.

A respeito dessa relação entre o homem e natureza, Candido (2017) explica que a sociedade se caracteriza, antes de mais nada, pelas necessidades de seus grupos sociais e pelos recursos que dispõem para satisfazê-los, isto é, uma forma de solidariedade que surge da relação de necessidades e recursos. O autor complementa:

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas. (CANDIDO, 2017, p. 28).

A vida social, nesse caso, passa a ser compreendida a partir da satisfação das necessidades; por um lado, obtêm-se os meios de provisão acumulativo; por outro, trata-se de um “ângulo social”, que é considerado por Candido (2017) uma forma organizada de atividade, uma maneira de viver, presente no cotidiano dos indivíduos. Não se trata apenas de obter comida, mas como se organiza para obter; será isso que garantirá o equilíbrio entre as necessidades e os recursos do meio disponíveis.

Mesmo que os moradores optem por respeitar os períodos dos defesos, isso não quer dizer que não há pesca nesses períodos. Muitos pescadores de fora das comunidades continuam pescando e catando caranguejo nesses períodos, fatores que contribuem para um clima de tensão entre os moradores locais e esses grupos sociais periódicos no território, não adentram apenas para a pesca, como também para a caça.

Conforme relato do Sr. J. R. Carvalho<sup>9</sup>, morador do município de Rosário e que costuma pescar frequentemente no território do Batista, após a pandemia ficou cada vez mais difícil encontrar ajudantes para realizar a pesca no local, conseqüentemente diminuíram as suas pescarias. No entanto, ele garante que o pescado retirado é realmente farto e que, no ano de 2020, usando o seu próprio barco artesanal, conseguiu pescar 400 kg de peixe, o qual, levado para o município de Rosário, é vendido a um atravessador. O território, regado por água doce e salgada, proporciona diversificados locais para realizar a coleta e o extrativismo pelas diversas famílias das comunidades e de municípios vizinhos.

O Porto do Batista também é bem movimentado por pessoas que trabalham com frete para transportar o caranguejo e o peixe coletados no território. Na casa de apoio aos

---

<sup>9</sup> CARVALHO, J. R. **A atividade de pesca nas comunidades**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Bacabeira, 10 abr. 2021.



pescadores (locais e de outras localidades), realizamos uma conversa com alguns prestadores de serviço do ramo de frete, os quais relataram que a encomenda é feita pelo responsável do frigorífico, que freta o caminhão para buscar o peixe e o caranguejo no Batista; depois, segue para outro caminhão com câmara fria e, após, segue viagem para outros estados ou localidades como o Ceará e a cidade de São Luís-MA (Figura 15). A quantidade de caranguejo coletada é gigantesca, de 200 kg para cima, e a dúzia é vendida pelos pescadores locais por R\$ 10,00. Na capital maranhense, a dúzia encontra-se em torno de R\$ 25,00.

Figura 15 – Caminhão de frete aguardando para transportar caranguejo do Batista



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Observando a presença desses agentes sociais de fora e a relação com os moradores locais, não pareceu ser algo confortável ou, até mesmo, que envolva alguma relação. Pelo contrário, há um clima de indiferença, sem relações, algo muito discrepante, pois as pessoas entram no território, chegam com suas caixas de isopor, motos, bicicletas, caminhões, carros e saem abastecidos com grandes quantidades de caranguejo daquele território (Figura 16).



Figura 16 – Carregamento de caranguejos para outras localidades



Fonte: Arquivo próprio (2022).

A presença dos coletores e pescadores externos às comunidades vem incomodando bastante os moradores locais. Enquanto alguns moradores entendem ser uma necessidade retirar sua alimentação ou fonte de renda do local, para a grande parcela o extrativismo realizado por esses indivíduos não acontece da forma certa, nem no período certo e não têm conhecimento sobre como extrair o peixe e o caranguejo, apenas contribuindo para a não reprodução desses seres no local, fonte de alimentação para todas as famílias.

A caça também é problemática, visto que ocorre de qualquer jeito, capturam patos selvagens e contribuem para o desmame de diferentes espécies. Na perspectiva dos moradores, não há respeito pelo Campo, e esses agentes externos contribuem para a poluição do mangue, dos cursos d'água e do solo, pois deixam rastros de lixo por onde passam. Percebemos, então, os territórios de Jambuca e Batista enquanto espaços de reprodução tradicional não apenas para os moradores locais, mas também para pescadores externos, advindos de outras localidades.

Essa situação comprova e reforça a importância dessas áreas para distintas famílias e realidades, além de evidenciar duas formas de produção, demonstrando a contradição existente nas formas de apropriação da natureza. Enquanto em grande parte dos moradores locais impera uma relação de uso com o território, com os trabalhadores de fora há uma relação de troca, o que Marx (2008) classifica como trabalho abstrato. Para o referido autor (2013), esse tipo de valores de troca representa o trabalho homogêneo, em que se sobressai a individualidade dos trabalhadores, e as relações sociais são invertidas.

Enfim, o que caracteriza o trabalho que cria valor de troca é que as relações sociais das pessoas aparecem, por assim dizer, invertidas, como a relação social das coisas. Já que um valor de uso se relaciona com o outro como um valor de troca, o trabalho de uma pessoa relaciona-se com o de outra como com o trabalho igual e geral. (MARX, 2008, p. 60).

Na Rua das Garças (território de Batista), os moradores tomaram a iniciativa de colocar um portão de madeira com cadeado e chave para controlar a entrada dos coletores e pescadores de fora (Figura 17). Cada morador tem sua chave e autonomia de abrir e fechar o portão. Essa foi a forma encontrada para manter o local mais limpo e sem poluição sonora de carros automotivos.

Figura 17 – Portão com cadeado na Rua das Garças



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Os moradores de Jambuca e Batista, desde o início da territorialização, já utilizavam a terra para a implantação de suas roças de arroz, que anos depois deixaram de existir por dificuldades de acesso decorrentes da duplicação da rodovia BR-135 e da EFC. No entanto, a prática do plantio se extinguiu, e atualmente poucas são as famílias que dispõem de hortas e canteiros nos seus quintais; as que existem cultivam vegetais, tubérculos, hortaliças e frutas para consumo próprio e, em alguns casos, pequenas vendas quando há excedentes.

Esse tipo de cultivo está ligado a culturas temporárias, ou seja, culturas de curta e média duração, com menores ciclos vegetativos, consumo mais rápido do que é plantado. Entre essas culturas temporárias, destacam-se: maxixe, alface, mamão, melancia, pimenta, acerola, tomate, quiabo, banana, coco e cebola. Contudo, há também casos de culturas permanentes,

como goiaba, limão, manga, caju, cupuaçu e coco babaçu — o qual é utilizado tanto para fazer azeite quanto para a produção de carvão, como relatado por moradora local: “A gente pega os cocos babaçu meio seco, toca fogo, bota tonel e aí vai enchendo. Aí quando ele já tiver aceso, no ponto de virar o carvão, aí a gente tapa, aí apaga o fogo, deixa esfriar e depois a gente tira”.

Os cultivos caracterizam-se em individual e coletivo no Batista, incluindo na Rua das Garças, onde é mais comum ser coletivo, cujos moradores que pertencem a uma mesma e grande família compartilham os cultivos. Já em Jambuca, devido ao maior afastamento das moradias, é mais comum ser individual. Woortmann (1981) explica a organização dessa rede de parentesco, pois, para ele, o projeto de uma nova família deixa implícito que irão residir próximos, porém com independência, o que não exclui o compartilhamento de áreas comuns como quintais. A moradia é, assim, uma “necessidade básica”, que ultrapassa o seu aspecto material (WOORTMANN, 1981).

O destino dos produtos cultivados nas comunidades é, sobretudo, para consumo, uma ou duas pessoas vendem e, quando ocorre, é para moradores locais ou pescadores de fora. As áreas de plantio ficam sempre adjacentes às moradias, e é criado um canteiro de madeira, que pode ser na terra ou elevado e normalmente cercado para proteger do ataque dos animais, além de proteger do solo alagadiço (Figura 18). As sementes desses produtos são compradas em lojas de ração e plantas localizadas em Periz de Baixo, mas também compram em São Luís, Rosário, centro de Bacabeira ou mesmo utilizam as sementes do que consomem.

O calendário desse tipo de plantio se ajusta às duas estações do ano, verão e inverno. Nos meses de maio e junho, os moradores iniciam a construção dos seus canteiros, e no final de junho e início de julho começam a plantar, época do verão. O período de chuvas intensas dos meses de janeiro a junho dificulta bastante a plantação nas hortas e o próprio consumo dos produtos, os canteiros ficam encharcados de água e as mudas acabam morrendo.

Figura 18 – Canteiro de chão e canteiro elevado com hortaliças no Batista



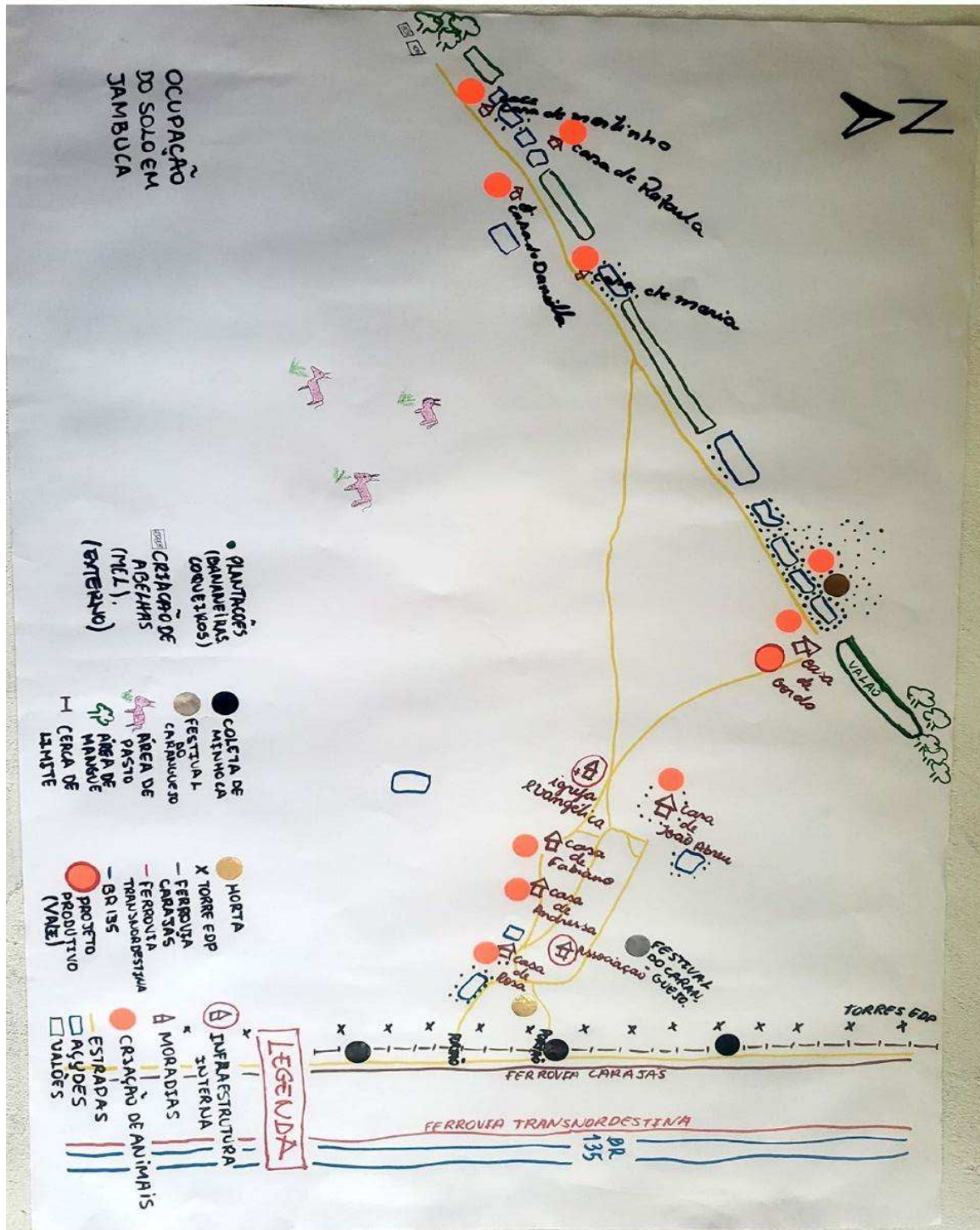
Fonte: Arquivo próprio (2022).

Algumas famílias iniciaram as suas hortas através do projeto *Quintais produtivos e criação de pequenos animais*, trabalho desenvolvido pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), em “parceria” com a Vale S/A, que, na realidade, se trata de uma relação de patronato, em que a Vale exerce influência sobre os moradores. Esse projeto, na comunidade, envolve organizar os quintais produtivos já existentes, acrescentando a criação de galinhas de cortes e poedeiras.

Diferentemente das culturas temporárias e permanentes, nas comunidades é bem recorrente a criação de animais de pequeno e médio porte dos tipos suínos, caprinos e a própria avicultura comentada anteriormente, mas há também a criação de grande porte quando se trata dos bovinos criados à solta nos campos. A maioria das famílias tem criação de animais para consumo próprio e geração de renda, como é o caso da venda do gado. Os locais onde ficam os animais, a exemplo do chiqueiro ou do galinheiro, estão anexos às moradias, já animais do tipo bovinos são criados à solta pelo Campo (Figura 19).



Figura 19 – Mapa de uso e territorialização do solo em Jambuca organizado pelos moradores



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Nota: Plantações de bananeiras, coqueiros; Criação de abelhas (mel) externo; Coleta de minhoca; Festival do Caranguejo; Área de pasto; Área de mangue; cerca limite; Horta; Torre EDP; Ferrovia Carajás, Ferrovia Transnordestina, BR-135; Projeto Quintais Produtivos (Vale); Infraestrutura interna; Moradias; Criação de animais; Estradas; Açudes; Valões.

A criação dos animais também fica anexa às moradias (Figura 20): galinha, porco, boi, bode, pato e peixe em açudes são tanto para consumo quanto para venda, principalmente o

bovino, que é avaliado por cabeça entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00, entretanto nem todos os moradores possuem. Quando ocorrem as vendas, normalmente é realizada diretamente para o consumidor final, o qual encomenda a quantidade exata que necessita. Quando se trata dos bovinos, eles podem ser vendidos inteiros a um magarefe em Periz de Baixo, responsável pelo abate e corte do animal para comercialização.

Figura 20 – Chiqueiros e galinheiros anexos às moradias



Fonte: Arquivo próprio (2022).

A casa é, antes de tudo, um espaço simbólico-ritual para o grupo social que o constitui. Ela é também, tanto no urbano quanto no rural, um domínio privado. No rural, opõe-se ao “exterior”, ao roçado ou ao pasto, onde a casa fica comumente sob a responsabilidade da mulher, enquanto o roçado ou pasto fica sob a figura do homem (WOORTMANN, 1981).

As moradias possuem um terreno de 15 x 30 m, espaço julgado suficiente para ter a casa com canteiro e abrigos para animais. Segundo a liderança comunitária, essas dimensões de lote são comuns a todos, e quando as famílias crescem e os filhos casam são cedidos novos lotes apenas para moradores das comunidades, ou seja, pessoas de fora não conseguem a terra para construir moradia. Algumas moradias têm açudes nos quais criam os peixes, sobretudo a tilápia, normalmente para consumo próprio (Figura 21), mas esses açudes ficam localizados próximos às áreas de moradias, não dentro dos lotes, possibilitando a utilização de uma área bem maior para a instalação de açudes.

Figura 21 – Açudes no quintal de moradora na Rua das Garças



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Os açudes são uma alternativa para as famílias que não conseguem pescar no verão com a seca, visto que algumas famílias não têm embarcações ou canoas para pescarem em alto mar. Nos açudes, também se consegue realizar a atividade da cata do caranguejo (se deslocam pelo solo profundo que se liga ao mangue), bem como nos valões que estão mais próximos de áreas de mangue.

O Quadro 1 representa de forma resumida uma amostra do que é produzido pelos moradores de Jambuca e Batista, tanto nas criações de origem animal como na horticultura, produtos que abastecem as casas e alimentam os seus membros.

Quadro 1 – Produção de origem animal e vegetal das comunidades de Jambuca e Batista

Origem animal	Origem vegetal (hortaliças)	Origem vegetal (frutas)
Peixes	Maxixe	Limão
Patos	Pimenta	Mamão
Siri	Tomate	Melancia
Caranguejos	Cebola	Banana
Galinhas	Alface	Coco
Porcos	Cheiro verde	Goiaba
Bovinos	Cebolinha	Manga
Bode	Quiabo	Acerola
Pintos	—	Caju
—	—	Cupuaçu

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Portanto, percebe-se que, na comunidade tradicional, não se tem a terra como objeto de trabalho, nem se apropria da natureza como base de trabalho de um grupo doméstico, mas como a construção de valores (éticos) da família e, conseqüentemente, como um patrimônio familiar. Por isso, a terra não é algo simples ou, muito menos, uma mercadoria (WOORTMANN, 1981). É na terra que, através do trabalho, se reforçam os laços afetivos entre as pessoas que constituem o território.

Ainda nessa perspectiva, Woortmann (1990) resgata a noção de reciprocidade que, segundo ele, nos permite entender a campesinidade de maneira mais geral, uma vez que não significa troca ou circulação de objetos, mas o próprio espírito da reciprocidade em oposição à “modernidade individualizante”, que transforma a terra em mercadoria, ou seja, em negócio, e nega a reciprocidade e a própria campesinidade.

### 2.3.1 Relações associativas

Em Jambuca, situa-se a sede da AMOCAMPE. Fundada em 2011, com a finalidade de conseguir serviços básicos como luz e água, pela Prefeitura de Bacabeira, é nesse local que os moradores de ambas as comunidades se reúnem para definir assuntos, organizações, ações e atividades importantes para as famílias. As reuniões ocorrem no segundo domingo de cada mês e são organizadas por meio de calendário anual, distribuído aos moradores locais, incluindo idosos e crianças.

A estrutura de gestão e organização ocorre por meio de assembleia geral, conta com diretoria e conselho fiscal. Nas reuniões mensais, as decisões são tomadas sempre em consenso comum entre os participantes, seguindo o calendário anual de reuniões.

Com a organização da comunidade em busca do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da associação, a entidade passa a ter legitimidade, em âmbito legal, para exigir direitos civis básicos, e isso permitirá que os moradores consigam serviços que beneficiarão as comunidades. É curioso notar que o próprio Estado, responsável, por vezes, pela negação de direitos de comunidades e povos tradicionais, exige uma série de formalidades burocráticas para o efetivo reconhecimento do agrupamento de pessoas na forma associativa.

Isso significa que o Estado só reconhece uma determinada associação de pessoas como legítima caso sejam observados os inúmeros requisitos legais para a sua instituição, entre os quais destaca-se o seu registro perante o órgão competente e a instituição do seu CNPJ — exigências dispostas no Código Civil Brasileiro e na Instrução Normativa nº 1.863/2018 da Receita Federal do Brasil.



É evidente que as inúmeras exigências burocráticas que envolvem a regularização de uma associação, fragilizam sensivelmente os grupos politicamente organizados, na medida em que, para pleitear qualquer direito coletivo em juízo, por exemplo, a entidade deverá estar devidamente regularizada e reconhecida pelo Estado, que, por vezes, como dito, nega direitos das comunidades.

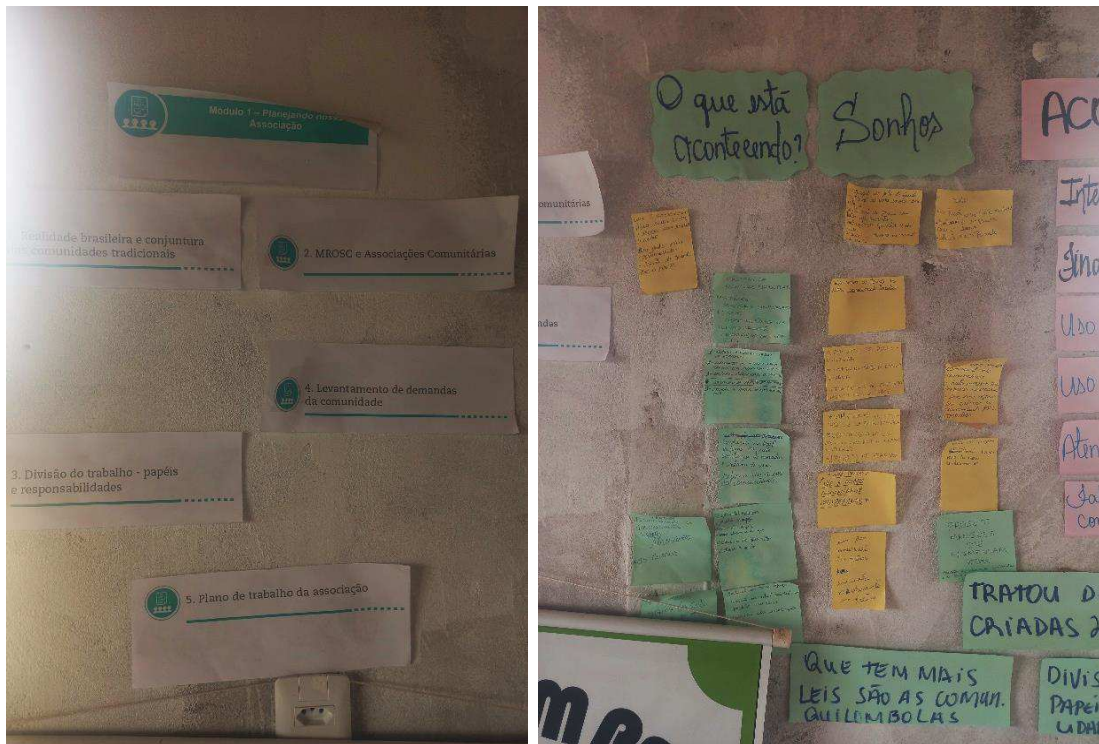
A respeito da exigência de um CNPJ, a própria Constituição Federal de 1988 não obriga a criação de se associar ou permanecer associado. No art. 5º, incisos XVII, XVIII e XX, estão descritos respectivamente: é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; a criação de associações e, na forma de lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; e ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado, no entanto, como já demonstrado, há sim uma exigência (BRASIL, 1988).

Pela Associação de Moradores ocorrem variadas atividades como capacitação de mão de obra, cursos e oficinas de empreendedorismo, gestão social, desenvolvimento social e construção de casas de alvenaria para os moradores, conforme consta no relatório da EDP Energias do Brasil, bem como projetos em “parceria” e serviços de infraestrutura como energia elétrica, água e estrada de piçarra para as comunidades por meio da entidade (EDP BRASIL, 2020).

As reuniões na Associação de Moradores são, em geral, realizadas com parceiros que desenvolvem projetos em colaboração e utilizam esses momentos para criar estratégias de desenvolver novos projetos, refletir sobre as comunidades e tentar obter mais direitos básicos que beneficiem os moradores.

Nesses encontros, são discutidas parcerias ativas normalmente com a presença do ISPN, em que analisam outras possibilidades de parceiros, problemas internos, infraestrutura já alcançada nas comunidades e o que ainda sonham conseguir realizar (Figura 22). Os materiais construídos nesses momentos normalmente ficam expostos em mural nas paredes da sede da AMOCAMPE e contam com uma boa participação e interesse por parte dos associados através da constância dos envolvidos e da disseminação das atividades nas comunidades.

Figura 22 – Material produzido pelos moradores em reunião com o ISPN na sede da AMOCAMPE



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Segundo informações da líder comunitária, devido à proximidade com Periz de Baixo, alguns moradores também são associados à Colônia de Pescadores de Periz de Baixo, em que pagam parcelas da mensalidade para receber o seguro defeso<sup>10</sup>. Os pescadores podem receber até cinco parcelas do salário-mínimo em vigor; já outros associados são sindicalizados no Sindicato de Pescadores do Município de Bacabeira.

Para receber o auxílio, é necessário que os pescadores artesanais estejam inscritos junto a entidades associativas como já foi comentado acima, quando nos referimos à Colônia de Pescadores. No entanto, faz-se importante refletir que, em alguns casos, a criação dessas colônias colocou em discussão a própria classe de pescadores artesanais, os quais ainda são tidos como “atrasados” frente à “modernidade”.

De acordo com Oliveira e Cyrino (2017), a partir da primeira metade do século XX, as primeiras colônias de pescadores foram criadas no Brasil, houve, dessa maneira, estratégias desenvolvimentistas para modernização da pesca, interferindo diretamente nos modos de vida

<sup>10</sup> O seguro defeso, segundo site do Governo Federal, é um benefício destinado aos pescadores artesanais com o propósito de garantir renda quando não puderem realizar as suas atividades devido ao período de reprodução das espécies. Para receber o valor de um salário-mínimo, o pescador deve estar registrado junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura com, no mínimo, três anos de antecedência da data de requerimento do benefício (BRASIL, 2022b).

dos pescadores mediante regulamentações das atividades pesqueiras. Nesse meio, as atividades de pesca artesanais passaram a ser identificadas como atrasadas, um verdadeiro obstáculo frente à modernidade, que nada mais é do que uma nova forma de colonialidade, que resultou em processos de exclusão social de pescadores artesanais por tais estratégias desenvolvimentistas.

Associada a esses fatores estruturais, em determinados contextos há a presença do clientelismo em meio a esse processo da organização das Colônias de Pescadores, que, por vezes, fragiliza a mínima representação que deveria existir perante os pescadores registrados. Um exemplo da falta de representatividade efetiva, por parte da Colônia de Pescadores no município de Bacabeira, foi relatado pela líder comunitária da AMOCAMPE quando expressou a sua revolta ao saber que, em uma sessão na Câmara de Vereadores, as comunidades Jambuca, Batista e outras pesqueiras não eram reconhecidas como comunidades ribeirinhas.

Ocorre que, nessa sessão, estavam presentes três vereadores que coincidentemente eram também os três presidentes das Colônias de Pescadores de Bacabeira, Periz de Cima e Periz de Baixo. Conforme a líder comunitária: “se tem pescadores, tem ribeirinhos”, mas essa situação inviabilizou a chegada da vacinação de Covid-19, no ano de 2021, que estava sendo direcionada a comunidades ribeirinhas. Os moradores só tomaram conhecimento sobre toda a questão quando foram em busca de informações acerca da vacinação destinada aos ribeirinhos.

### 2.3.2 Relações de família

Em uma caracterização geral das famílias entrevistadas em Jambuca e Batista, incluindo a Rua das Garças, uma proporção maior se apresenta chefiada por mulheres, formadas também por coletividades humanas majoritariamente adulta e idosa, com faixas etárias que variam entre 42 e 69 anos de idade. Cada vez mais, temos visto o crescente número de famílias chefiadas por mulheres em todos os seguimentos sociais, em que o grupo doméstico é formado pela mulher e seus filhos, frutos de uma ou mais uniões (OLIVEIRA, 1996).

Segundo a autora, esse aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres se dá pela crescente autonomia das mulheres decorrentes de conquistas de seus papéis na sociedade, o que pode influenciar na escolha de permanecer ou não com o seu parceiro e do aumento na oportunidade de empregos. Além disso, chama atenção que, no cenário brasileiro, muitas dessas mulheres chefes de família se encontram em situação de pobreza.

O número de membros por família é formado por dois ou três pessoas na maioria dos casos, contudo há famílias formadas por quatro ou até dez pessoas constituindo o núcleo familiar. Os vínculos matrimoniais apresentam maior grau de informalidade, com elevada

proporção do “vivendo juntos”, ao passo que a maioria não frequenta ou é membro de igreja. Essa baixa aderência à participação religiosa pode justificar o elevado grau de informalidade dos matrimônios. Chamada também de “união consensual”, sem vínculo ou aparato legal, essa categoria, conforme Oliveira (1996), tem aumentado cada vez mais em todas as camadas da população brasileira.

No que tange ao grau de escolaridade, a maior proporção é de ensino fundamental incompleto, seguido de ensino médio incompleto. As crianças e adolescentes das comunidades encontram-se matriculados e frequentando regularmente a escola localizada em Periz de Baixo e na sede de Bacabeira, fato que se atrela ao recebimento de benefícios do Governo Federal, como o Auxílio Brasil, que exige a frequência escolar. Já a idade dessas crianças e adolescentes varia de 3 a 15 anos.

No tocante aos vínculos parentais, há uma proporção maior de famílias constituídas por marido, esposa, filhos e, em alguns casos, irmãos dos casais no núcleo familiar, isso seria o que Oliveira (1996) classifica como “família ampliada”, no qual, ao lado do casal e dos filhos, agregam-se também parentes do marido e/ou da esposa.

Entretanto, há grande proximidade física com outros componentes familiares, ou seja, as comunidades são constituídas por moradores que pertencem a uma mesma família distribuídas em seus locais de assentamento. Woortmann (1981) nos diz que a casa corresponde à família e, por isso, o local de moradia corresponde à rede de parentesco. É nesse prisma que os moradores dessas comunidades se agrupam, para permanecerem próximos aos seus parentes.

Conforme as próprias classificações dos moradores locais, Jambuca é representada pela família do Sr. Felix (o primeiro morador local), o Batista, pela família de Dona Patrícia, e na Rua das Garças, pela família do Sr. Valdeci Costa. Esses representantes já vivem há mais de 40 anos no território e, portanto, são figuras representativas no resgate histórico do processo de territorialidade local, uma vez que construíram toda uma vida e dão continuidade por meio das novas formações familiares, a partir de seus filhos e netos.

Com as suas famílias e os seus vizinhos, formam um grupo de convivência que se manifesta em relações práticas de ajuda mútua, podendo ser, ainda, apoio moral ou material. Essa proximidade, segundo Romanelli e Bezerra (1999), cria teias de relações que ajudam no enfrentamento de dificuldades de sobrevivência, em que impera a solidariedade. Ainda sob a ótica desses autores, as relações entre parentes e vizinhos favorecem diferentes tipos de trocas — desde uma simples ajuda até momentos de comemorações festivas — e ultrapassam núcleos domésticos, como podem ser observados nas comunidades de Jambuca e Batista.

### 2.3.3 Relações de solidariedade

As relações de solidariedade são construídas por meio das relações de parentesco e proximidade entre os grupos domésticos. No contexto camponês, como explana Woortmann (1981), muitas vezes os vizinhos são parentes, como no caso de Jambuca e Batista. Por isso, o movimento de cooperação entre os núcleos familiares é bem forte, resultando em diferentes atividades conjuntas em prol de conquistas individuais ou coletivas.

São diferentes formas de apropriação comum dos espaços envolvidos em arranjos permeados por uma grande teia de parentesco, compadrio, normas, valores e ajuda mútua que resulta em uma solidariedade intragrupal. As relações de compadrio, por exemplo, facilitam o acesso e compartilhamento de zonas de produção (pesca, por exemplo), constituindo base na solidariedade junto a outras formas de cooperação (DIEGUES, 2008).

Em Jambuca e Batista, há diversas ocasiões em que a sociabilidade e solidariedade se dão, temos então relações de trabalho e econômicas (pescaria, extração de recursos vegetais, venda ou troca de produtos entre os moradores das comunidades); cultos religiosos (celebrações evangélicas); lazer e entretenimento (jogos de futebol, Festival do Caranguejo, banho de mar, cerveja entre amigos nas portas das casas; relações políticas (reuniões de moradores); relações de ajuda mútua (construção de moradias, limpeza das áreas de mangue e igarapés, compra de alimentos em outras localidades). O fato comum contribui para que essas relações reforcem laços de confiança e compartilhamento na base da reciprocidade. São manifestações reunidas que constituem a cultura enquanto ordem das comunidades.

O caráter voluntário aqui é identificado, com base em Mauss (2003), dentro de uma multiplicidade de coisas em movimento, em que esse caráter é, ao mesmo tempo, obrigatório e interessado diante dessas prestações. O referido autor chama de sistema de prestações de bens ou serviços estruturados na reciprocidade, trabalhando a categoria “economia da dádiva-troca”. Nesse sentido, a dádiva contrapõe à troca mercantil e à reciprocidade um caráter universal, pautado na obrigação de “dar, receber e retribuir”, prestações totais de sociedades antigas, associada a uma moral e a valores éticos. Essas obrigações criam laços simbólicos e espirituais entre os atores da dádiva.

Partindo das ideias de Mauss, destacamos algumas características das trocas no cotidiano das comunidades de Jambuca e Batista, acionando mecanismos de ajuda e prestações de serviços voltados às unidades familiares ou mesmo à comunidade em geral. O caranguejo, por exemplo, surgiu da motivação interna dos moradores locais em criar algo que festejasse e colocasse em evidência a importância desse crustáceo e do mangue, uma das principais fontes

de alimento, trabalho e vida para eles. Em 2013, os moradores de Jambuca e Batista criam o Festival do Caranguejo, festejo coletivo de três dias, sempre no mês de novembro (Figura 23).

Figura 23 – Divulgação de chamada para o Festival do Caranguejo em Jambuca



Fonte: Rocha (2015).

Conforme teoriza Fabrini (2006), tais manifestações são favorecidas pelas relações familiares, de amizade, de vizinhos e de ajuda mútua. São relações caracterizadas por vínculos de sociabilidade, solidariedade, e não por fatores políticos ou ideológicos. Para Mauss (2003), não são os indivíduos, e sim as coletividades que mantêm essas prestações recíprocas entre grupos familiares, comunitários etc. Diferentemente das sociedades modernas, há “misturas entre almas e coisas” nessas prestações, entre riquezas materiais e espirituais:

Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem “respeitos” – podemos dizer igualmente, “cortesias”. Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se “devem” – elas e seus bens – aos outros. (MAUSS, 2003, p. 263).

O festival conta com variados pratos feitos com caranguejo, bebidas, e a música é por conta das radiolas de som que são contratadas de outros municípios, além do “Concurso de Laço de Bode”, “Baile de São Gonçalo”, “Concurso da Rainha do Caranguejo”, seresta, leilão de animais e desfiles. Assim, o evento atrai visitantes de várias localidades vizinhas e recebe patrocínio da Prefeitura de Bacabeira, colocando o município na rota do turismo gastronômico e movimentando a economia a partir da produção local (Figura 24).



Figura 24 – Primeiro Festival do Caranguejo realizado na comunidade de Jambuca



Fonte: Rocha (2015).

O festejo é um dos fatores que torna o território de Campo de Perizes importante para outros grupos sociais de municípios vizinhos. Outra festa apontada pelos moradores é a Festa Junina que ocorre em Periz de Baixo, considerada uma das melhores da região, tal qual o Festival do Caranguejo. Além disso, o caranguejo é a principal fonte de alimentação na Semana Santa, alimento indispensável e vinculado diretamente a essa data pelas comunidades. O festival não vinha acontecendo desde o início da pandemia, voltando a ser realizado nos dias 5 e 6 de novembro de 2022 (Figura 25).

Figura 25 – Festival do Caranguejo realizado na comunidade de Jambuca em 2022



Fonte: Imagens cedidas pela AMOCAMPE (2022).

Nessas comunidades, os vizinhos são família; por isso, possuem um elevado grau de sociabilidade e solidariedade uns para com os outros, tanto em nível de vizinhança mais próxima, ou seja, no nível da rua, quanto entre as próprias comunidades. Essa reciprocidade pode ser considerada um fator importante no modo de vida campesino, ao passo que o aspecto

econômico da distribuição entre parentes acontece nas relações de parentesco (TAUSSIG apud WOORTMANN, 1990).

O lazer e o entretenimento das famílias são, sobretudo, relacionados a reuniões de almoço em família, que ocorrem normalmente aos fins de semana, em que o ponto central é a comida e a interação social entre vizinhos e família. Para Woortmann (1981), a comida tem um significado importante para o camponês, que tem relação direta com a terra e com o trabalho, bem como fala da família, e essas categorias são envoltas em significados, fonte de vida, ritual, relações sociais.

Outra atividade realizada em conjunto é sair para pescar, realizar festas de aniversário ou até mesmo festejar datas comemorativas como Dia das Mães, Dia das Crianças, ceia no Natal e Virada do Ano. As crianças e os jovens aproveitam as ruas para brincar, jogar queimado, usam as valas naturais e o braço de mar para tomar banho, enquanto os adultos, em momentos específicos, se organizam para tomar cerveja na porta de suas casas, com familiares e amigos. No verão, os moradores também se reúnem e transformam área do mangue com lama seca em campinhos de futebol localizados no território do Batista, reforçando as relações de sociabilidade e solidariedade entre os moradores.

Viver aqui é muito bom, a minha infância toda foi aqui, eu sinto muita falta e eu quero proporcionar a mesma infância que eu tive para o meu filho aqui, banhar nos igarapés, pescar, se sujar de lama e a gente não quer perder o que a gente tem aqui. (J.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

Outro tipo de troca está ligado às atividades religiosas que ocorrem normalmente aos fins de semana, por exemplo, a nova igreja instalada em Jambuca só funciona aos sábados; em outros casos, segunda, quinta e sexta também são destinadas a esse tipo de atividade. Em outros momentos, acontecem cultos itinerantes nas casas de algumas famílias, e os próprios moradores se organizam e os promovem, normalmente na casa de seus familiares, que também são seus vizinhos.

Uma outra forma prática de solidariedade entre os familiares e vizinhos é realizar algumas atividades em mutirão. Normalmente, os mutirões acontecem para a construção de moradias e cercamento de terrenos. Sobre isso, Woortmann (1981) contribui quando analisa a cooperação de parentes e vizinhos, por vezes parentes, no contexto rural:

Ambas as formas de reunir as pessoas que constroem a *casa* são formas de solidariedade articuladas pelo parentesco ou formas próximas dele... Mas o *adjunto* é a forma social prescrita de construção de uma casa... a equipe normal de construção



de uma *casa* é constituída também por parentes e vizinhos, e é só eventualmente que é feita pelo grupo doméstico. (WOORTMANN, 1981, p. 139, grifo do autor).

Os vizinhos reúnem-se, também, para comprar mantimentos e fazer outros tipos de compras, tanto em São Luís quanto em Periz de Baixo ou mesmo na sede de Bacabeira. Para realizar o traslado, os vizinhos se reúnem em duas ou três pessoas e fretam carro de linha que custa em torno de R\$ 160,00, valor que é dividido entre eles. As compras acontecem na maioria das vezes em São Luís, segundo os moradores são mais baratas, motivo primordial de realizá-las na capital e em quantidade que possa suprir o mês ou mais um pouco. Diferentemente das compras de materiais de construção, estas são adquiridas em Periz de Baixo, localidade mais próxima das comunidades, facilitando o acesso aos produtos e transporte.

Essas relações de vizinhança constituem entre famílias e entre as comunidades o que Candido (2017) chama de uma estrutura intermediária, que define o universo imediato da vida de coletividades humanas rurais, nas quais se configuram as suas relações sociais básicas. A respeito dessas características dos camponeses, Wanderley (2015) afirma que os vínculos familiares e grupos sociais se relacionam em função do patrimônio familiar e constroem um modo de vida e trabalho, solidificados em constituição de laços de vizinhança e familiares. Esses vínculos afetivos criados entre o grupo e com o território, a memória coletiva e o uso social dos espaços acionam artifícios de sua defesa.

#### **2.4 Autoprodução do espaço, programas sociais e parcerias**

A relação com a terra e com os espaços domésticos nas comunidades de Jambuca e Batista se dá enquanto extensão da natureza, e não como forma de acúmulo para o Capital. Nesse sentido, Shanin (2008) ressalta que os camponeses buscam assegurar a sua organização social, política e econômica por meio do trabalho familiar para subsistirem e se reproduzirem. As dinâmicas de uso do território pelas famílias seguem a lógica de proteção do meio ambiente, respeito e extração apenas do necessário para a reprodução social das famílias (Figura 26).

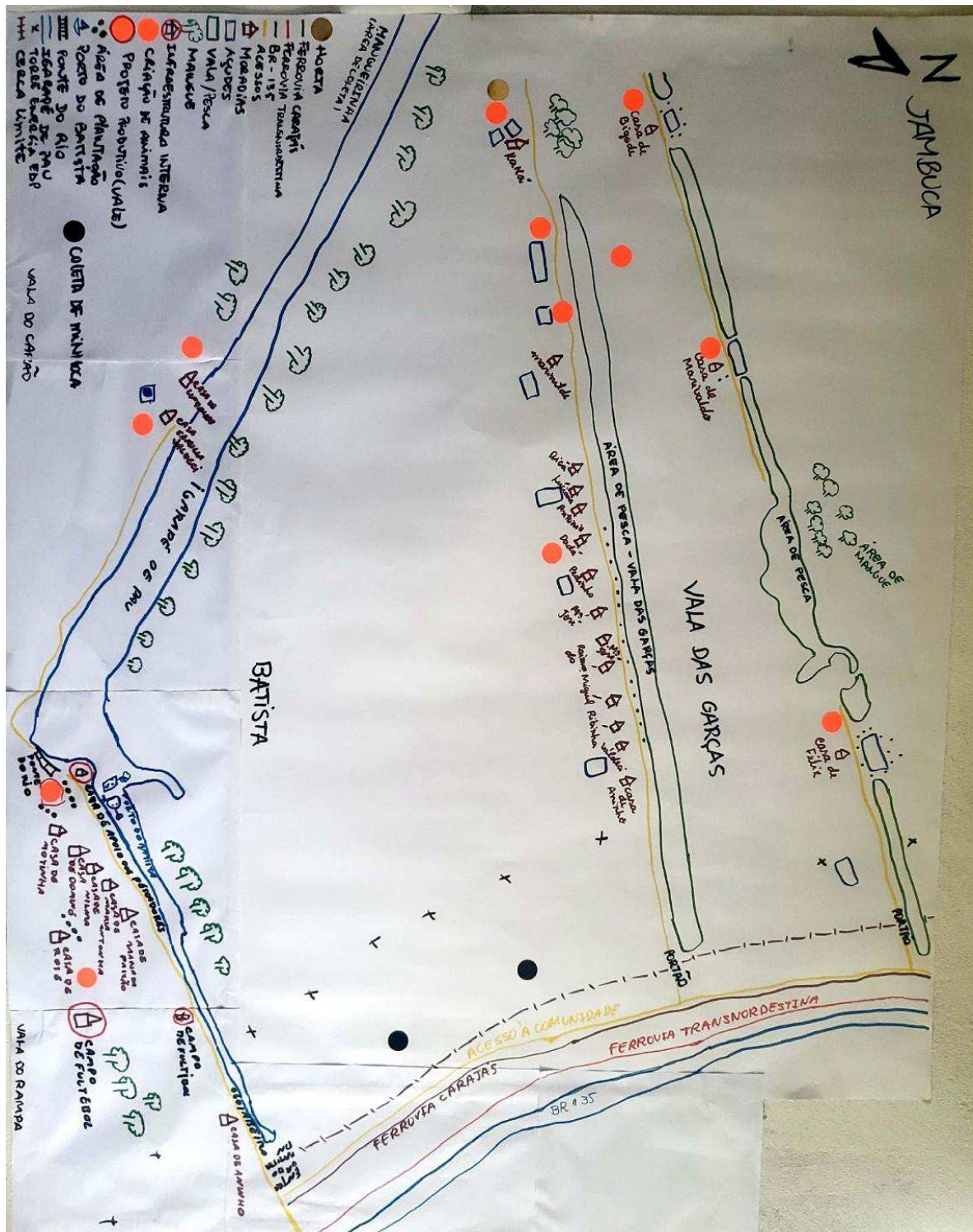
A autoprodução dos espaços das comunidades de Jambuca e Batista, nesse sentido, se dá por meio dos saberes, autonomia e controle com base nas suas experiências cotidianas, refletidos no modo de vida social que se transpõe ao espacial, dando ao espaço significados simbólicos e meios de apropriação. São, assim, efetivamente produtores dos seus espaços enquanto grupo que, mais do que sociais, são socioespaciais (KAPP, 2018).

Um grupo socioespacial, na perspectiva de Kapp (2018), é formado a partir do compartilhamento, da produção desse espaço e do espaço enquanto produtor, ou seja, que

constitui um grupo. Além disso, a autora nos apresenta outras características que contribuem na identificação desses grupos, quais sejam: diferem em relação ao tempo, espaço e organização interna; o grupo é agente político operando com um espaço dado e contra esse mesmo espaço; o espaço do grupo é mais importante comparado aos espaços individuais de seus integrantes; a história da produção coletiva do espaço têm extrema importância; por fim, a estrutura social do grupo relaciona-se à estrutura espacial que deve ser compreendida nas suas especificidades.

Essa forma de autoprodução do espaço se contrapõe à divisão do trabalho que segue a organização espacial conforme padrões disciplinares capitalistas visando só à produtividade, ao valor, impondo a heteronomia, uma produção material que, conforme Nogueira (2013, p. 57), trata-se de espaços planejados onde os grupos sociais apenas devem se comportar, cujo “objetivo é o lucro, em situações onde [*sic*] o objetivo é o uso”.

Figura 26 – Dinâmica da organização do espaço pelas comunidades



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Nota: Horta; Ferrovia Carajás; Ferrovia Transnordestina; Rodovia BR-135; Acessos; Moradias; Açudes; Vala/Pesca; Mangue; Infraestrutura Interna; Criação de animais; Projeto Produtivo (Vale); Área de Plantação; Porto do Batista; Ponte do Rio; Igarapé de Pau; Torre energia EDP; Cerca limite; Coleta de Minhoca; Campo de Futebol; Vala do Rampa; Casa de apoio aos pescadores; Portão; Portinho.

Na imagem acima, observamos como o território se organiza e como demonstra o cotidiano de vida dos moradores. É perceptível a contradição de realidades e de diferentes formas de produções nesses espaços. Por um lado, as comunidades, para terem acesso aos seus territórios, precisam ultrapassar toda uma infraestrutura criada por rodovias, Estradas de Ferro e torres de transmissão de energia, limitando os horários de ir e vir dos moradores, sobretudo pela passagem constante dos trens — uma mesma infraestrutura que desarticula tantas outras comunidades por onde passa. Por outro lado, as famílias mantêm a sua lógica de vida e de produção dessa vida cotidiana pautada na ligação direta com a terra, com os recursos naturais disponibilizados por ela e toda as relações sociais construídas ao longo do tempo.

As moradias apresentam um padrão de territorialização disperso com casas margeando as valas e o igarapé, locais onde normalmente pescam ou realizam a coleta de caranguejo, o que facilita o acesso ao alimento, a produção e a manutenção das interações entre os indivíduos e a natureza, bem como vínculos familiares, reciprocidade e solidariedade. Nesse sentido, concordamos com Diegues (2008) quando afirma que essas relações não podem ser tidas como dualistas, mas como um *continuum*, visto que as relações sociais e o natural estão ligados intrinsicamente, ou seja, para além de espaços de aprovisionamento, constitui um palco de sociabilidades diversas:

As populações tradicionais também não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Uma importante diferença, no entanto é que essa natureza diversa não é vista necessariamente como selvagem em sua totalidade; ela foi e é domesticada, manipulada. Uma outra diferença é que essa diversidade da vida não é vista como “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que têm um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia. (DIEGUES, 2008, p. 181).

A casa, por exemplo, enquanto materialização da família, é também um local de reprodução da força de trabalho dos seus membros, onde é a partir das relações no mundo interior que essas mesmas relações vão se estender para o exterior (WOORTMANN, 1981).

A moradia daqui é uma das melhores moradia, porque aqui você suspira o ar fresco, você amanhece o dia e olha para essa paisagem aqui verde, essas garças voando, para todos os animais aqui perto da gente, a natureza bem divina mesmo. Este lugar aqui não tem preço, não tem nada, não tem desafio nenhum. Toda dificuldade que nós já tivemos, hoje, eu digo aos meus sobrinhos “vocês moram hoje no paraíso”, porque aqui antigamente a gente atravessava de canoa, porque era muito fundo não dava para andar sem canoa e depois dessas lutas a gente vem conseguindo, carro hoje já vai nas portas, carro nem passava aqui, quase todo mundo tá tendo uma motozinha, outro já tem seu carro, já vai buscando melhoria, porque um já tem já ajuda o outro que não tem. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

As moradias nas comunidades, em quase a sua totalidade, são construídas com paredes de alvenaria de tijolo cerâmico. Ainda há uma de taipa e duas de madeira, a cobertura de todas elas são de telha de barro (Figura 27). Como todos são familiares ou há relação de compadrio, as construções das casas são feitas por mutirão, o carpinteiro é da comunidade e, em uma lógica de organização das construções das casas, segue padrões da própria organização social de seus membros em um contexto rural, conforme afirma Woortmann (1981).

Figura 27 – Padrões espaciais de produção de moradias na Rua das Garças



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Os padrões espaciais de produção das moradias apresentam características que representam os modos e a dinâmica de vida dos núcleos familiares camponeses. As casas possuem portas na frente (voltada para a rua) e nos fundos (voltadas para o quintal). Sobre isso, Woortmann (1981) contribui na perspectiva que endossa a existência desse padrão que está relacionado aos padrões de comportamento de seus membros, já que a casa é o espaço social próprio.

Em relação a essas duas entradas, a porta da frente está destinada à chegada de visitas estranhas, pessoas de fora do círculo íntimo do núcleo familiar, fica também o homem quando está em casa. A entrada dos fundos, pela cozinha, destina-se à vizinhança e às mulheres da família. A cozinha é, assim, uma mediação entre a casa e o mundo exterior, bem como uma organização que apresenta oposições entre a casa e o mundo externo e os papéis estruturais do homem e da mulher (WOORTMANN, 1981).

A cozinha normalmente é o último cômodo da moradia, local onde as famílias se reúnem e compartilham momentos de ajuda ou mesmo de companhia. Quanto aos banheiros, comumente são localizados na parte externa das moradias, pouquíssimas apresentaram banheiro interno. Diante disso, a casa, além de sua construção, é estrutura simbólica, espaço e processo que transmite ideologias (WOORTMANN, 1981).

As moradias se assemelham a tantas outras moradias rurais, no entanto, apesar de apresentarem padrões espaciais de produção similares, não são padronizadas, pois levam em conta o tamanho do núcleo familiar que a constitui (BURNETT, 2020). Assim como as análises das disposições dos cômodos de moradias rurais no Maranhão (BURNETT, 2020), as casas em Jambuca e Batista apresentam esquemas de organização bem semelhantes, onde se inicia a disposição pela sala, seguida dos quartos de dormir, que variam de acordo com o número de membros e recursos financeiros da família.

Das 17 moradias visitadas na pesquisa de campo, os cômodos configuram-se da seguinte forma: sala, quartos que variam de um a dois por moradia, somente uma casa possui três quartos, a maioria possui um banheiro interno, apenas uma possui dois banheiros internos, conseqüentemente poucas têm banheiro externo e cozinha ao fundo. A situação dos padrões espaciais de produção das casas demonstrou que há casos de superlotação das moradias, famílias com dez membros, por exemplo, só possuem dois quartos em sua casa e apenas um quarto tem cama de casal.

A gestão das terras é feita pela AMOCAMPE, que delimita lotes com dimensões de 15 x 30 m cedidos e cercados com estacas de madeira. Como não há propriedade privada, os moradores não podem vender as suas moradias caso queiram ir morar em outro local. A associação tem um documento que os impede de realizar tal ato, visto que a área do Campo de Perizes é uma área de proteção ambiental. A propriedade para esses moradores é coletiva e familiar; em razão disso, não é cedido terreno para pessoas de fora, apenas para quem já é da comunidade.

O lote com essas dimensões é para suprir a instalação da casa, da horta e espaços para alojar os animais de pequeno e médio porte (Figura 28). O cercamento dos lotes é realizado para proteção do avanço de animais e acontece através de mutirão entre os moradores das duas comunidades de Jambuca e Batista.

Para Candido (2017), o mutirão é um dos pontos mais importantes na vida cultural enquanto um trabalho coletivo. Trata-se de uma obrigação bilateral, elemento que integra a sociabilidade de um grupo representada na unidade e no funcionamento. As oportunidades de mutirão nas comunidades surgem em contextos das construções de moradias, cercamentos dos



lotes, limpeza de resíduos sólidos em áreas de mangues, organizações de festas, entre outras atividades desenvolvidas na vizinhança. O mutirão consiste, assim, na reunião da vizinhança, convocada para realizar ajuda mútua ao efetuar um determinado trabalho.

Figura 28 – Organização dos lotes em Jambuca



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Na comunidade de Jambuca, está localizada a sede da AMOCAMPE. Os primeiros encontros aconteciam em um galpão de palha até quando a Prefeitura de Bacabeira financiou a construção da nova sede, em alvenaria e cobertura em telha de barro (Figura 29). Atualmente, a própria associação de moradores conseguiu, com recursos próprios, ampliar e reformar o local, permitindo que o espaço ficasse mais amplo, ventilado e adequado para receber os associados e demais moradores.

Figura 29 – As mudanças na sede da AMOCAMPE em Jambuca



Fonte: Imagens cedidas pela AMOCAMPE (2022).

Nota: (A) Primeira sede da AMOCAMPE no ano de 2011; (B) Sede construída pela Prefeitura de Bacabeira; (C) Ampliação realizada pela AMOCAMPE com recursos próprios.

Além da conquista dessa reforma e da ampliação da AMOCAMPE, uma igreja evangélica foi construída com recursos próprios da associação e já está em funcionamento aos dias de sábado. São poucos os moradores que a frequentam, tanto de Jambuca quanto de Batista, e a pastora que ministra os cultos é de São Luís. A igreja conta com um acesso difícil, pois está em uma área bem alagadiça, e as ruas de piçarra não conseguem minimizar o estado precário que fica em tempos chuvosos (Figura 30).



Figura 30 – Igreja evangélica em Jambuca



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Como Jambuca está localizada mais próxima da rodovia BR-135, das estradas de ferro (Vale e Transnordestina) e das LTs de energia, Batista está mais próxima dos recursos hídricos (rio e mar). É pelo acesso através de Batista que os moradores conseguem se deslocar pelo Igarapé de Pau até à Baía de São Marcos e, assim, realizar a pesca tanto na água doce quanto na água salgada, bem como a coleta de moluscos e crustáceos nos manguezais.

Em Batista, há poucas casas, as moradias são mais próximas e parecem não seguir o padrão do lote de 15 x 30m, mas, ainda assim, contam com pequenas hortas e a criação de animais nos fundos. São habitadas por membros de uma mesma família formada por irmãos e a matriarca e conta, em suas proximidades, com o porto considerado o mais movimentado do território (Figura 31). Pertencente a ela, temos a Rua das Garças, cujos moradores a consideram uma quadra dessa comunidade, recebendo tal nome devido à vala profunda que existe paralela às moradias, local onde os moradores costumam pescar. Para construir moradias próximas à vala, foi necessário aterrar a área do campo no intuito de edificá-las.

Figura 31 – Estrutura física da comunidade do Batista



Fonte: Autoria própria (2022).

Nota: (A) Moradias em Batista; (B) Porto do Batista.

Jambuca e Batista apresentam-se como locais tranquilos em comparação a viver na cidade (mesmo com toda a poluição sonora, visual e ambiental das ferrovias e da rodovia). Os moradores possuem boas condições para criar os animais, fazer os plantios e, sobretudo, retirar o alimento do dia a dia de forma fácil e acessível, pois vivem em um ambiente provedor dos bens necessários para o provimento das famílias. Todavia, apresentam possibilidades de melhoramento de suas vidas, como o acesso às comunidades, que alagam consideravelmente em períodos de chuva, dificultando a mobilidade dos moradores, e como a reforma do porto requerida pela comunidade do Batista, assim como a ponte metálica que está bem degradada por conta da oxidação do salitre.

O modo de vida tradicional dos moradores em ambas as comunidades perpassa pela forte interação com o meio biofísico em que se encontram e pelos fortes laços sociais entre os seus familiares e vizinhança. Para Camacho (2014), o campesinato, assim como qualquer outro grupo social, possui como princípio a reprodução material e cultural familiar, fatores que são estratégicos à sua sobrevivência. Tais aspectos contribuem para a valorização do território e a reprodução do modo de vida nas estruturas familiares ao longo de todos esses anos, em que as práticas extrativistas são reproduzidas nos núcleos familiares desde a infância, tanto para os homens quanto para as mulheres.

#### 2.4.1 Programas sociais

Há uma alta incidência de famílias que recebem benefícios de prestação continuada; entre eles: aposentadoria, auxílio Brasil e seguro defeso, especialmente em famílias com idosos,

crianças e adolescentes. Os poucos recursos financeiros provenientes dessas fontes são usados para compra de mantimentos e de alguns bens de consumo duráveis, como: filtro, geladeira, televisão, móveis para sala (sofá, rack, cadeiras), móveis para o quarto (cama e guarda-roupa), liquidificador, fogão a gás, máquina de lavar, bicicleta e moto. Porém, algumas moradias não apresentam nem metade do que listamos, apenas o básico relacionado à alimentação, geladeira, fogão, fogão a gás, redes e cadeiras. O custo do botijão do gás varia de R\$ 100,00 a R\$ 120,00, sendo adquirido em Periz de Baixo.

Quanto à energia elétrica, a alimentação é através da rede geral de distribuição – Equatorial, serviço chegou à comunidade em 2011, após várias reivindicações dos moradores, a ponto de se organizarem e criarem a AMOCAMPE, para ter força na solicitação e garantia da política pública. A média de valor da conta de energia nas comunidades é em torno de R\$ 3,00 a R\$ 30,00; alguns moradores que possuem mais eletrodomésticos pagam um pouco mais caro, chegando até R\$ 80,00; outra parcela ainda não recebe a cobrança, alguns relataram que não possuem cadastro no sistema da Equatorial ou estão dependendo de mudanças de postes.

O abastecimento de água nas moradias é garantido pelo Sistema Italuís – CAEMA, através da mediação da Prefeitura de Bacabeira em 2019. A água é utilizada no dia a dia para limpeza doméstica, preparo de alimentos, banho, lavagem de roupa, animais e canteiros. Com a água encanada, os moradores não precisaram mais transportar água de Periz de Baixo, nem do poço que se encontrava localizado do lado oposto da rodovia da BR-135.

O destino do lixo ocorre tanto pela queima quanto pela coleta pública da Prefeitura, e os moradores organizam seus lixos e deixam à espera do caminhão, contudo, caso não passe ou demore muito a passar nas comunidades, eles queimam. Nas comunidades, não há coleta adequada dos esgotos dos banheiros; nas casas, as necessidades fisiológicas são realizadas com fossas localizadas nos quintais das moradias e, em outros poucos casos, em sentinas.

O acesso à educação e à saúde ocorre em Periz de Baixo e na sede de Bacabeira. As crianças e adolescentes utilizam, em sua grande maioria, serviços de educação municipal em Periz de Baixo ou na escola estadual na sede de Bacabeira. Os deslocamentos se dão por meio do ônibus escolar que adentra as comunidades buscando os alunos. Em outros casos, as famílias que têm bicicleta ou moto deixam os estudantes no ambiente escolar; quando não, caminham até a rodovia e pegam carro de linha ou van. Para os moradores da comunidade de Batista, o período de chuvas intensas é bem desgastante, pois dificulta bastante o deslocamento no campo para deixar as crianças na escola, que, por vezes, chegam molhadas ou com os pés sujos, por conta das áreas alagadiças.

São poucos os moradores das comunidades que possuem moto ou bicicleta; é mais comum caminharem até a rodovia BR-135 e pegarem van ou carro de linha São Luís-Rosário, pagando passagens de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 para locais mais próximos, como Periz de Baixo ou centro de Bacabeira. Há, também, quem pegue carona com vizinhos ou familiares que possuam algum meio de locomoção. Quanto ao acesso à saúde, nas comunidades não chegam agentes de saúde; assim, os moradores realizam os seus exames, partos, pré-natal ou consultas no Posto de Saúde de Periz de Baixo e no Hospital Municipal de Bacabeira.

#### 2.4.2 Parcerias

A relação com a Prefeitura de Bacabeira iniciou por intermédio da oficialização da AMOCAMPE. Foi pela associação que os moradores, organizados, conseguiriam reivindicar os seus direitos. O trâmite do pedido de energia elétrica para as comunidades iniciou ainda em 2011, ano de criação da Associação de Moradores; em 2012, conseguiram a energia elétrica por meio do “Programa Luz para Todos”. Também foram assegurados às famílias outros benefícios que tiveram impacto direto no cotidiano, como água encanada pelo Sistema Italuís – CAEMA, piçarra nos principais acessos às comunidades, aprofundamento de valas para pesca, construção da sede da Associação de Moradores, em Jambuca, e de algumas moradias, substituindo casas de taipa e madeira por de alvenaria com cobertura de telha de barro.

A partir da organização da associação das comunidades, buscou-se parcerias com a Prefeitura Municipal de Bacabeira para a realização do “I Festival do Caranguejo” em 2013, o qual, segundo os moradores, veio a melhorar a renda e estima das famílias, envolvendo todos os moradores na extração do caranguejo, na sua comercialização e na realização desse evento, tornando-o uma atração cultural de lazer para moradores e visitantes que trafegam na BR-135. Até 2018, ocorreram cinco festivais com apoio e patrocínio da Prefeitura. Com a pandemia, o evento não ocorreu mais, porém pretendem retomá-lo em breve.

A moradora A.M.P.S. (2022) comenta como se deu essa relação com a Prefeitura para viabilizar a realização do “I Festival do Caranguejo”:

Quando a gente começou já foi com o patrocínio da Prefeitura, foi o melhor patrocínio que a gente teve foi nesse dia de festa do caranguejo que o prefeito patrocinou as barracas né e patrocinou o valor pra pagar banda. Então foi totalmente pela Prefeitura que a gente pediu patrocínio, a gente mandou um ofício pra lá e depois ele me chamou, fizemo uma reunião e a gente conseguiu esse patrocínio, ele veio aqui na comunidade e aí patrocinou as barraca, um valor x pras barraca, pra construção, aí depois a gente pediu mais para a banda e ele passou, a banda foi também pelo patrocínio da prefeitura, sempre teve os patrocínios né, apesar de os outros anos terem sido mais

fracos, mas esse ano [2013] foi um patrocínio bem bom mesmo. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em novembro/2022).

Em conversa com alguns moradores das comunidades de Jambuca e Batista, diferentes comentários foram feitos a respeito dessa relação com a Prefeitura de Bacabeira atualmente, dos quais são expostos:

Não vejo relação alguma hoje, só trouxe alguns benefícios. (A.R.S.M., moradora de Jambuca, entrevista concedida em maio/2022).

Vejo como péssima, principalmente aqui no Batista porque a gente luta pra limpar essa estrada. (M.P., moradora da comunidade do Batista, entrevista concedida em maio/2022).

Não é muito boa não, a gente foi esquecido, a gente quer pra ajeitar essa ponte da vala aqui do Batista, mas eles não visitam a gente. (M.L.S., moradora da comunidade do Batista, entrevista concedida em maio/2022).

É uma relação boa, vão até botar aí bloquete na nossa rua aqui, Rua das Garças. (M.C., morador da Rua das Garças, entrevista concedida em maio/2022).

Nós temos uma relação boa, tem retorno, inclusive o capitão Lucas que é vereador projeto na câmara pra cá. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em maio/2022).

Podemos perceber que a atuação da Prefeitura agrada alguns e deixa a desejar para outros, uma mistura de percepções que envolve sensação de esquecimento e anseios para que chegassem mais benefícios, pois gostariam que ela pavimentasse ou adequasse as ruas para facilitar o acesso e a mobilidade dos moradores. Além disso, visa-se alcançar outras demandas, como a reforma do portinho e da ponte no Batista (identificada no *Google Maps* como “Ponte da Vala”), que se encontra oxidada e furada. Porém, outros moradores se mostram incrédulos em relação à Prefeitura, apontando que ela não cumpre o que fala e que não há uma relação de parceria, avaliando-a como péssima.

É importante destacar a mediação do então vereador de Bacabeira, capitão Lucas, citado por alguns moradores de forma positiva, como uma figura importante na garantia de alguns serviços públicos para as comunidades, como energia elétrica e água encanada. Segundo R.S., morador do Batista: “o capitão Lucas ajudou a gente aqui a conseguir energia e água para as comunidades”, relação que se estendeu até 2016.

Por intermédio da AMOCAMPE, algumas parcerias são desenvolvidas mediante os projetos e atividades executadas dentro das comunidades com e pelos moradores. As análises e discussões sobre as parcerias estão sempre em destaque nos assuntos abordados e refletidos nas

reuniões da Associação de Moradores, identificando como acontece, desde quando, o que já foi feito ou o que pode vir a ser feito com o apoio desses parceiros (Figura 32).

Figura 32 – Quadro de parceiros da AMOCAMPE



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Na imagem do Diagrama de Venn<sup>11</sup>, exposto na imagem acima, podemos observar como os moradores, junto ao ISPN, fizeram a disposição e a comparação dos seus principais parceiros. Os círculos mais próximos e maiores são as parcerias mais frequentes e ativas, e os mais afastados são as parcerias menos recorrentes. Observamos, então, a presença da empresa Vale S/A, comunidades de Campo de Perizes e entorno (Zé Pedro, Periz de Baixo, 49), outras comunidades (que não integram o Programa de Apoio a Comunidades Tradicionais – PACT), empresas locais, Prefeitura de Bacabeira e Governo Estadual.

A Vale S/A é a “parceria” mais frequente e ativa com as comunidades por meio da Associação de Moradores, cujas ações de “parceria” surgiram como medidas mitigadoras dos impactos causados pela duplicação da Ferrovia Carajás sobre as comunidades — vale ressaltar que ainda causam. A relação entre eles se estende desde o ano de 2014, quando se iniciaram os projetos sociais através do PACT, que se propõe a realizar campanha educativa, exigida pelo

<sup>11</sup> O Diagrama de Venn é uma técnica utilizada para fazer comparações por meio de operações de uniões entre conjuntos, em que o usuário é capaz de comparar redes sob diferentes perspectivas (HEBERLE, 2014). Essa técnica foi utilizada por representantes do ISPN em reunião com os moradores associados.



licenciamento ambiental e com fiscalização do IBAMA, implementado pela Mandu Inovação Social e executado pela própria Vale.

Através do PACT, a AMOCAMPE trabalha com 22 comunidades abrangidas pelo programa, participando de encontros, reuniões, oficinas, discussões. As comunidades são de diferentes municípios, como a própria Bacabeira, Santa Rita, Miranda, Anajatuba, Zé Pedro entre outras.

Através da aproximação entre a empresa e as comunidades, foi realizada a instalação da cerca que limita os territórios de Jambuca e Batista, separando da área onde está instalada a ferrovia. Segundo informações, a cerca tem aproximadamente 5 km de extensão, e todo o seu material (estacas em madeira e arame farpado) foi disponibilizado pela empresa Vale. Já o cercamento ficou por conta da mão-de-obra dos próprios moradores, execução que deveria ser realizada pela própria Vale. Por parte dos moradores, não houve contestação quanto a disponibilizar a mão-de-obra, visto que a principal preocupação e urgência era delimitar o seu território e impedir que a EFC avançasse.

Essa relação, estabelecida por parte da Vale com as comunidades, evidencia o racismo ambiental praticado pela própria empresa, pois garantem fortes efeitos socioambientais à povos e comunidades que são atravessadas, submetidas, inseridas na rota dos “grandes projetos”. Nas comunidades ribeirinhas, Castro (2019), endossa que esses projetos contaminam os principais recursos de abastecimento destas famílias, trata-se da floresta, do solo e da água, fatores que interferem diretamente na saúde e na qualidade de vida dos moradores.

Outro projeto desenvolvido em “parceria” com a Vale é o *Quintais produtivos e avicultura* (Figura 33), que atende à condicionante de licenciamento no âmbito do projeto de expansão da EFC, envolve 25 comunidades, entre elas, Jambuca e Batista. Conforme a empresa, o projeto propõe a fortalecer a agricultura familiar e a contribuir na geração de renda dos moradores através da criação de galinhas e hortas por meio do PACT, tendo como entidade implementadora o ISPN, no entanto, em essência, a Vale realiza essas ações para camuflar os diversos impactos cotidianos, impregnado de racismo ambiental sobre as comunidades.

A respeito desse projeto desenvolvimento nas comunidades, a primeira fase do projeto começou em 2017 e durou até 2018, iniciado na comunidade Jambuca. As atividades foram retomadas no ano de 2019, em uma segunda fase, mas foi interrompida em face do cenário de pandemia. Atualmente, em 2022, estão retomando novamente as atividades, e o cronograma é que se estenda até 2023.

Figura 33 – Projetos da Vale S/A desenvolvidos nas comunidades Jambuca e Batista



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Nota: (A) Banner do projeto; (B) Horta e aviário em Jambuca; (C) Aviário em Batista.

Nessa segunda fase, o projeto será realizado também na comunidade de Batista, além de Jambuca, onde se iniciou a implantação e execução do projeto. Segundo relatos dos moradores, o projeto é voltado para a geração de renda pelas famílias, em que são distribuídos 100 pintos fornecidos pela Vale, bem como todos os insumos e materiais de construção para a estrutura do aviário. As famílias ficam responsáveis apenas pela contratação da mão-de-obra para levantar a construção, dinheiro que deve ser disponibilizado pelos próprios moradores que participam do projeto, nada tem a ver com a Vale. Questionados sobre a aderência ao projeto, alguns moradores relataram que não participam, justificam que não dá lucro, pois são poucos pintos para cada família, outros apenas não tem interesse.

Outro projeto desenvolvido com a Vale foi o Fundo Amazônia, fomentado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma ação de educação



ambiental para conscientizar os moradores sobre a importância de preservar o mangue e sua relevância ecológica. Um projeto contraditório que instiga os moradores a cuidarem do seu meio biofísico em que a própria Vale degrada e impacta cotidianamente. Foi desenvolvido em 2019 um curso pelo Instituto de Socioeconomia Solidária (ISES), que trabalhou remotamente com os moradores assuntos voltados ao empreendedorismo dentro das comunidades.

A “parceria” com o ISPN, iniciada em 2014 por intermédio da Vale, se mantém ativa até a atualidade, agora no âmbito do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) do Fundo Amazônia. Trata-se do 25º edital de convocação para participar do PPP-ECOS, voltado para a educação ambiental em comunidades. A AMOCAMPE submeteu o projeto *Mangues que alimentam vidas*, elaborado por eles, e foram contemplados com a sua aprovação em 2019. O projeto se propõe a trabalhar educação ambiental com os pescadores das comunidades por meio de oficinas práticas, reuniões, aulas e reflexões sobre o mangue e como preservá-lo, através de temas de conservação e uso sustentável da biodiversidade (Figura 34).

Figura 34 – Oficina realizada na AMOCAMPE através do projeto *Mangues que alimentam vidas*



Fonte: Arquivo próprio (2022).

Acerca desse projeto, uma moradora de Jambuca e uma de suas criadoras comenta:

A preocupação nesse nosso trabalho com os moradores é para eles refletirem sobre o lugar onde vivem e criarem sentimento de pertencimento. Acreditamos que quando a pessoa não sabe expressar o porquê de morar aqui, as outras pessoas acham que então qualquer lugar é bom pra ela morar, principalmente os mais jovens, diferente dos antigos que já passaram por outras experiências, a nossa preocupação em sair para estudar é também em voltar para o lugar. (J.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

De forma geral, o projeto tem maior aceitação e engajamento nas comunidades, por parte dos moradores, os quais, conforme foi constatado na pesquisa de campo, dizem participar ativamente, pelo retorno de conhecimentos e por ser algo prazeroso. Para a maior parcela dos moradores entrevistados, os projetos da Vale para com as comunidades são vistos como uma reparação pelos danos causados a eles todo dia, o que, de certa maneira, ajuda na renda das famílias. Os moradores locais têm consciência dos impactos causados pela empresa e veem nas “parcerias” medidas de compensação.

Toda essa relação empresa-ONG-comunidade nos coloca em alerta no sentido de observar como ocorre o processo de dominação política por parte das mesmas empresas que fragilizam e violam direitos de povos e comunidades tradicionais em vários cantos do país e no mundo. De acordo com Reginato e Pozza (2013), na era neoliberal, novas temáticas passaram a ser centrais quando associadas ao papel das empresas na sociedade, bem como a seus papéis sociais e ambientais.

Os termos “responsabilidade social” e “sustentabilidade” tiveram uma crescente relevância nos cenários administrativos, políticos e midiáticos, utilizados por empresas de diferentes setores por trazerem resultados significativos para as suas imagens (REGINATO; POZZA, 2013). Nesse campo, a atuação social da Vale (2022, p. 1) é descrita, em seu site, como “legado social positivo”, em que, “por meio do desenvolvimento territorial, há promoção dos direitos humanos, empoderamento das comunidades e do fortalecimento das políticas e gestão pública”. Tentamos contatar uma representante da Vale, via *WhatsApp* e e-mail, mas, até o momento, não houve retorno sobre as questões em torno do relacionamento da Vale com as comunidades afetadas por ela.

Ironicamente, ao consultar o site da Vale S/A, no canal de “Relacionamento com Comunidades”, nos deparamos, de antemão, com o termo “relacionamento com os *stakeholders*”, o qual significa partes interessadas em tradução para o português, em que se diz fundamentada no respeito aos direitos humanos. Porém, empresas como a Vale com projetos desenvolvimentistas ameaçam constantemente coletividades humanas tradicionais diante de interesses industriais, que negam os direitos dessas famílias diante do poder econômico (PEDRO, 2016). Observamos que os próprios termos técnicos, e ainda por cima em inglês, demonstram exatamente o poder e a dominação que a empresa quer ter sobre as pessoas. Fica explícita a forma como atuam nos territórios, implantando projetos que criam dependências por parte das comunidades atendidas.

Nos deparamos, então, com um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e na apropriação dos recursos naturais, o neoextrativismo, que cria uma série de

tensões sociais e ambientais, em que o próprio Estado tem um papel ativo, legitimando essas práticas por vezes legitimadas como sendo de “interesse nacional”, uma “Estado compensador” (GUDYNAS, 2012).

El neoextractivismo va más allá de la propiedad de los recursos, sean estatales o no, ya que termina reproduciendo la estructura y las reglas de funcionamiento de los procesos productivos capitalistas, volcados a la competitividad, la eficiencia, la maximización de la renta y la externalización de los impactos sociales y ambientales (GUDYNAS, 2012, p. 132).

Essas práticas extrativistas causam fortes efeitos territoriais, que, de acordo com Gudynas (2012), se desdobram na fragmentação de territórios, convertendo em sítios de exploração diretamente vinculados à globalização, também reforçam áreas que permanecem desatendidas pelo próprio Estado. Ao mesmo tempo, trata-se da imposição de uma nova geografia que viabiliza concessões e licenças, a exemplo da mineração, e ignorando a existência de comunidades locais, em territórios ancestralmente delimitados, somando-se a isso todos os problemas de contaminação e destruição da biodiversidade.

Nos apropriamos de Zhouri, Bolados e Castro (2016) para tratar da violência das efetações, a qual, segundo as autoras, é colocada em prática pelo neoextrativismo. Trata-se de um processo de dinâmicas interligadas, em nível mundo, através de mercados, mas que se materializa nos territórios, implicando a expropriação e destruição de biomas e ecossistemas e da própria economia local e de famílias que se encontram ameaçadas nos próprios modos de viver territorializados. São ações que atingem o meio ambiente e comunidades legitimadas por meio de normas construídas em nível nacional e internacional, desdobrando-se em violências também racial e classe, como racismo ambiental.

A Vale S/A, como empresa mineradora, enquadra-se perfeitamente nesse modelo neoextrativista, mas tenta a todo modo legitimar uma imagem que não possui em suas práticas. Apresenta-se como uma empresa que diz apoiar e ter relações com diversas frentes sociais, culturais e ambientais, desde o relacionamento com comunidades (Vale nas Comunidades) afetadas por sua infraestrutura até a defesa de pautas vinculadas à raça, limitações físicas, identidade de gênero, “proteção de florestas”, entre outras. Essa posição da empresa e de tantas outras de diferentes setores, criando uma imagem mais “responsável” de seus atos, pode ser aquilo que Scott (2013) chama de “máscaras”, as quais podem ser mais finas ou mais espessas dependendo da natureza de seus interesses em jogo. Por isso, esses discursos criados pelas elites, grupos dominantes, são utilizados sempre em busca de conseguir legitimidade.

De acordo com Wanderley e Coelho (2021), a Vale S/A não só atua com projetos mais pontuais, como também assumem um plano macro, em que começa a assumir uma série de compromissos que favoreçam a construção de sua imagem de responsabilidade social corporativa. Tais ações desdobram-se na construção de relatórios de sustentabilidade, em políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, na assinatura de Pacto Global da ONU, em políticas que envolvem direitos humanos etc. Percebemos, então, que a empresa busca a todo modo argumentos de legitimação, os quais, segundo Monteiro Júnior (2017), são formados por discursos políticos e econômicos quando se fala na própria abundância de bens naturais a serem explorados, em seu discurso ambiental quando trata de sustentabilidade, e na própria geração de emprego por parte de suas atividades.

Ainda conforme Wanderley e Coelho (2021), essa conduta começa a partir dos anos 2000, contrapondo uma posição de “ausência” que a própria empresa tinha antes desse período, marcada pela falta de diálogo, autoritarismo ao adentrar territórios e ameaças aos atingidos por seus empreendimentos. Essa inserção nas comunidades, por meio de projetos e tecnologias sociais, criam dinâmicas similares às de movimentos sociais, mediante treinamentos, diálogos e aproximação de grupos até então invisibilizados pela empresa, como mulheres, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, ribeirinhos.

Os projetos voltados para geração de renda, a exemplo do que ocorre em Jambuca e Batista, chamam a atenção no que parece direcionar ao empreendedorismo e à concorrência, indo na mão contrária ao modo de produção e relação com o trabalho das famílias locais. Toda essa relação imposta contribui para o processo de despolitização que pode naturalizar a forma real como a empresa age sobre os territórios e corroborar a imagem de empresa responsável social e ambientalmente, assumindo a frente colaborativa de desenvolvimento do país.

Podemos, assim, observar que as comunidades de Jambuca e Batista possuem uma ordem social que é representada pela sua própria cultura, em que o modo de vida é pautado, sobretudo, nas relações familiares, festivas, mútuas e recíprocas mantidas no cotidiano. Por outro lado, vivem ameaçadas em sua própria existência diante da territorialização do Capital.

### 3 NA ROTA DO “PROGRESSO”: a dinâmica do Capital em Bacabeira-MA

A expansão do Capital é uma relação indispensável para a acumulação e manutenção do sistema capitalista. Mantê-lo vivo significa acionar todos os meios de desenvolvimento da produção e transformá-lo em meios de dominação e exploração da vida e tempo daqueles que garantem a força de trabalho. O desenvolvimento econômico, nesse aspecto, é uma forma de garantir, segundo Smith (1988b), a condição necessária para a sua própria reprodução, porém uma acumulação para fins de acumulação, não conta nem com a vida humana, muito menos com a natureza.

Como afirma Harvey (2014), se em um determinado território houver excedentes de Capital (mercadorias, moeda, capacidade produtiva etc.) e de força de trabalho sem a possibilidade de torná-los lucrativos, isso pode gerar efeitos de desvalorização e até destruição dos excedentes de Capital, levando a uma crise denominada, pelo autor, sobreacumulação. Por isso, é necessário encontrar formas lucrativas de absorver os excedentes e enviá-los para outros locais, onde possam novamente serem reinseridos em uma dinâmica lucrativa. O autor (2014, p. 83) endossa: “o Capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutro lugar em que as oportunidades ainda não foram exauridas”.

É por meio da expansão geográfica e reorganização espacial que tal feito pode ser proporcionado. O Capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo, mantendo a sua valorização e impedindo a sua destruição. Ao mesmo tempo, essas mudanças não podem estar separadas de ajustes temporais, uma vez que a expansão geográfica envolve investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longa duração. O Capital, assim, circula no espaço e tempo criando a sua própria geografia (HARVEY, 2014).

Essa ordem socioeconômica e política tenta a todo tempo e a todo modo se afirmar e demonstrar o seu domínio global totalmente antagônico e com dominação que cada vez mais nos leva ao esgotamento da natureza e do próprio homem. A acumulação primitiva do Capital, por exemplo, já apresentava a forma perversa em que o sistema mais tarde seria edificado.

Para Marx (2013), a acumulação primitiva do Capital se estruturou em cima de processos históricos e sociais injustos, violentos e desumanos. Mas como se manter e dominar sem destruir a humanidade? Todos os processos de expansão do Capital envolveram, e ainda envolvem, roubos, expropriações de terras e modos de vida, bem como exploração do homem pelo homem. Em certo momento, já se tinha a transição da exploração feudal para a exploração capitalista que se perpetua.

Na história da acumulação primitiva, o que faz a época são todos os revolucionamentos que sevem de alavancar à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, os camponeses, constitui a base de todo o processo. (MARX, 2013, p. 787).

Nesse jogo de interesses, o Estado possui papel importante na expansão integral do capitalismo, que ocorreria por meio do controle social em favor da classe dominante. O Estado capitalista não promove bem comum, tem natureza de classe e está constantemente em disputa. Nesse aspecto, com base em Marx e Engels (2007), entendemos que o Estado é a forma que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir sua propriedade e seus interesses. É uma estrutura de poder que concentra, resume e põe em movimento a força política da classe dominante, em que a ideologia burguesa vai se estender do Estado para a sociedade civil (CODATO; PERISSINOTO, 2001).

A reprodução do Capital, segundo Mascaro (2015), só é possível com o aparato de uma instância estatal, uma relação interdependente, que assegura troca de mercadorias e exploração da força de trabalho assalariada. De acordo com o autor, o Estado é um aparelho especificamente capitalista, surge como uma terceira frente na relação entre Capital e Trabalho, tendo papel mediador entre ambos e eliminando os aspectos de escravidão e servidão, dando lugar ao assalariamento. O Estado no capitalismo tem seu papel e suas tarefas estabelecidas, origina-se na estrutura da dinâmica do sistema e sustenta-se para assegurar a reprodução do Capital.

Nas últimas décadas do século XX, o mundo passou por diversas mudanças; entre elas, destacam-se as transformações sociais, econômicas e territoriais. Nesse cenário, como explana Oliveira (2015), o neoliberalismo e a globalização são protagonistas no processo de reordenação territorial do capitalismo mundial. Para o autor, o mundo nunca mais foi o mesmo depois de 1970, pois a classe burguesa impõe o seu domínio, em nível mundial, por meio da construção de uma consciência mundial fundada em cooperação e alianças entre as classes nacionais. A respeito disso, Harvey (2014, p. 150) afirma:

O Estado neoliberal buscou tipicamente expropriar as propriedades coletivas, privatizar e instaurar uma estrutura de mercados abertos tanto de mercadorias como de capitais [...]. Disso resultou a ascensão de formas distintivamente neoliberais de imperialismo. A acumulação por espoliação ressurgiu de sua posição secundária anterior a 1970 e veio a ser um aspecto maior da lógica capitalista. De um lado, a liberação de ativos de baixo custo oferecia vastos campos para a absorção de capitais excedentes. De outro, proporcionou recursos para impor os custos de desvalorização dos capitais excedentes aos territórios e populações mais fracos e vulneráveis.

Conforme o autor, o Estado teria posição claramente ao lado de financistas, detentores de poder e de Capital, agindo, assim, como um “facilitador”, principal agente do direcionamento de políticas de acumulação por espoliação. O “Estado espoliador”, para Rodrigues (2018), não é só um incentivador do discurso desenvolvimentista, do progresso, mas também atua como jogador e regulador, garantindo meios que legitimem conflitos ou mesmo contextos de violência, seja incentivando o uso de arma de fogo em territórios indígenas, seja expulsando coletividades humanas de seus locais de reprodução de vida sob violências físicas, demolição de moradias e assédios nas negociações.

O Estado, enquanto espoliador, favorece determinados grupos hegemônicos de classe na dinâmica internacional do capital financeiro e facilita toda uma infraestrutura espacial global para favorecer fluxos de mercadorias — fluxos econômicos traduzidos na exportação de *commodities*, ao passo que, para conseguir essas benfeitorias, viola territórios e corpos, bem como direitos humanos e étnicos a fim de legitimar, facilitar e defender interesses particulares de agentes alinhados à lógica do próprio Estado (RODRIGUES, 2018).

A construção dessa nova hegemonia legitimou-se pela importância dos EUA como potência militar e econômica mundial e pela consolidação das multinacionais. Essa aliança mundial burguesa só foi possível pela necessidade de circulação internacional de Capital, produção capitalista internacional e ações de governo, também em nível internacional, fatores raízes da formação do capitalismo monopolista mundializado (OLIVEIRA, 2015)

Como observou Hobsbawm (apud ARRIGHI, 1997, p. 232), no período de 1950 a 1975, ocorre a mudança social mais “espetacular, rápida, abrangente, profunda e global” já registrada na história do mundo. Trata-se do período em que o campesinato se torna minoria, tanto em países desenvolvidos quanto naqueles de Terceiro Mundo, impulsionado pelo processo de industrialização como política econômica global.

O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos (expulsão violenta de populações camponesas, privatização e mercadificação de terras, processos coloniais, comércio de escravos etc.), havendo, consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado. O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder interligadas, ainda que não necessariamente convergentes. (HARVEY, 2014, p. 121).

É imperioso ressaltar que a mundialização do capitalismo monopolista não se deu apenas nos países industrializados; pelo contrário, está centrado em todos os países onde



empresas monopolistas mundiais estão. Por isso, até mesmo aqueles com média ou pequena presença industrial estavam dentro do plano mundial, como o Brasil. Assim, o capitalismo monopolista mundializado solidificou uma nova ordem, fundada em uma nova divisão do trabalho, pautada na nova aliança burguesa em nível mundo (OLIVEIRA, 2015).

Surge, conforme salienta Quijano (2002), uma nova geografia política no tocante à distribuição de renda, bens e serviços básicos, do fluxo de Capital, tanto as relações entre formas de Capital ou como entre Capital e Trabalho. Para o autor, a configuração do capitalismo mundial, a nova forma de relações entre Capital e as formas controle do trabalho ocasionaram mudanças drásticas em seu processo de transição. Um exemplo disso é que dívidas de países do Terceiro Mundo aumentaram substancialmente.

Essa nova ordem mundial vai interferir diretamente na agricultura, que, até então, era sustentada na produção familiar, particular, dos camponeses. Esse padrão extensivo considerado “atrasado” logo se transformou em intensivo dito “moderno”, uma forma de aumentar a produtividade através da integração entre agricultura e indústria (MESQUITA, 2011). De acordo com Oliveira (2015), a agricultura passou a estruturar-se na produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e futuro e formação de empresas monopolistas mundiais. Sobre isso, Harvey (2014, p. 121) vai nos dizer que “o agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu”, transformando-se em outras formas de exploração.

A produção de *commodities* passou a ser oferecida mundialmente, ou seja, saiu de uma posição de produção de alimentos no campo, enquanto estratégia nacional, e passou a ser mais uma mercadoria a ser ofertada ao mercado mundial. Nesse tipo de agricultura capitalista mundializada, o processo de territorialização dos monopólios avança sobre a terra, que passa a ser controlada pela propriedade privada, que comanda e direciona o uso e ocupação dessa terra (OLIVEIRA, 2015).

No Brasil, no contexto do modelo econômico do pós-64, os estados passam a ser inseridos nas estratégias de industrialização dos militares para solucionar o momento de crise e encontrar novas formas de desenvolvimento e crescimento econômico, tais como megaprojetos industriais hegemônicos pelo Programa Grande Carajás, que contribuiu para a intensificação da expansão capitalista no Estado, interferindo em mudanças socioeconômicas, ambientais e espaciais provenientes do embate entre diferentes forças em disputa pela terra e pelo uso dessa terra (BARBOSA *et al.*, 2011).

A respeito dessas implicações do avanço do Capital, Harvey (2014) já o indicava quando se referia à acumulação por espoliação:

A escala de destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impendem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala [...]. (HARVEY, 2014, p. 123).

O avanço do Capital no Estado do Maranhão apresenta uma dinâmica da grande concentração fundiária, caracterizado por grilagem de terras, expropriação de camponeses e exploração dos trabalhadores rurais, que marcam a história agrária do estado. A “economia do gado” pressiona a fronteira agrícola e gera conflitos entre grileiros e posseiros, em que o pequeno produtor não consegue ser incorporado, o que vai refletir nas expulsões e limitações dos camponeses em suas terras (ARAÚJO, 2017).

O Estado teve papel fundamental como mediador nesse cenário, uma vez que conduziu os interesses do Capital e das oligarquias locais para favorecer a inserção da expansão do agronegócio a partir dos anos 1990 (BARBOSA *et al.*, 2011). O contexto sociopolítico da época contava com o grupo oligárquico que detinha poder há mais de 40 anos e, apoiado nas políticas do Governo Federal, inseriu o Maranhão na rota do Capital mundial.

Conforme esclarece Arcangeli (2020), o Maranhão compartilha da mesma lógica de desenvolvimento do Nordeste, passando por todos os desdobramentos políticos, sociais e econômicos da política macroeconômica nacional do pós-64. Conta-se com a instalação de grandes projetos desenvolvimentistas, sobretudo voltados a atividades minero-metalúrgicas, estruturas em uma malha de infraestrutura e logística, visando à facilidade de escoamento e à exportação de mercadorias, que contribuem para a lógica de desenvolvimento econômico de empresários, expandindo o Capital por intermédio de empreendimentos industriais com apoio estatal. O Estado, segundo Harvey (2014), tem o seu papel desenvolvimentista e já há muito tempo vem mantendo as lógicas territoriais e capitalistas do poder interligadas.

Com o avanço cada vez mais predatório do agronegócio no Maranhão, o estado passa a ter grande importância no cenário de exportação do minério de ferro, do petróleo e derivados e da soja, principais produtos exportados, segundo dados de 2022 da ANTAQ (BRASIL, 2022a). Isso exige que o estado possibilite o escoamento de produtos para várias partes do mundo, como China, EUA, Europa e Ásia (ARCANGELI, 2020). Para tanto, as infraestruturas de transporte (ferrovias, rodovias, complexo portuário, hidrovias etc.) se fazem necessárias e estão sempre na agenda estatal, seja federal ou estadual, para novas instalações, manutenções ou ampliações.

É nesse contexto que municípios com localização privilegiada e características julgadas necessárias são escolhidos pelo Governo do Estado para receberem esses grandes projetos, sejam industriais ou de infraestrutura de transporte. São Luís é porta de saída dos produtos que são direcionados pela sua infraestrutura de portos e localização das principais indústrias no Maranhão. No entanto, separados pelo Estreito dos Mosquitos, temos o município de Bacabeira a 60 km de São Luís, considerado porta de entrada para a capital maranhense.

Bacabeira foi emancipado de Rosário e instituído como município, em 1994, pela Lei nº 6.187, publicada no Diário Oficial nº 215, de 10 de novembro de 1994. Conforme Silva (2019), o processo de desmembramento de Bacabeira teve uma intenção política e territorial, em que se tinham divergências sobre a legalidade do processo, pois o Deputado José Costa alegava que o Projeto de Lei nº 362/1994 não tinha sido publicado no Diário da Assembleia; por isso, não deveria haver votação. No que tange à sua área, esta não possuía nenhum tipo de infraestrutura adequada, dependendo diretamente de Rosário.

O Estado pode, entretanto, usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais, mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos. Suas capacidades de reforma das instituições básicas necessárias à acumulação do capital também podem ter profundos efeitos (tanto positivos como negativos). (HARVEY, 2014, p. 91-92).

Ao que tudo indica, sua localização geográfica foi fator decisivo na tomada de decisão a respeito a emancipação. Próximo à capital São Luís, era considerado “um vazio demográfico” a ser “explorado pelo progresso”, com justificativa de recolher outros impostos e diminuição fiscal sobre as localidades (SILVA, 2019).

É importante destacar que, mesmo antes de sua emancipação, foi elaborado, pelo escritório Henrique Mindlin Arquitetura<sup>12</sup>, em 1987, um Plano de Urbanização de Bacabeira, chamado *Master Plan*, em que já se previa toda uma urbanização, infraestrutura, transporte, meio ambiente e sustentabilidade para a cidade de Bacabeira.

Além disso, mencionava áreas para colocação de dutos que ligariam uma refinaria ao Porto do Itaqui e que já tinha uma delimitação da área industrial, ou seja, fica evidente as intencionalidades e a estratégia de usar o território para a implantação de empreendimentos industriais, mesmo antes de sua emancipação.

---

<sup>12</sup> O projeto e sua descrição podem ser encontrados com mais detalhes no site do escritório de arquitetura que o elaborou: HENRIQUE MINDLIN ARQUITETURA. **Plano de Urbanização de Bacabeira/MA**. Rio de Janeiro: Henrique Mindlin Associados S/A, 1987. Disponível em: <https://www.hmaarquitectura.com/plano-de-urbanizacao-bacabeira>. Acesso em: 15 jun. 2022.

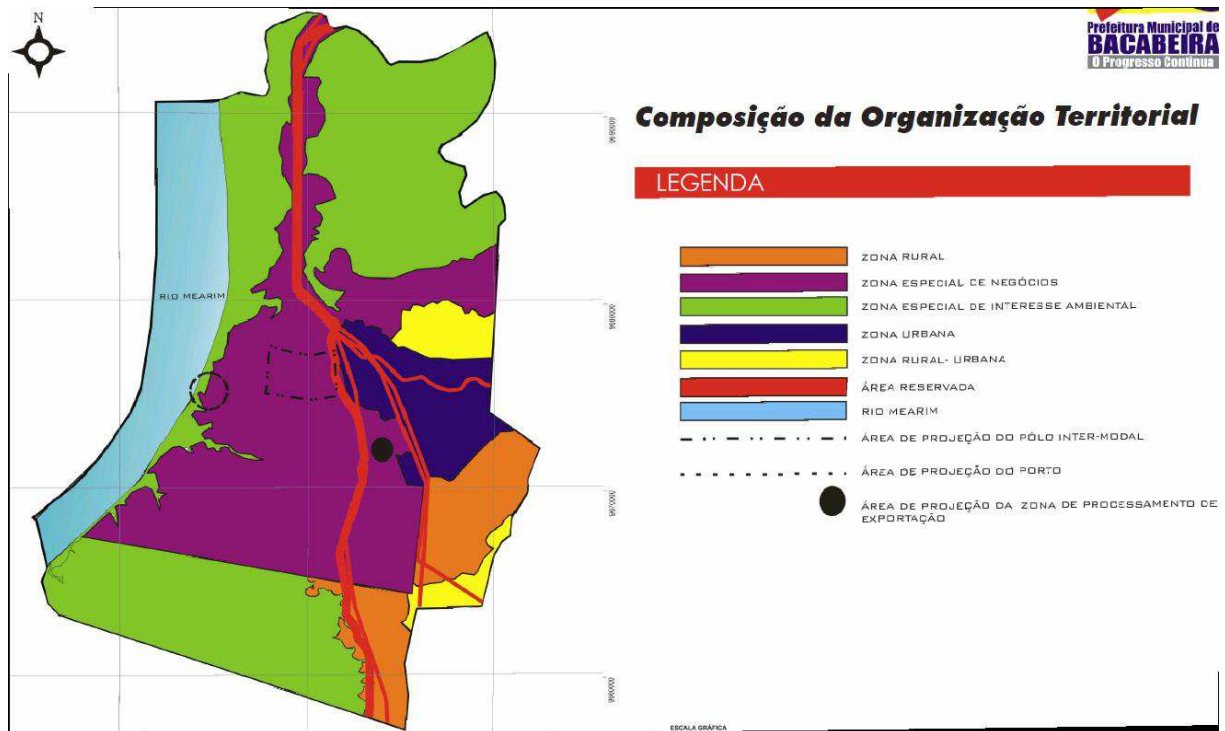
O contexto político da época tinha José Sarney como presidente do Brasil e Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, conhecido por Cafeteira, como governador do Maranhão, cuja aliança foi muito importante para elegê-lo ao Governo do Estado, pois Sarney dedicou o seu apoio ao então candidato que logo se dispôs a dar prioridade à implantação da Reforma Agrária e áreas de educação e saúde (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2015).

Em 1987, assumiu o cargo de Governador do Estado. Com um ano de governo, nas manchetes dos jornais como o *Folha de S. Paulo*, o Maranhão era apresentado como um dos estados que mais se industrializaram no Norte e Nordeste, além de ser apontado como estado que mais tinha recebido verba federal, recursos que estariam sendo aplicados em projetos de desenvolvimento e em futuros projetos como implantação de uma refinaria de petróleo e uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Esses dois projetos podem explicar a elaboração do comentando Master Plano em 1987, para Bacabeira, que já se projetava enquanto localização dos projetos de desenvolvimento do Governador Cafeteira.

Esses atributos da região de Bacabeira são descritos no “Relatório Diagnóstico do Município” de 2003, o qual elenca as principais características de inserção do município na economia regional, entre eles: um Produto Interno Bruto (PIB) elevado em decorrência da indústria, concentrada no setor cerâmico e de ferro gusa, mas com contradições que refletem na desigualdade, visto que grande parte da renda gerada é transferida para agentes econômicos em outras localidades. Ademais, conta com estoque de recursos naturais e possui vantagens em relação a outros municípios da Ilha de São Luís, quanto aos grandes projetos industriais, pois é servido por duas ferrovias (Carajás e Transnordestina) decisivas para o escoamento de produtos via Porto do Itaqui.

A organização do uso do solo municipal, vigente no Plano Diretor de 2007, ainda é baseada no mapeamento elaborado no ano de 2005 (Figura 35), que setoriza as zonas e, por conseguinte, seus serviços e intencionalidades para demandas de novos projetos para a área dos Campos.

Figura 35 – Organização territorial do município de Bacabeira-MA



Fonte: Prefeitura de Bacabeira (2005).

Na figura acima, podemos observar que a ZNE ocupa grande parte da área do município, equiparada à Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), que, cada vez mais, vem sendo sacrificada frente ao avanço de empreendimentos em áreas do Campo de Perizes. Isso porque, segundo o Relatório da Prefeitura de 2003, compõem aquela zona áreas de terra firme e menos acidentadas, destinadas a concentrar infraestrutura de logística e atividades econômicas nobres (BACABEIRA, 2003). Mas, ainda assim, consideram os mangues e campos inundáveis como grandes obstáculos na integração econômica regional, tendo em vista que os empreendimentos exigem áreas de altos topográficos estratégicos, a exemplo da localização da Adutora Italuís e das LTs, interferindo em ZEIAS.

Toda essa configuração do espaço geográfico resulta naquilo que Santos (2006) chama de conjunto de fixos e fluxos que, juntos, expressam a realidade geográfica. Para o autor, os elementos fixos permitem ações que vão modificar o próprio lugar no qual estão fixados. Os fluxos, no entanto, são resultados diretos ou indiretos de ações dos fixos se modificando, assim como seu valor e significado.

Diante das transformações ocasionadas pelo homem, cria-se uma configuração territorial resultante de produto histórico e que, cada vez mais, nega a natureza natural. É que existe um conjunto de sistemas de objetos e de ações que vão influenciar diretamente essa configuração, tornando a natureza cada vez mais técnica, artificial, mecanizada etc. Por isso, é

necessário entender a relação entre fixos e fluxos, não apenas enquanto complementar, mas como dialética, pois estão sempre se modificando, bem como a criação de objetos fixos como porto, estradas de ferro, hidrelétricas, avenidas, redes elétricas etc., que vão gerar diferentes fluxos, viabilizando a própria circulação do Capital.

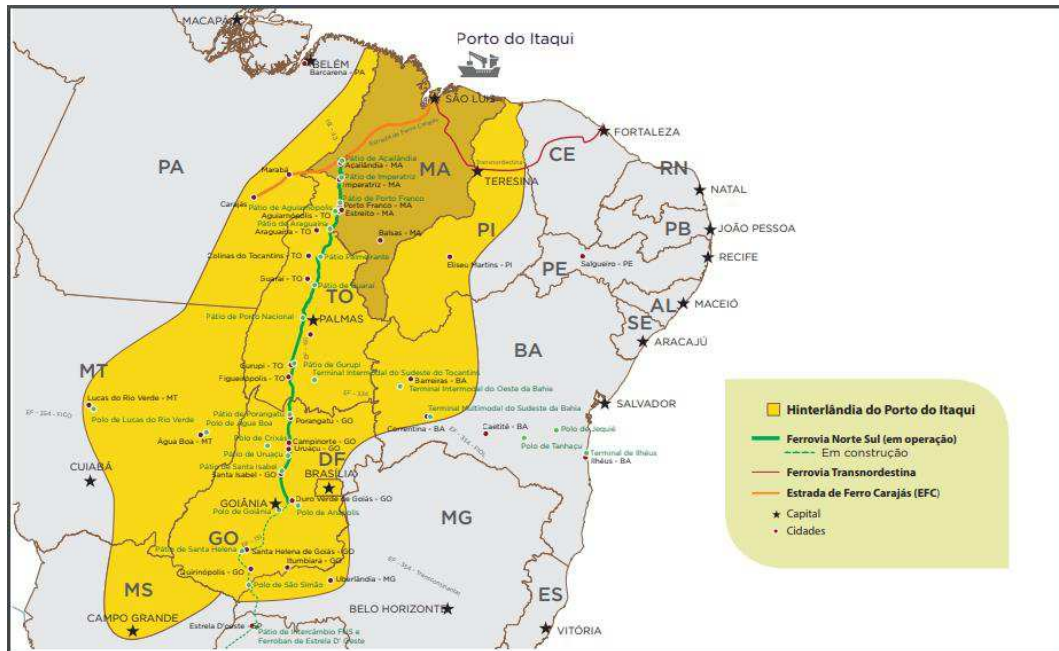
### **3.1 Sistemas de fixos e fluxos: a instalação do grande Capital no Maranhão e seus desdobramentos empresariais**

- Porto do Itaqui, Vale e Alumar

A expansão do Capital monopolista mundial derivada da aliança da burguesia nacional com o Capital estrangeiro resultou na implantação de políticas industriais através da mediação do Estado. De acordo com Cardoso, Rodrigues e Sobreiro Filho (2022), nas últimas décadas, houve significativos planejamentos, políticas e investimentos direcionados para a materialização de infraestrutura no Brasil, principalmente portuária — sua grande maioria na Amazônia e no Maranhão. Toda essa infraestrutura visa atender à exportação de *commodities* minerais e agrícolas.

No Maranhão, o Porto do Itaqui é o principal porto de São Luís desde 1972, escoando produtos para várias partes do mundo, com localização privilegiada, proximidade com mercados dos EUA, Europa e Ásia, com destaque, ainda, para a grande profundidade que permite o atracamento de grandes navios (ARCANGELI, 2020). Foi através dele que se deu início à exportação de minério pela EFC, que foi complementado pelo Porto Ponta da Madeira em 1986, ambos pertencentes à Vale. Essas conexões com importantes ferrovias e rodovias fazem do porto um corredor logístico de grande relevância para o Centro-Oeste do país, como pode ser observado em sua hinterlândia (Figura 36).

Figura 36 – Hinterlândia do Porto do Itaqui



Fonte: Empresa Maranhense de Administração Portuária (2022).

No Brasil, as políticas de Produção de Complexos Portuários (PCP) partiram da perspectiva de que os investimentos em infraestrutura, por parte do Estado brasileiro, são anunciados globalmente para os setores de infraestrutura e do neoxativismo, chamando, assim, a atenção do agronegócio. É basicamente uma lógica de chamar atenção por meio dos grandes financiamentos, de investimentos estrangeiros e da abertura de crédito (CARDOSO; RODRIGUES; SOBREIRO FILHO, 2022).

O Porto do Itaqui, com o aumento da demanda, precisou ser ampliado e passar por alterações para comportar a nova demanda vinda do Programa Grande Carajás, construindo o porto da Ponta da Madeira, privativo da Vale, que se liga à EFC e à rodovia BR-135. Junto ao Complexo Portuário, temos também o Porto da Alumar (propriedade da Alumar), conta com ampla rede de estradas de rodagem, a EFC (propriedade da Vale) e a hidrelétrica de Tucuruí (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2009).

Conforme assinala Mesquita (2011), nos períodos de 1985 a 2004 o setor industrial trouxe dinamismo para a economia estadual através das exportações de *commodities* minerais, responsáveis por esse desempenho, com destaque para as empresas Vale, Alumar e guserias. Isso mostrava o avanço do agronegócio no estado cada vez mais incentivado e valorado diante da inserção no mercado globalizado.

Anos depois, segundo Arcangeli (2020), o Porto do Itaqui, no ano de 2018, seguiu movimentando 22,4 milhões de toneladas de cargas, sobretudo referentes à exportação de



*commodities* para a China, que detém cerca de 80% das exportações nacionais de soja. Todo esse discurso da modernidade não consegue enxergar a colonialidade que lhe constitui. O agronegócio da soja hoje, por exemplo, é tão moderno-colonial quanto o do açúcar com seus engenhos ontem (PORTO-GONÇALVES, 2012).

No ano de 2020, segundo dados da ANTAQ, o sistema logístico portuário da Vale S/A exportou para mercados asiáticos e europeus 494.844.617 toneladas, uma demanda de *commodities* de minério de ferro diretamente para o mercado externo através do Porto da Ponta da Madeira (BRASIL, 2022a).

Foi a partir desses grandes projetos que se desdobrariam outros empreendimentos de infraestrutura para o estado, a saber: duplicação da EFC; ampliação dos portos do Itaqui e Madeira, Hidrelétrica de Estreito; Termelétricas, a contar com a do Porto do Itaqui; perspectivas de projetos, como a instalação da Refinaria *Premium I* da Petrobras e a duplicação de estruturas industriais produtoras de alumínio e alumina da empresa Alumar S/A (SANT'ANA JÚNIOR; PEREIRA; ALVES, 2010).

Encontrando-se na rota do grande comércio internacional, Bacabeira, por contar com uma localização econômico-estratégica e de acesso a mercados internacionais, estando a aproximadamente 50 km do Porto do Itaqui, passa a conter atributos importantes de uma região onde a expansão geográfica e a reorganização espacial do Capital são, conforme Harvey (2014), essenciais para a realização rentável dos excedentes. É nesse prisma de ajustes temporais e de investimentos em infraestrutura física que o município passa a receber projetos e perspectivas de projetos para servir ao mercado internacional, em particular à exportação de *commodities*.

- Empresa de pré-moldados e concretos – CAVAN ROCBRA

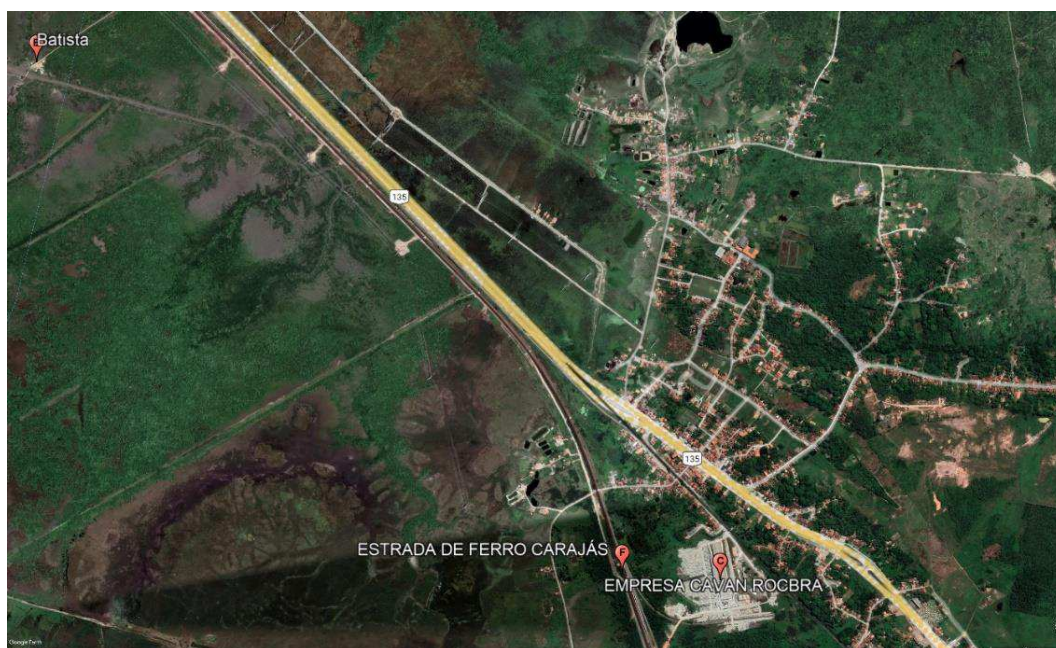
A Cavan<sup>13</sup> é uma empresa paulista criada em 1940, em um período em que o país passava pelo desenvolvimento inicial da indústria. A empresa atua no ramo de estruturas pré-fabricadas de concreto, fornecendo material para construção de postes, estruturas para LTs e subestação de energia, estruturas para galpões, dormentes. Em seu site oficial, é apresentada a sua cartela de clientes, que conta com grandes empresas, como a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, Metrô do Recife (METROREC), Mineração Rio do Norte (MRN), VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, Vale, Alcoa e outras.

---

<sup>13</sup> CAVAN. **A empresa**. São Paulo: Cavan Rocbra S/A, 2022. Disponível em: <https://www.cavan.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2022.

Em agosto de 2010, a empresa inaugurou uma unidade no município de Bacabeira, localizada no povoado de Periz de Baixo, interligada a um ramal da EFC (Figura 37). De acordo com mídia local, a partir de 2011, a empresa produziria 3,2 milhões de dormentes de concreto para a manutenção e duplicação da EFC da Vale.

Figura 37 – Localização da Cavan Rocbra em Periz de Baixo, Bacabeira-MA



Fonte: Extraída do *Google Earth* (2022).

As atividades da empresa que envolve o trabalho com o concreto vêm ocasionando, desde o início das operações, impactos nas áreas adjacentes, sobretudo no território de Campo de Perizes, chegando a atingir o meio biofísico da comunidade de Batista. Com base em relatos dos moradores, resquícios da produção se espalham pelo ar e pelo solo, chegando a impactar regiões de mangue e o Igarapé de Pau presente no território da comunidade, de onde retiram o peixe e coletam caranguejo, uma preocupação constante dos moradores que percebem que os seus locais de abastecimento e fonte de renda vêm sendo, gradualmente, contaminados por diferentes atividades industriais.

- Refinaria *Premium I*

Devido à sua localização, às margens da rodovia BR-135 e a poucos quilômetros de São Luís, no ano de 2010, Bacabeira foi escolhida para receber um megaempreendimento, a Refinaria *Premium I*, em um momento em que, segundo o relato do então secretário de estado

do Governo Flávio Dino, o Brasil se encontrava com déficit de refino e havia a perspectiva de utilizar petróleo do pré-sal e mesmo da bacia *onshore – offshore* maranhense, fatores esses que viabilizavam o projeto da Refinaria *Premium* I no estado. Em 2015, é anunciado o cancelamento do projeto petrolífero, mas, desde o ano de 2010, a promessa do projeto já vinha interferindo na produção e reprodução social de trabalhadores rurais vinculados à terra, ocasionando sérios conflitos fundiários em Bacabeira, por exemplo, na comunidade de Santa Quitéria (SILVA, 2014, 2019). A comunidade de Santa Quitéria passa a ser uma referência na luta pelo território, influenciando posteriormente às comunidades Jambuca e Batista a partir de 2016.

Também em 2015, toda a infraestrutura aplicada ao projeto da refinaria, como a terraplanagem e galerias com poucos anos de depreciação, converteu-se em ativos a serem oferecidos na Política de Atração de Investimento do Estado. Como explica Holanda (2021)<sup>14</sup>, tratava-se de uma política para atrair empresas âncoras que atraíssem outras empresas para o Maranhão. Para tanto, o Governo do Estado articulou algumas secretarias e criou outras para coordenar equipes que se integrassem dentro e fora do país. Foi criada a Secretaria de Atração de Investimentos, no mesmo ano, coordenada por Holanda, e desenvolveu-se um núcleo na Secretaria de Indústria, Comércio e Energia (SEINC) para tratar notadamente das negociações de investimentos internos.

Em entrevista realizada, em 2022, com o então servidor público da SEMUPOR de Bacabeira, esse órgão atua com demandas relacionadas a licenças ambientais, ao cadastro de imóveis e a alvarás (funcionamento de empresas, construções, habite-se etc.) criada em 2014. Segundo ele, o município em questão é estratégico e atrativo pela disponibilidade de terras para os mais diversos usos da indústria.

Além de fatores como localização geográfica estratégica e de suas riquezas naturais, Bacabeira conta, como delinea Silva (2019), com áreas necessárias para desapropriação, que, ainda não legalizadas ou registradas, ficam em constante insegurança de seus usos perante a chegada de empreendimentos para o município. São famílias locais que, segundo a autora, vivem uma dupla violência: por um lado, a ameaça de aniquilação de sua estrutura de vida, relações e direitos; por outro, são tidos como empecilhos que travam o dinamismo econômico para a região, em que a expropriação é a principal ferramenta para dar continuidade à lógica colonialista do desenvolvimento.

---

<sup>14</sup> HOLANDA, Felipe. **O processo de negociações entre o governo do estado do Maranhão e empresa chinesa em Bacabeira a partir de 2015**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. São Luís, 11 jun. 2021.

O anúncio da chegada do empreendimento em Bacabeira gerou diversas mudanças significativas na sua dinâmica. Para Silva (2019), tais mudanças implicaram contradições que muitas cidades vivem ao terem veiculação ou mesmo a implantação de megaempreendimentos transnacionais. No Maranhão, nessa época, tivemos a possibilidade de instalação da Refinaria *Premium I*, de implantação da Companhia Siderúrgica do Mearim do Grupo Aurizônia S/A e do Terminal Portuário do Mearim (TPM), além do gás “descoberto” em Barreirinhas (SILVA, 2019). Várias possibilidades econômicas atravessando o município de Bacabeira sem levar em consideração diversas famílias rurais, sua relação com a terra, condições de trabalho e relações sociais e culturais já estabelecidas.

Embora não tenha ocorrido a instalação da Refinaria *Premium I*, o local previsto para a sua implantação desarticulou várias famílias que viviam nele e se utilizavam da terra para morar e produzir, retirando os seus meios de provisão do mesmo local, a saber: as comunidades de Salva Terra I e II, relocadas para o município de Rosário, e ameaçando a posse da terra das famílias de Santa Quitéria (SILVA, 2019).

- Usina Siderúrgica (CBSteel) e Porto do Mearim

Uma primeira proposta de polo siderúrgico tinha sido direcionada à capital São Luís em 2001, quando o Governo do Estado assinou um protocolo de intenções com a Vale S/A para a construção do empreendimento (SANT’ANNA JÚNIOR, 2006). Em 2004, a Vale iniciou os estudos de viabilidade para a implantação de três usinas e duas guseiras com capital chinês, um empreendimento resultado de desdobramento do Projeto Carajás, a ser instalado em áreas rurais de São Luís. Em associação à Vale, seriam incorporados empreendedores de grandes empresas ligadas à fabricação de aço como Arcelor (França), Baosteel (China), Posco (Coreia do Sul) e a Thyssen Krupp (Alemanha) (ARCANGELI, 2018).

De acordo como o autor, o projeto só não se efetivou porque foi enfrentado com firmes mobilizações de moradores locais de comunidades do Taim e Rio dos Cachorros junto a outras entidades contrárias à instalação do polo, em um processo de resistência, um cenário que travou uma luta em arena pública que levou a Vale S/A a transferir o seu investimento para outro local. Países estrangeiros como a China também voltaram o seu olhar para o território de Bacabeira, enquanto município estratégico para investimentos, buscando penetrar com grandes investimentos extrativistas no estado, de modo a ampliar seus lucros pelo mundo e assegurar a importação de *commodities* por baixos valores a fim de atender aos interesses do agronegócio.

No município em questão, a situação se apresenta na mesma perspectiva, pois, no ano de 2015, a China já direcionava os seus interesses para o município. Com a infraestrutura aplicada ao projeto da Refinaria *Premium I*, como terraplanagem e galerias com poucos anos de depreciação, os ativos a serem oferecidos na Política de Atração de Investimento do Estado proporcionaram uma aliança entre o Governo do Maranhão e empresários chineses. No mesmo ano, começaram as negociações para a instalação de uma siderurgia financiada pelos chineses da empresa CBSteel, enquanto o Estado daria a sua contrapartida com o terreno, infraestrutura e incentivos fiscais.

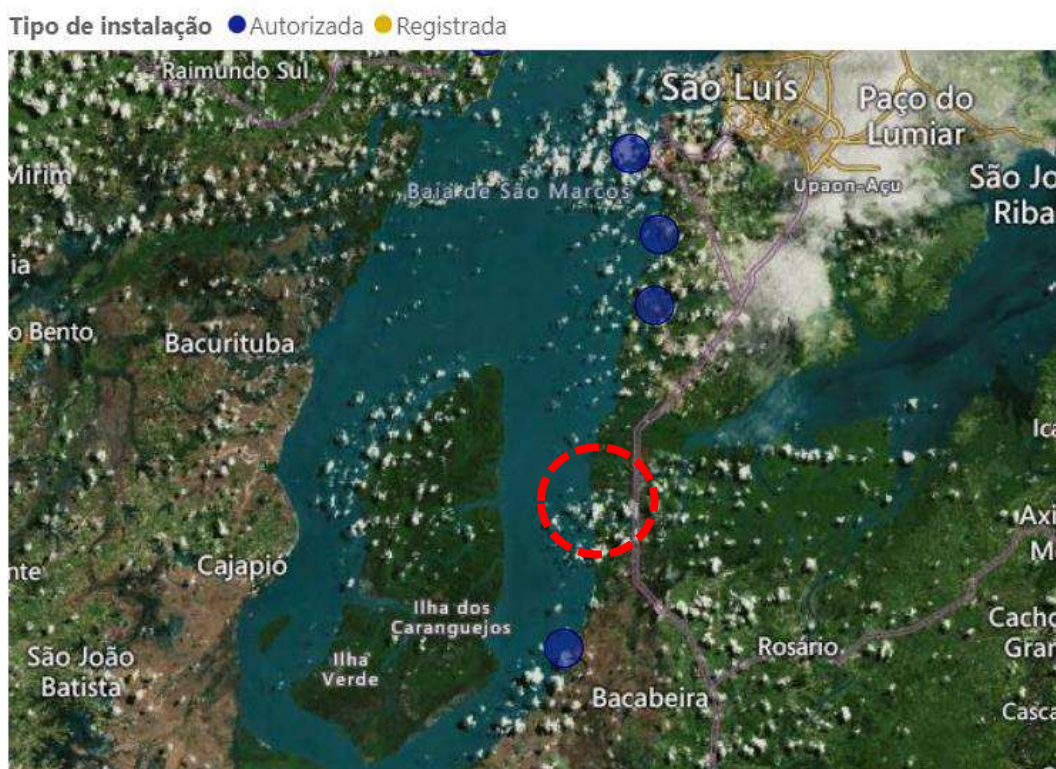
A instalação da siderurgia chinesa, de acordo com o então secretário de estado Filipe Holanda (2021), permitiria a oferta de aços planos no Brasil, atenderia tanto o mercado interno quanto mercados externos através do canal do Panamá, mas principalmente os EUA. O objetivo dos chineses era favorecer o cinturão marítimo mundial, projeto da rota da seda e tantos outros grandes circuitos de logística da China. Para viabilizar esse projeto e legitimá-lo, dando segurança jurídica das terras cedidas aos empresários chineses e garantia da emissão de licenças ambientais, foi criado o Decreto nº 31.412/2015, que transfere áreas de Campo de Perizes, destinadas a CBSteel, em zona industrial – DIBAC II.

De acordo com Arcangeli (2018), o Governo do Estado não hesita em doar terras públicas para empresas particulares, assim como fez Roseana Sarney (período da gestão) com a Suzano Papel e Celulose e as terras que englobava a comunidade do Cajueiro para a WPR visando à construção do porto. Tais doações são legitimadas através de leis de desapropriação como as de utilidade pública e decretos que transformam áreas, alterando significativamente a territorialização estabelecida, em regra interferindo em territórios.

O Decreto considera “a localização estratégica do município de Bacabeira, com acesso rodoviário e ferroviário, e possibilidade de instalação de portos privados ou públicos” (MARANHÃO, 2015a, p. 1). Além da siderurgia, discutia-se a possibilidade de instalação de um porto, o Porto Mearim, com acesso à Baía de São Marcos e localizado no território de Campo de Perizes. Segundo Holanda (2021), a discussão em torno da construção desse porto é antiga, na qual já vinha se criando especulações e grilagem de terras na mesma área, e ganhou um reforço maior como o TPM, que seria utilizado para o transporte das grandes ferragens da obra da Refinaria *Premium I*. Em 2011, a construção desse porto foi autorizada pela ANTAQ, mas não chegou a ser executado (Figura 38).



Figura 38 – Localização do Porto Mearim em Bacabeira-MA



Fonte: ANTAQ (2022).

Além da discussão em torno da siderurgia e do Porto Mearim, havia interesse por parte dos chineses em construir uma *Smart City*, conhecida também como “Cidade Inteligente”, próxima ao DIBAC II. No entanto, Holanda (2021), então secretário extraordinário de atração de investimentos do Governo de Flávio Dino, garante que esse projeto não daria certo sobretudo porque os chineses queriam que fossem feitas verdadeiras “violências fundiárias”, por meio da desapropriação das famílias locais a todo custo. Outra questão que, segundo ele, comprometeu foi a falta de investimento do governo, mesmo em criar um grupo perene de apoio à atração de investimentos.

Esses projetos em discussão atraíram a cobiça de vários proprietários legítimos, ou não, de terras no território de Campo de Perizes em Bacabeira, gerando uma série de confusões na busca pela terra adequada para a instalação dos empreendimentos. Outros problemas foram gerados pela pressa e objetividade dos chineses que queriam conseguir as terras rapidamente. Conseqüentemente, se estivessem ocupadas, deveriam ser desapropriadas também de maneira rápida, o que acabou acontecendo (HOLANDA, 2021).

O investimento no projeto da siderurgia e da Cidade Inteligente seriam unicamente por parte dos chineses. A CBSteel seria âncora na atração de uma série de empresas ou de fornecedoras de insumos que trabalhassem a partir dos aços de bobinas produzidos pela

empresa, um investimento estruturante. Para além das memórias resgatadas de Holanda (2021) que, como representante do Governo do Estado, participou diretamente das negociações com os chineses, não há nada a respeito de informações técnicas que detalhassem como seria o projeto e o trâmite para a instalação da siderurgia. No próprio site da empresa, não consta nenhuma informação relacionada; afinal, nenhum projeto de fato chegou a ser elaborado.

Também em 2015, o Governo do Estado declarou a área de utilidade pública para fins de desapropriação com caráter urgente de imissão na posse (através do Processo nº 397-93.2016.8.10.0115), uma área de 1.505 hectares em Campo de Perizes, a mesma onde estão localizadas as comunidades de Jambuca e Batista, que viviam até então a normalidade de suas práticas cotidianas e modo de vida.

Consta nos Fatos do processo:

Pelos Decretos Estaduais nºs 31.282, de 9 de novembro de 2015; 31.283, de 9 de novembro de 2015; 31.284, de 9 de novembro de 2015, publicados no Diário Oficial de 9 de novembro de 2015, o Governador do Estado do Maranhão declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, os direitos imobiliários sobre as áreas descritas nos Decretos retrocitados assim entendidos o domínio útil e benfeitorias, destinados à construção e ampliação do Distrito Industrial de Bacabeira II. (MARANHÃO, 2015b, p. 1).

No relatório de Avaliação Pericial da área de terras em Perizes, para a criação do DIBAC II, de 10 de dezembro de 2015 (Ofício nº 908/2015-GAB/SEINC), foi solicitado, pela SEINC, que a área compreende terras de terceiros e outra parcela de terras pertence à União. É caracterizada como terreno rural, com posseiros, que viviam em “edificações de baixo padrão, predominantemente taipa e sem infra-estrutura [*sic*] urbana”, e “em terra bruta e alagadiça, não explorada, sem produção vegetal, possuindo recursos hídricos e direitos de posse por habitação” (MARANHÃO, 2015c, p. 1). Caracterizam, ainda, as famílias como ocupantes que viviam então do manejo local, sem exploração econômica das terras e em 22 moradias.

O projeto não continuou devido à resistência popular das comunidades que seriam afetadas compulsoriamente e ao cenário político instável com o golpe de estado, que incidiu na destituição do mandato da presidenta Dilma Roussef em 2016. Assim, a política externa chinesa foi reorientada; os empresários reclamavam bastante da lentidão no processo de ajustes com o Estado e no retorno de respostas. Tudo isso culminou para que deixassem de tratar com o Governo do Maranhão e fossem buscar outros parceiros, passando a ter proximidade, no mesmo ano, com o Governo do Pará (HOLANDA, 2021).

- Rodovia BR-135



A rodovia BR-135 atravessa quatro estados, isto é, o Maranhão, a Bahia, o Piauí e Minas Gerais, fazendo ligação Norte-Sul no país. A construção dos trechos ficou a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), considerados de grande relevância geoeconômica e geopolítica, onde se enquadrava a BR-3, atual BR-135, concluída na segunda metade da década de 1950 (SANDOVAL, 2012). De acordo com Silva (2019), a perspectiva do planejamento dos órgãos federais era pautada, de fato, na necessidade ideológica e na ótica desenvolvimentista difundida nos anos 1950, colocando o Maranhão dentro de suas prioridades devido às suas condições geofísicas propícias para os interesses do Estado.

Trata-se da principal via de acesso à capital São Luís, também é eixo estruturador do polo industrial desse município, além da ligação direta ao Porto do Itaqui, infraestrutura voltada à recepção de insumos, produção e escoamento do que é produzido no polo industrial. A rodovia BR-135 atravessa, ainda, vários municípios maranhenses, entre eles o de Bacabeira, contribuindo para a valorização da região como rota de passagem e escoamento privilegiada, direcionando a produção para o Porto do Itaqui e de lá para outros países.

Recentemente, em 10 de dezembro de 2021, foi finalizada a duplicação da rodovia no Km-51 ao Km-58, abrangendo a área da Estiva até o município de Bacabeira (Figura 30). Segundo informações do “Relatório de Fiscalização” do TCU, a justificativa da duplicação da BR-135, iniciada em 2012, foi pela importância fundamental para a logística do transporte da região, principalmente porque a rodovia liga as áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA) ao Porto do Itaqui, ou seja, facilitando a circulação do Capital (BRASIL, 2018).

Consta no relatório do TCU que, nos anos anteriores, era presente um alto índice de acidentes na rodovia, sobretudo pelas travessias urbanas e povoados ao longo dos 44,6 km de extensão da BR-135/MA, fatores que justificaram a necessidade de adequação da capacidade da rodovia (BRASIL, 2012), mas é evidente que tem a ver com escoamento/circulação, o que, para Marx (2013), é parte do consumo das mercadorias, ou seja, sem ela, não há realização da produção.

Já conforme Silva (2019), a duplicação favoreceu o aumento do investimento na construção civil e no setor de serviços, o que também favoreceu a especulação imobiliária na região. Essa intervenção, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), na BR-135, impactou de forma direta a dinâmica de vida dos moradores das redondezas e das comunidades de Jambuca e Batista, localizados próximo ao perímetro da rodovia.

O município de Bacabeira vive constantemente em um contexto de receber o “progresso”, sujeitando moradores locais a vivenciar correlação de forças, jogos de interesses

e modificações na vida cotidiana, e destaca a duplicação da BR-135 como um fator ocasionador dessas modificações que interferem na relação com a terra, vizinhança e pertencimento com o local (SILVA, 2019).

- Estrada de Ferro Carajás

O Complexo Grande Carajás tem a sua origem no ano de 1980, através do Decreto nº 85.387, de 24 de novembro do mesmo ano, instituindo o Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, criado pela Ditadura Civil-Militar no Brasil. Sua infraestrutura tem início em 1978, e inicia-se em 1982 a instalação da estrada de ferro, inaugurada em 1985. A EFC está inserida em uma logística de escoamento de minério de ferro e outros, advindas de jazidas do Pará para os portos de São Luís, no Maranhão.

O complexo minero-siderúrgico da Vale é atualmente o maior empreendimento do país e um dos maiores responsáveis por danos da mega mineração sobre diferentes ambientes, territórios e sociedades, em destaque no espaço amazônico (WANDERLEY; COELHO, 2021). Conforme os autores, a principal carga transportada pela ferrovia é o ferro, mas também são escoados manganês, cobre, ferro-gusa e outros produtos como grãos, combustíveis e carvão. A Ferrovia se interliga a mais duas: Companhia Ferroviária do Nordeste e a Ferrovia Norte-Sul, atravessando diferentes estados como Goiás e Tocantins, viabilizando a exportação de grãos do Centro-Oeste por São Luís.

A duplicação teve como objetivo aumentar as possibilidades de escoamento, modernizar e integrar estruturas logísticas à dinâmica de ampliação dos corredores para exportação, fundamentais à expansão do capital na região da Amazônia Oriental. (WANDERLEY; COELHO, 2021, p. 184).

A necessidade por aumento na demanda no escoamento de cargas levou à duplicação da EFC entre os anos de 2013 e 2017, tendo 559 dos seus 892 km duplicados. Como destacam Wanderley e Coelho (2021), nesse contexto de duplicação e de remoções, as pessoas impactadas se tornam irrelevantes diante da obra, sendo “calculadas” na mesma proporção de metros cúbicos a serem demolidos. Sendo assim, é a própria invisibilidade e redução do valor da vida comparado ao empreendimento. A duplicação serviu como eixo integrador de outros empreendimentos, viabilizando o escoamento de outras *commodities*, a saber: os grãos do Centro-Oeste do país, pela Ferrovia Norte-Sul, que influencia nos negócios do Porto do Itaqui e estimula a construção de novos portos privados na zona rural da capital.

- Ferrovia Transnordestina Logística (FTL)

A atual Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) utiliza a malha ferroviária que pertencia à antiga ferrovia São Luís-Teresina (Figura 39), criada na década de 1920, iniciando a sua operação em 1921, interligando o Maranhão ao Piauí. A FTL faz interconexão ferroviária com a EFC e a Ferrovia Teresina-Fortaleza. A Transnordestina, em conjunto com a Ferrovia Carajás, atende às várias indústrias da região, como o Distrito Industrial de Rosário, escoando gêneros da metalurgia e de minerais não metálicos.

Figura 39 – Linha férrea São Luís-Teresina no Campo de Perizes na década de 1950



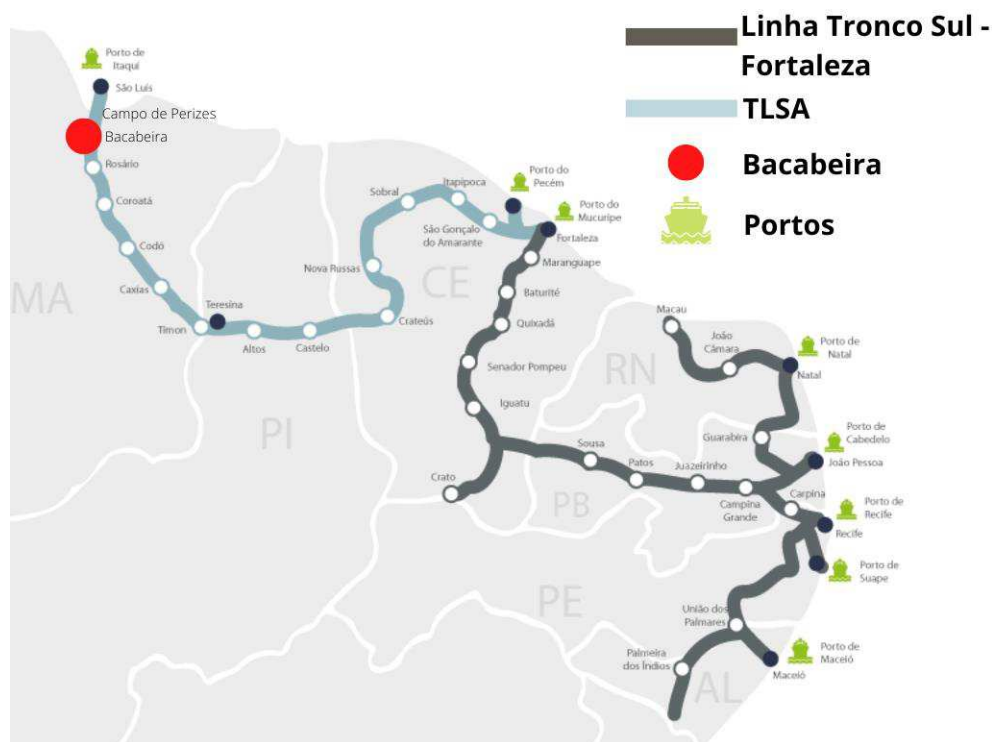
Fonte: Jorge (1950).

Em um breve resgate histórico, a década de 1950 é considerada um período de grande relevância para as ferrovias no Brasil. Inseridas em um contexto de industrialização e urbanização, há um investimento na movimentação de cargas no país, isto é, um processo de rodoviarização, com muitos investimentos nas redes ferroviárias. Todavia, o modal ferroviário passou por crises que interferiram diretamente nos lucros das empresas, havendo a necessidade de concentrar as malhas ferroviárias em uma única empresa, na Rede Rodoviária Federal S/A, em 1957 (CAMPOS NETO *et al.*, 2010).

A FTL possui a concessão da Malha Nordeste da antiga Rede Ferroviária Federal S/A, privatizada em 1998 através do sistema de privatizações de rodovias e ferrovias entregues à exploração privada no liberalismo. A linha ferroviária, com 1.237 km (bitola métrica), liga os portos do Itaqui (São Luís-MA), Pecém (São Gonçalo do Amarante-CE) e Mucuripe (Fortaleza-CE) e atua com transporte e movimentação de cargas e combustível (Figura 40). Originalmente, foi criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S/A (CFN) em 1998. Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S/A (TLSA) (BRASIL, 2019).

Durante o processo de duplicação da BR-135, o trecho da rodovia que passa pelo território de Campo de Perizes, em Bacabeira-MA, precisou ser removido e instalado ao lado do acostamento da pista ampliada, a sua área original deu lugar a um canteiro central.

Figura 40 – Malha ferroviária da FTL



Fonte: Adaptada de Companhia Siderúrgica Nacional (2022a).

No mapa original, disponível no site da ferrovia, podemos notar que o município de Bacabeira não é identificado como rota de passagem da ferrovia, muito menos é apresentada uma caracterização espacial real do território por onde passa esse tipo de infraestrutura. Há uma tendência dos mapas empresariais e de propaganda esvaziarem os espaços, tornando as regiões diversificadas social e espacialmente apenas em caminho para os trilhos.

Para atender à demanda de *commodities*, a Ferrovia Transnordestina será integrada e ampliada junto à Linha Tronco Sul-Fortaleza, conforme apresentada no mapa. Essa obra tem sido considerada a maior obra linear em execução no país, uma ferrovia de classe mundial, atravessando 81 municípios em diversos estados e seguindo diferentes portos.

Com base em informações disponíveis no site da empresa, a obra é desenvolvida com recursos mobilizados da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), VALEC Engenharia, Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), BNDES e Sudene. A capacidade da ferrovia será o transporte de 30 milhões de toneladas por ano, com destaque para granéis sólidos (minério e grãos), uma oportunidade de “dinamizar a economia do Nordeste e aproximar o Brasil dos principais mercados mundiais” (COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, 2022b, p. 1).

- Sistema produtor de água: Italuís

A CAEMA é a concessionária estadual responsável por mais de 60% do abastecimento de água dos municípios do estado. Em 1982, foi inaugurada na região onde hoje é Bacabeira (que apenas em 1994 consegue se emancipar do município de Rosário), o Sistema Produtor de Água (Italuís), com a sua instalação iniciada na governança de João Castelo, então governador nos períodos de 1979 a 1982 (MUSSARA, 2016).

O Sistema Italuís capta água do rio Itapecuru nas localidades próxima a Rosário, garantindo o fornecimento de água potável para grande parte da população da cidade de São Luís e da Região Metropolitana. No ano de 2002, iniciaram as tratativas para dar início ao Projeto Italuís II, obra de ampliação do sistema de bombeamento do Rio Itapecuru, aumentando o abastecimento a ponto de alimentar empreendimentos industriais na capital, como o Polo Siderúrgico da Vale, que pretendia ser implantado na Zona Rural de São Luís no período. A duplicação do sistema apontava para sérios agravantes ambientais, uma vez que as perfurações causariam sérios desequilíbrios ambientais, interferindo na fauna e flora local.

As obras que iniciaram logo foram paralisadas pelo TCU, em face a irregularidades no processo de contratação/licitação da obra. O TCU aponta em seu relatório que a CAEMA superfaturou e constatou irregularidades no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Ademais, outros argumentos da não continuidade da obra se referiam às condições do rio Itapecuru, e as políticas não estavam contribuindo para dar continuidade. O projeto de duplicação do Sistema voltou a ter destaque em 2007, e em 2008 o TCU retomou com a fiscalização da construção do Sistema Adutor do Itapecuru – Italuís II, no período de maio a junho.

Ainda no relatório do TCU, é apontada a importância socioeconômica da obra, em que é apontada a necessidade de suprir a carência de água tratada para uso doméstico, além de “ampliar a oferta de água decantada para o distrito industrial da capital do Estado, situado nas proximidades do complexo portuário do Itaqui, a fim de torná-lo economicamente viável” (BRASIL, 2012, p. 2).

Com base em Mussara (2016), esse projeto mobilizou diferentes atores sociais em defesa do Rio Itapecuru, visto que vinha sofrendo degradação há décadas. Além disso, aponta controvérsias levantadas pela sociedade civil organizada a respeito da duplicação do Sistema Italuís, ganhando espaço de debate na arena pública, a partir de 2001, e em debates na Câmara Municipal de Vereadores, em 2002. Segundo informações noticiadas na imprensa, no mês de novembro de 2012, foi iniciada a obra da nova adutora que contaria com 1.500 tubos de aço<sup>15</sup>.

- Linhas de transmissão de energia

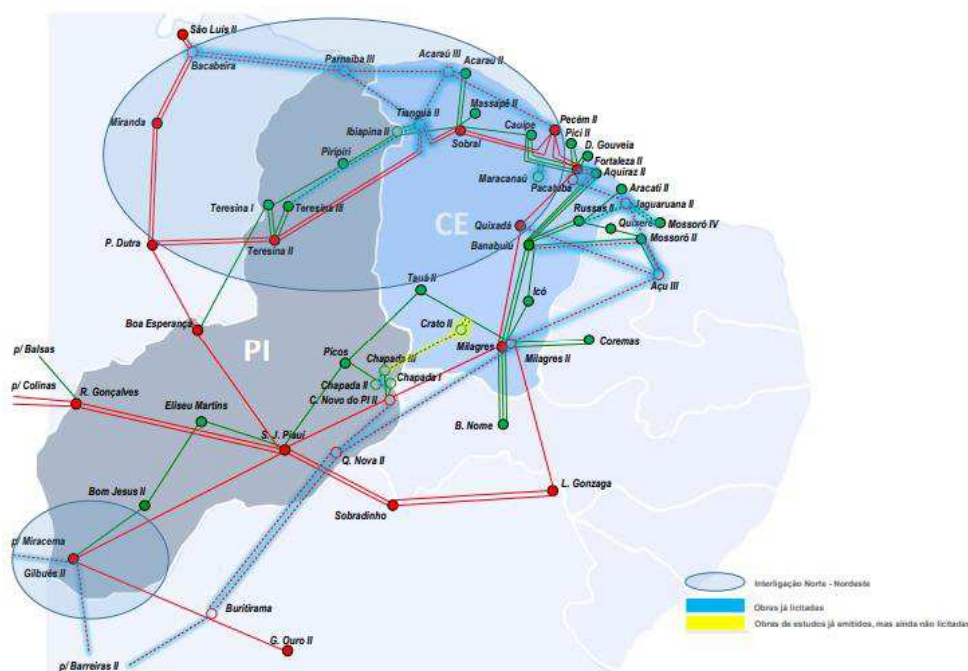
A interligação Norte-Nordeste, até então, era constituída pelas LTs em 500 kV: Presidente Dutra – Boa Esperança e Presidente Dutra – Teresina e pela LT 500 kV: Colinas – Ribeiro Gonçalves. As regiões Norte e Nordeste interligavam-se através de uma pequena rede de capacidade, conectando as subestações de Peritoró e Coelho Neto, no Maranhão, e a de Teresina, no Piauí (BRASIL, 2020).

Segundo informações contidas no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2029, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em 2020, houve uma necessidade de expandir essa interligação em decorrência de um estudo realizado em 2011, que apresentou a necessidade de aumento da capacidade energética de exportação da região Nordeste. Por meio dessas obras, o aumento da capacidade de intercâmbio entre as regiões Norte e Nordeste será possibilitado a partir de 2023 (Figura 41).

---

<sup>15</sup> Informações sobre a obra do Italuís em: PRORROGADO prazo de conclusão das obras no Sistema Italuís. **G1 MA**, São Luís, 10 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/10/prorrogado-prazo-de-conclusao-das-obras-no-sistema-italuis.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

Figura 41 – Interligação Norte e Nordeste a partir de 2023



Fonte: Brasil (2020).

As obras do Governo Federal deram continuidade, com a necessidade de expansão, licenciada desde 2017. A implantação de mais LTs de energia começaram a ser instaladas em 2020, a exemplo da LT 500 kv SE Miranda II – SE São Luís II C3 CS; LT 500 kv SE São Luís II – SE São Luís IV C1 e C2, CD; Seccionamento SE São Luís IV da LT 230 kv UTE Porto do Itaqui – São Luís II; e Nova subestação São Luís IV, localizando-se nos municípios de São Luís, Bacabeira, Anajatuba, Santa Rita, Itapecuru Mirim e Miranda do Norte.

A empresa responsável pela instalação das novas LTs é a EDP, que atua no setor elétrico brasileiro. Em 2019, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) concedeu licença para o início das obras de uma subestação de energia na capital São Luís. De acordo com informações disponibilizadas em seu site, o empreendimento envolveria cerca de R\$ 400 milhões e propôs gerar demandas de empregos diretos na região<sup>16</sup>.

### 3.2 Tempos de incertezas: tendências de novos avanços do Capital em direção à Bacabeira-MA

<sup>16</sup> Matéria completa no site da empresa: EDP BRASIL. **EDP recebe licença ambiental para empreendimentos de transmissão no Maranhão.** São Paulo: EDP Brasil S/A, 2019. Disponível em: <https://brasil.edp.com/pt-br/noticias/2019/07/17/edp-recebe-licenca-ambiental-para-empreendimentos-de-transmissao-no-maranhao>. Acesso em: 15 jul. 2022.



O município de Bacabeira ainda conta com perspectivas de projetos que atraíam novos empreendimentos para a região. Recentemente, no dia 2 de junho de 2022, uma notícia vinculada no site do Governo do Maranhão, intitulada *Equipe do governo visita terreno para instalação da Zona de Exportação do Maranhão*<sup>17</sup>, destacou a ZPE-MA como um projeto que visa aumentar exportações, atrair investimentos, promover novas tecnologias e, mais uma vez, tem-se o discurso da geração de empregos e renda. Ainda de acordo com a notícia, a iniciativa está em vias de implantação sob novo marco legal.

Para viabilizar a área de livre comércio com o exterior, o Governo direcionou o projeto para a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE), sob o secretariado de Pedro Rocha Neto, estando responsável pelas tratativas e etapas necessárias à execução da ZPE, em que já criou uma Comissão Estadual para analisar estratégias, diretrizes e procedimentos para dar andamento ao projeto.

A visita confirma a adequação da área para a implantação da ZPE de Bacabeira. Além da dimensão adequada, os investimentos realizados pela Petrobras na área, tais como terraplenagem e drenagem, reduzem significativamente os investimentos em infraestrutura. A consequência mais importante é tornar mais célere a autorização, criação e instalação da ZPE [...]. (MARANHÃO, 2022a, p. 1).

Em notícias veiculadas no site *O Progresso Net*, a ZPE, pensada pelo parlamentar Roberto Rocha, visa “garantir incentivo econômico, promoção do desenvolvimento regional e nacional, a partir do complexo portuário do Itaqui, na ilha de São Luís, um projeto para o Brasil” (SENADOR..., 2021, p. 1), segundo as suas próprias palavras. Para o deputado, o Nordeste precisa ser emancipado, e isso se daria por meio das ZPEs. Sobre isso, em matéria publicada no jornal *O Imparcial*, ele comenta:

Como aconteceu na China comunista, que parece bem mais sensata que a nossa China capitalista do Maranhão. Ao invés de expulsar investimentos, a China estendeu tapetes vermelhos e deu segurança jurídica aos investidores do mundo inteiro. Ou seja, jogou na lata do lixo esse esquerdismo imbecilizado, que o próprio Lênin chamava de “lado mais ingênuo do comunismo”. Sem abrir mão de uma política industrial forte, se transformou em poucos anos em um uma potência econômica mundial, elevando as condições sociais de mais de 600 milhões de chineses, isto é, três Brasis. Lá, foram criadas dezenas de ZPEs. Podemos ser uma “China democrática”. (BORGES, 2020, p. 1).

---

<sup>17</sup> Matéria completa no site do Governo do Maranhão: MARANHÃO. Equipe do Governo visita terreno para instalação da zona de exportação do Maranhão. **Agência de Notícias**, São Luís, 2 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/equipe-do-governo-visita-terreno-para-instalacao-da-zona-de-exportacao-do-maranhao>. Acesso em: 15 jul. 2022.

A Lei nº 14.184, de 14 de julho de 2021, altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 para fins de modernização do marco legal das ZPEs (BRASIL, 2021). Através dessa lei, foi criada a Zona de Exportação do Maranhão (ZEMA). Em seu site, a ZEMA é justificada pelas águas profundas, comparada à Roterdã, na Holanda. Além disso, considerada como porta de saída de todo o corredor Centro-Norte, maior fronteira agrícola do mundo. Entre os seus objetivos estão: estimar, por meio de incentivos econômicos, produção interna para exportação e criar área de livre comércio, aproximando o Brasil das fronteiras com os principais países.

Em entrevista com Holanda (2021), enquanto então secretário de estado, em 2015, já se tinha conhecimento a respeito das discussões da ZPE, iniciada por Roberto Rocha. Uma das dificuldades de dar andamento ao projeto de instalação da siderurgia chinesa em Bacabeira é que, de acordo com o entrevistado, a equipe da CBSteel queria que fosse criada uma ZPE, pois queriam ter flexibilidade para explorar o mercado interno.

A ZPE funciona, então, da seguinte forma: 80% do que se produz é exportado, e 20% para ter acesso a todo um conjunto de isenções fiscais; caso contrário, corre o risco de a concorrência com fornecedores domésticos pagarem impostos mais altos (HOLANDA, 2021). Na mesma época, havia um projeto de lei que pretendia reduzir ainda mais os impostos, algo que os chineses a todo tempo demonstravam interesse e exigiam, uma vez que queriam usufruir de todas as regalias de uma isenção alfandegária.

O município de Bacabeira, mais uma vez, é palco da possível instalação do projeto sob o argumento de sua localização privilegiada e, ainda, de toda a infraestrutura existente no local que favorece vantagens comerciais, quais sejam: área de mais de 2 mil hectares com toda infraestrutura (local onde seria instalada a Refinaria *Premium I*), conexões rodoviárias (BR-135, BR-402 e MA-110), conexões ferroviárias (EFC e Transnordestina) e conexões portuárias (Porto do Itaqui, Ponta da Madeira e Terminal Portuário de Alcântara).

Tais características, segundo o economista e secretário adjunto da SEDEPE Geraldo Carvalho, são de exímia importância para o desenvolvimento do Estado:

A área de influência atinge 13 municípios maranhense, de Bacabeira a Alcântara. “O Maranhão possui infraestrutura e localização estratégica incomparáveis. Uma ZPE vai trazer segurança jurídica às empresas, liberdade de câmbio, incentivos tributários e, sobretudo, desenvolvimento ao Estado”. (MARANHÃO, 2022a, p. 1).

A ânsia do deputado Roberto Rocha e de uma classe burguesa em concretizar a ZEMA é mais um projeto desenvolvimentista carregado de discurso legitimador do Capital. Isso pode ser percebido em sua fala, quando acredita que o Maranhão pode e deveria chegar a

ser uma China, visto que, para ele, “é disso que os maranhenses precisam para ser sócios de toda riqueza que pode ser gerada no Maranhão”.

No dia 4 de novembro de 2022, a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) recebeu o Ofício nº 296/2022 – GAB/SEDEPE, intitulado *Referência: serviços topográficos – colaboração mútua*, informando será encarregada do “planejamento e implantação da ZPE de Bacabeira, que se localizará na área anteriormente destinada à implantação da Refinaria Premium I da Petrobras” (MARANHÃO, 2022b, p. 1). Aponta, ainda, que será necessária a elaboração do Plano Diretor da ZPE, regularização da área junto aos municípios de Bacabeira e Rosário e a elaboração de serviços topográficos<sup>18</sup> (Anexo A).

Trata-se de mais um projeto, com discurso falacioso, utilizado pelos representantes políticos e empresas visando legitimar os seus projetos. Por outro lado, é um projeto que pode impactar e colocar sob ameaça diversas coletividades humanas no Maranhão, pois estarão na rota do desenvolvimento e do domínio socioeconômico e político, através de grandes agentes do Capital. Em Bacabeira, município estratégico para a atração de investimentos voltados para o Estado, a dinâmica do avanço do Capital se dá na mesma lógica, interferindo na organização social, cultural, identitária e simbólica de diferentes famílias urbanas e rurais.

No momento, diante das atualizações da implantação da ZPE em Bacabeira, nos resta imaginar o que está por vir e quais lutas serão travadas, pois a implantação desse novo empreendimento no município já deixa em alerta os moradores das comunidades de Jambuca e Batista, na medida em que sabem que outros empreendimentos poderão vir a se desdobrar para os seus territórios. Por isso, “a luta não pode parar, porque as empresas, elas não param” como relata a moradora A.M.P.S (2021).

A seguir, trataremos das batalhas travadas pelas comunidades de Jambuca e Batista diante da dinâmica de avanço do Capital em seus territórios, apresentaremos a contextualização dos conflitos, atores envolvidos e as ações de resistências empreendidas pelos moradores em 2016 e que continuam se mantendo e aprimorando a fim de superar lutas cotidianas e futuros conflitos socioterritoriais que possam vir a se desdobrar.

---

<sup>18</sup> Informação obtida, no mês de novembro de 2022, através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-sic) direcionado à SINFRA.

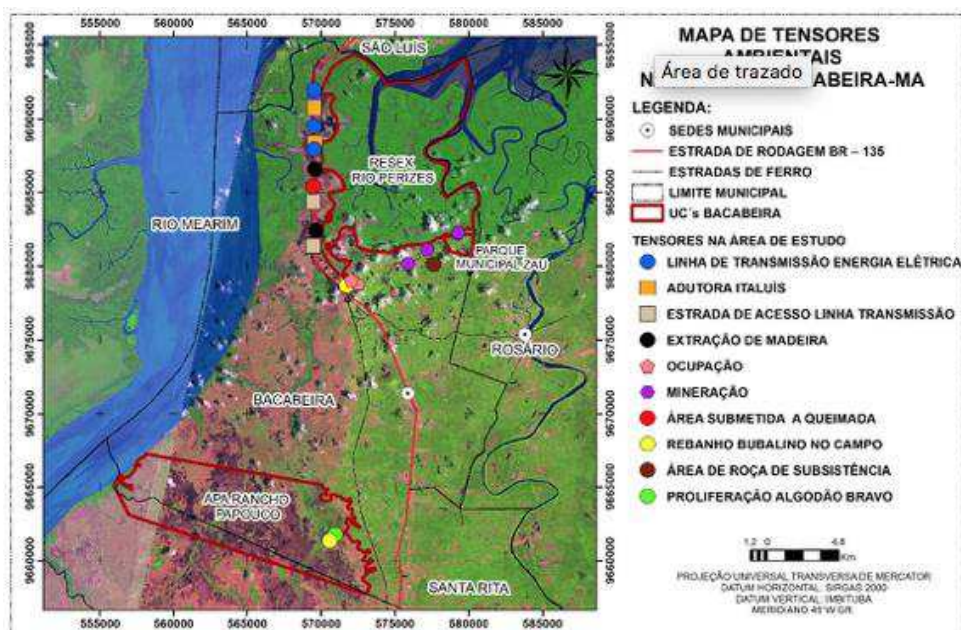
#### 4 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E ARTICULAÇÃO POLÍTICA: as comunidades Jambuca e Batista diante da territorialização do Capital em Bacabeira-MA

No Maranhão, a territorialização do Capital avança desenfreadamente em territórios consolidados por coletividades humanas, interferindo em suas condições de reprodução de vida, organizações religiosas, manifestações culturais, nos seus modos do uso e na sua própria territorialização por parte de pescadores artesanais, quilombolas, povos indígenas e pequenos agricultores.

Os empreendimentos instalados nesses locais, inseridos na dinâmica capitalista em expansão, resultam em diferentes tensores que fragilizam a vida humana, o meio ambiente e as cosmografias que envolvem territórios de povos e comunidades tradicionais. As cosmografias são, assim, na perspectiva de Little (2004), os saberes criados coletivamente e historicamente situados dentro de um grupo social para se manter e estabelecer em seus territórios.

Essas dinâmicas econômicas representadas por toda uma infraestrutura podem ser percebidas nas transformações do espaço geográfico, bem como seu reflexo no campo social, o que se apresenta no território de Campo de Perizes em Bacabeira (Figura 42) e como isso vai ameaçar comunidades tradicionais que se encontram na rota do “desenvolvimento” do Estado do Maranhão; entre elas, as comunidades de Jambuca e Batista.

Figura 42 – Identificação de empreendimentos em Campo de Perizes, Bacabeira-MA, 2010



Fonte: Sousa *et al.* (2016).

Com os projetos de infraestrutura e logística voltados para Campo de Perizes, bem como atividades ligadas à mineração e extração de madeira, inúmeros problemas ambientais e sociais se evidenciaram, tais como insegurança na posse da terra, pesca predatória, extração de recursos naturais fora da época adequada, caça ilegal, queimadas e ameaça da possibilidade de futuros grandes empreendimentos no território, pois está inserido em uma área de negócios, com estrutura de rodovias e ferrovias direcionadas ao Porto do Itaqui, conforme já apresentado neste trabalho.

É nesse cenário que as comunidades de Jambuca e Batista vivem, em seu cotidiano os efeitos dos impactos que toda essa estrutura de atividades dos projetos desenvolvimentistas causam em sua reprodução de vida. Em entrevistas com 17 moradores das comunidades acerca dos grandes empreendimentos voltados ao município de Bacabeira, foi possível identificar diferentes problemas elencados por eles; destacam-se: problemas sociais, ambientais e de saúde pública. Algumas opiniões apresentam-se da seguinte forma:

Só traz destruição do meio ambiente, do espaço das pessoas onde tiram seu sustento, chegam sem consultar as comunidades. (V.A.C., morador da Rua das Garças, entrevista concedida em maio/2022).

Tenho medo das doenças e medo de tirarem as terras da gente. (R.S., morador do Batista, entrevista concedida em maio/2022).

Acho bom, mais oportunidade de emprego. (E.R., moradora da Rua das Garças, entrevista concedida em maio/2022).

Acho preocupante, o município precisa crescer, mas o empreendimento traz destruição da natureza, passa por cima de tudo e de todos. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em maio/2022).

Só traz poluição, problemas e doenças para as comunidades. (M.P., moradora da comunidade do Batista, entrevista concedida em maio/2022).

Só prometem emprego e não cumpre, bota gente de outros lugares. (R., moradora da Rua das Garças, entrevista concedida em maio/2022).

Acabam com muita coisa, o trilho matou as plantas. (A.R.S.M., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em maio/2022).

No que tange aos problemas sociais, percebemos o medo diante da forma como os empreendimentos chegam às comunidades, tirando o sossego, ameaçando tomar as terras das famílias, enquanto entendem que o município precisa crescer, mas que esses empreendimentos sempre trazem algo prejudicial e chegam sem consultá-las. Todavia, a fala da moradora quando diz “acho bom, mais oportunidade de emprego” nos faz refletir sobre o discurso legitimador que tanto as empresas quanto o Estado propagam na tentativa de validar os empreendimentos,

sempre atrelando a mais geração de empregos e renda para a população local, mas sabemos que na prática não é bem assim que ocorre; pelo contrário, são discursos falaciosos com a única finalidade de criar expectativas nos moradores locais e divulgar os empreendimentos, os quais, no fim, alteram significativamente as atividades e a própria economia de base dos moradores.

A. M. P. S<sup>19</sup>, presidente da AMOCAMPE, relata que a pesca e à cata do caranguejo, fortes atividades extrativistas nas comunidades de Jambuca e Batista, e a complementação de renda de muitos moradores passaram por grandes dificuldades após a duplicação da BR-135 e da Ferrovia Carajás, pois a venda desse excedente ficou dificultada. Relembra que, no passado, os pescadores tinham barracas na beira da estrada, onde vendiam peixes, sururu e caranguejo diretamente ao consumidor final, mas, atualmente, a venda direta diminuiu e a relação com atravessadores aumentou.

Ademais, a produção de arroz das famílias foi diretamente impactada. Convivendo com a antiga BR-135 (sem duplicação), os moradores conseguiam localizar as suas roças com plantação de arroz do lado oposto à rodovia, uma área menos alagadiça, onde relataram a grande abundância das plantações e colheitas. Com a instalação da duplicação, acabaram as áreas de plantio de arroz, aumentou o índice de morte de animais, acarretou a inexistência de acesso seguro para a travessia e o agravamento da poluição ambiental, que atinge mangues e igarapés, interferindo diretamente nos diferentes meios de provisão das famílias locais.

A moradora J.S. comenta que: “Quando se fala de impacto ambiental o que mais causa é a ferrovia da Vale S/A, o caranguejo que a gente tira aqui vem só minério, o peixe, tudo”, pois os vagões não têm nenhuma proteção que impeça o minério transportado de cair. Sendo assim, todo material que cai no perímetro da ferrovia penetra no solo e se espalha pelos campos alagados, principalmente em períodos de chuva.

Então a dificuldade que nos tem aqui é por causa dessas empresas que causa os problemas ao meio ambiente, porque antigamente as coisas eram tudo natural. As coisas mudam depois que a Vale começou a passar, aí começou a cair esse minério. As vezes a gente olhava a água vermelha e pensava que era do barro, mas não era, era minério. A gente vê o mangue morrendo, aí depois torna nascer, mas o mangue é um mangue fraco, não é mais um mangue forte por causa desse minério que cai. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

Conforme a moradora, já aconteceu de os moradores coletarem caranguejo sujos de minério e encontrar o material na beira dos mangues. Toda essa situação vem causando grande

---

<sup>19</sup> A. M. P. S. **Como é morar em Jambuca e Batista**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Bacabeira, 10 abr. 2021.

revolta e insatisfação nas comunidades que, a todo tempo, buscam estratégias de como tentar resolver esse problema, já que, segundo informações da Vale para com os moradores, “o resíduo que cai não chega a atingir a biodiversidade”. Além dessa poluição direta no solo, no mangue, nos seres locais, há também a poluição sonora e os tremores sentidos nas moradias, devido à alta velocidade de passagem do trem.

Evidencia-se, então, a discriminação não só do ponto de vista social, mas também ambiental, transformando diversos locais em “zonas de sacrifícios”, com base em fatores como raça e classe social, configurando um quadro de racismo ambiental, impondo rejeitos perigosos às “comunidades de cor”. Entre os fatores que explicam tal imposição, tem-se: disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias; falta de oposição das populações por fraqueza organizativa ou carência de recursos políticos; falta de mobilidade espacial das minorias devido à discriminação residencial; sub-representação das minorias em agências governamentais responsáveis por decidir a localização dos rejeitos (ACSELRAD, 2002).

Ademais, conforme Acselrad (2002), há uma espécie de articulação entre as forças de mercado e agências governamentais que viabilizam as práticas discriminatórias e produzem desigualdades ambientais, uma viabilização que se encontra na suposta fraqueza política de grupos sociais residentes em localidades visadas para destino das instalações perigosas.

No território de Campo de Perizes, agora com duas LTs de energia nos dois sentidos da BR-135 e que conta com dois tubulões do Sistema Italuís, áreas que eram utilizadas, pelos moradores, para plantio nessas proximidades não são mais, apenas para pesca. A comunidade 49, por exemplo, que se localiza atrás dos tubulões, precisou criar acesso para as suas moradias por cima da estrutura, uma realidade que coloca em risco a própria segurança dos moradores e de visitantes à comunidade.

A nova LT da empresa EDP Energias do Brasil atravessa o território de Campo de Perizes, do lado direito de quem segue no sentido da capital São Luís, direcionada até o Porto do Itaqui. Essas áreas de campo são margeadas por mangue e solo alagadiço e contam com uma diversidade de fauna e flora, que sofreu impactos diretos no processo de instalação das torres.

Essas novas torres estão localizadas também em áreas dos Campos, em lado oposto à existente. Sua implantação atravessa diversas comunidades, impactando de diferentes formas a vida e o meio biofísico de famílias nos municípios por onde passa, como Bacabeira, Santa Rita e Itapecuru-Mirim, no Maranhão (Figura 43).



Figura 43 – Denúncia via rede social da instalação das linhas de transmissão em áreas de comunidades tradicionais no Maranhão



Fonte: Justiça nos Trilhos (2021).

Os impactos ambientais causados pelo maquinário e pelo aterramento nas áreas de implantação das torres de energias causaram sérios transtornos nas comunidades por onde passa a instalação do projeto. Nas áreas alagáveis dos campos, igarapés foram assoreados, o solo foi danificado e os recursos hídricos foram poluídos, além de acarretar sérios problemas de licença ambiental e outras irregularidades nos processos. Na contramão desses fatos, o próprio processo de transmissão de energia propõe-se a atuar de modo que gere o mínimo de impacto e de forma “sustentável”, apresentando uma certa “consciência” dos impactos ocasionados por esse tipo de atividade e da magnitude dos empreendimentos, o que na realidade concreta não acontece.

Mesmo assim, no PDE 2029, constam as medidas direcionadas a reduzir, evitar ou compensar os impactos negativos. Para tanto, alguns temas socioambientais são tratados: fauna (no tocante à interferência dos empreendimentos na dinâmica e transformação dos ambientes); organização territorial (relativa à infraestrutura local); relação no conflito de usos e ocupação do solo associados à implantação de projetos. No Nordeste, foram apontadas “interferências de empreendimentos na dinâmica territorial e nos modos de vida de comunidades locais, por meio de restrições de uso do solo quando associados a áreas de subsistência e lazer” (BRASIL, 2020, p. 256).

Além disso, são considerados, no planejamento da instalação dos empreendimentos do setor de energia, temas como paisagem, povos e terras indígenas, comunidades quilombolas, recursos hídricos, qualidade do ar, resíduos, unidades de conservação e vegetação nativa. O

PDE 2029 afirma que sempre haverá impactos positivos e negativos, mas “a disponibilidade de energia é condição fundamental para o crescimento do país e par ao bem-estar da população” (BRASIL, 2020, p. 259).

De acordo com Shiraishi Neto *et. al* (2019), essas práticas de degradação de ecossistemas flexibilizadas por leis e decretos desdobram-se em expropriações de comunidades tradicionais, resultando em um ataque frontal a direitos sociais, civis, humanos, territoriais e na própria organização interna destas comunidades. Trata-se de um trabalho aplicado a destruir direitos e firmar desigualdades, num jogo de interesses que envolve o exercício da violência discriminatória e os mecanismos de uma “suposta racionalidade mercantil politicamente construída”. Nesse sentido, segundo o autor, o liberalismo autoritário contrapõe-se as lutas identitárias, seja através do racismo explícito ou mesmo pela subtração de terras e de recursos, repleto de interesses da propriedade privada acima de tudo e de todos.

Todos esses empreendimentos apresentados até aqui fazem parte da infraestrutura física no espaço que Harvey (2014) nos esclarece como responsável por absorver o volume de Capital — nesse caso, pelo agronegócio. No âmbito social, o autor nos diz que o agronegócio substituiu a agropecuária familiar e que a escravidão não desapareceu, pois a lógica colonialista do sistema capitalista se apropria cada vez mais da humanidade, em uma escala de destruição em todos os âmbitos da vida, natural, social, cultural, intelectual e, até mesmo, econômica.

Os impactos das representações do “desenvolvimento” — aqui representados pelos megaempreendimentos industriais e de infraestrutura — se instalam de maneira tão profunda nos locais que, em oposição ao “desenvolvimento” e à “modernidade”, suscitam resistências, como bem ressalta Escobar (2014). Dessa maneira, as comunidades locais acionam os seus recursos materiais e culturais para resistir ao choque com o desenvolvimento e a modernidade, ou seja, trata-se do enfrentamento das comunidades pela terra e condições de vida.

O Projeto Carajás, a exemplo, é antes de tudo toda uma infraestrutura do Capital que desarticula direitos de múltiplos povos e comunidades, expropriando famílias de suas terras e interferindo em modos de vida consolidados. Tudo parte de um plano maior que segue uma ordem socioeconômica e política que, a todo custo, busca afirmar em âmbito global o seu domínio. A expansão do Corredor Carajás envolve diversos problemas e violências, partindo do esvaziamento de áreas e invisibilizando inúmeros povos e comunidades, resumidas a vazios demográficos.

As violações de direitos são, assim, cada vez mais recorrentes e agravantes com a intensificação de investimentos voltadas à exportação portuária de *commodities* para outros países. Trata-se de um corredor de “desenvolvimento” que abrange uma série de conflitos e

irresponsabilidades, atravessando diferentes formas de vida e ocasionando o apagamento de memórias coletivas e identidades. Essa lógica do “desenvolvimento” constitui um importante e poderoso instrumento de dominação e discurso hegemônico ocidental utilizado para reafirmar o funcionamento do sistema capitalista.

Dentro dessa lógica, os códigos do pensamento eurocêntrico e ocidental não são questionados; pelo contrário, são validados e valorados, enquanto tudo o que não está nessa bolha é colocado em dúvida, invalidado e inviável; um pensamento moldado nas estruturas do capitalismo que, pelo colonialismo, vai condicionar todo o nosso pensamento e direcionamento de vida. Assim, esse modelo de desenvolvimento impositivo, aplicado de forma indiferente à sociedade, constitui um verdadeiro etnocídio de pequenas coletividades humanas.

Nesse modelo, há uma incapacidade de se pensar o desenvolvimento para além de parâmetros econômicos e colonialistas, os quais, segundo Esteva (1996, p. 8, tradução nossa), “reduziram o termo que passou a ser relacionado apenas a crescimento de renda per capita em países subdesenvolvidos, atrelado unicamente ao crescimento econômico”<sup>20</sup>. Ao seguirem essa lógica, os projetos de “desenvolvimento” e “modernização” econômica acarretam, portanto, sérias consequências, sobretudo ambientais e sociais. É o que afirmam Sant’Anna Júnior, Pereira e Alves (2010, p. 94):

Os impactos de grandes projetos provocam o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, dos grupos sociais atingidos ou dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento e daqueles que se aliam aos mesmos, conduzindo a “conflitos socioambientais”, que envolvem diferentes formas de significação do modo de vida, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que neles buscam legitimidade.

Nesse aspecto, os conflitos socioambientais são resultados da relação do processo de globalização e da crescente crise ambiental, em nível mundial, provocada pela expansão capitalista (LITTLE, 2006). Esses empreendimentos têm gerado grandes transtornos às famílias tradicionais maranhenses: a diminuição de áreas de plantio de arroz; o aumento de acidentes e mortes dos animais na rodovia federal e nas ferrovias; a ausência de acesso seguro para a travessia de pedestres; a poluição dos mangues e igarapés, diminuindo a disponibilidade desse ecossistema; o aumento à degradação do meio ambiente, privando famílias de continuarem a usar suas terras de onde dependem para manter a sua sobrevivência e existência. Renovaram e

---

<sup>20</sup> No original: “*Development, which had suffered the most dramatic and grotesque metamorphosis of its history in Truman’s hands, was impoverished even more in the hands of its first promoters, who reduced it to economic growth. For these men, development consisted simply of growth in the income per person in economically underdeveloped areas*”.

agravaram, então, diversos conflitos fundiários e, de forma predatória, desterritorializam povos tradicionais já consolidados em seus territórios.

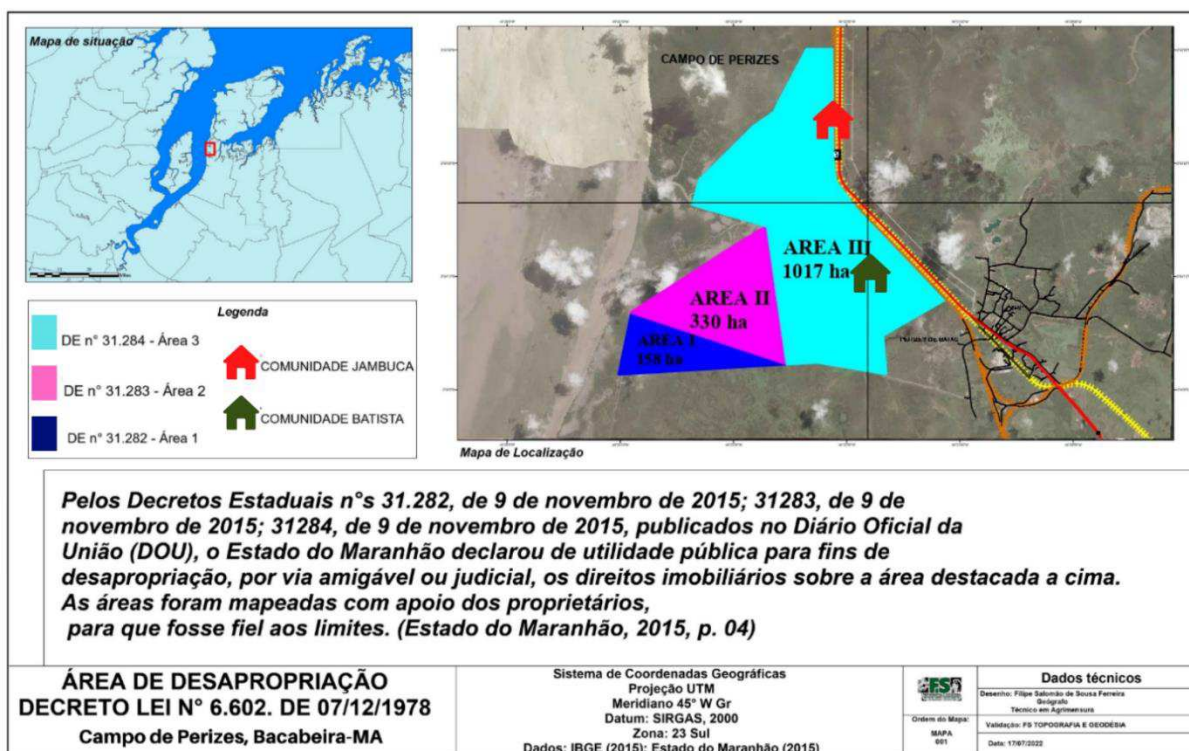
Mesmo que os grandes empreendimentos cheguem e causem todos os transtornos apresentados até aqui, ainda divide opiniões entre alguns moradores que acreditam que, com a chegada de empresas, haverá mais oportunidades de emprego, enquanto outros apresentaram-se desacreditados, pois o que acontece é que são muitas promessas de emprego preenchidas por pessoas de fora; no fim, só trazem destruição.

Em relação à discussão sobre a implantação de uma Cidade Inteligente para abrigar mão-de-obra chinesa na siderurgia, Holanda (2021) afirma que essa etapa de transferência de tecnologias era bastante complicada quanto aos chineses, que, nos discursos, ressaltavam que gerariam muitos empregos para os brasileiros, contudo o próprio então secretário do Governo do Estado não acreditava, chegando a indagar no seu relato: “no chão da fábrica, né?”. Consistiam em promessas e discursos para divulgar a chegada dos empreendimentos e criar expectativas nas famílias locais, mas, na verdade, não passam de inverdades usadas para interesses próprios.

Na mesma época, pretendia-se instalar a siderurgia chinesa com capital da empresa CBSteel em Campo de Perizes, Bacabeira. Tratava-se de negociações entre Governo do Estado, Poder Executivo Municipal e empresários chineses. A implantação do empreendimento seria uma nova “oportunidade” para a indústria maranhense ante a suspensão da Refinaria *Premium* I. Para legitimar ou viabilizar o empreendimento, o Governo do Estado cria leis e decretos para garantir a segurança jurídica das terras cedidas aos chineses. A exemplo, foi criado o Decreto nº 31.412/2015, que transforma áreas de Campo de Perizes em Zona Industrial II, Bacabeira – DIBAC II.

Conforme consta no Decreto, Bacabeira foi escolhida para receber o projeto, pela “localização estratégica do município, com acesso rodoviário e ferroviário, e possibilidade de instalação de portos privados ou públicos” (BRASIL, 2015, p. 1). No mesmo ano, o Governo do Estado declara utilidade pública para fins de desapropriação, com caráter de urgência na posse (Processo nº 397-93.2016.8.10.0115), uma área de 1.505 hectares em Campo de Perizes (Figura 44), onde estão localizadas as comunidades de Jambuca e Batista e toda uma reprodução de vida consolidada há quase 50 anos.

Figura 44 – Áreas desapropriadas para a implantação da usina siderúrgica em Campo de Perizes, Bacabeira-MA



Fonte: Adaptada da base FS Topografia e Geodésia (2022).

A ameaça de descolamento compulsório passa a ser a partir de 2016, quando, na época, as 22 famílias de Jambuca e Batista foram notificadas do processo de desapropriação com caráter de urgência na imissão da posse, na qual estavam participando. Inicia-se uma nova realidade para os moradores dessas comunidades, agora ameaçados de perder seus territórios e toda uma dinâmica de vida consolidada, colocando em risco a perda das suas manifestações culturais, relações construídas, meios de provisão, enfim, suas territorialidades como explana a liderança comunitária.

Em 2016 a gente recebeu essa intimação de sair daqui com 20 dias, mas a gente conseguiu uma liminar e o governador deu que a gente, só mexeria conosco se encontrasse lugar igualmente este, então ele não encontra lugar igualmente este aqui, que a gente sobrevive aqui da nossa sobrevivência, nossos sustento que nós estamos aqui ele não encontra lugar como este, então, mas a gente nunca podemos parar de correr atrás das bençãos, das lutas porque quando a gente para, eles não param de buscar prejudicar as pessoas, principalmente as pessoas mais carente, é uma necessidade muito grande das pessoas ficar numa situação dessa. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

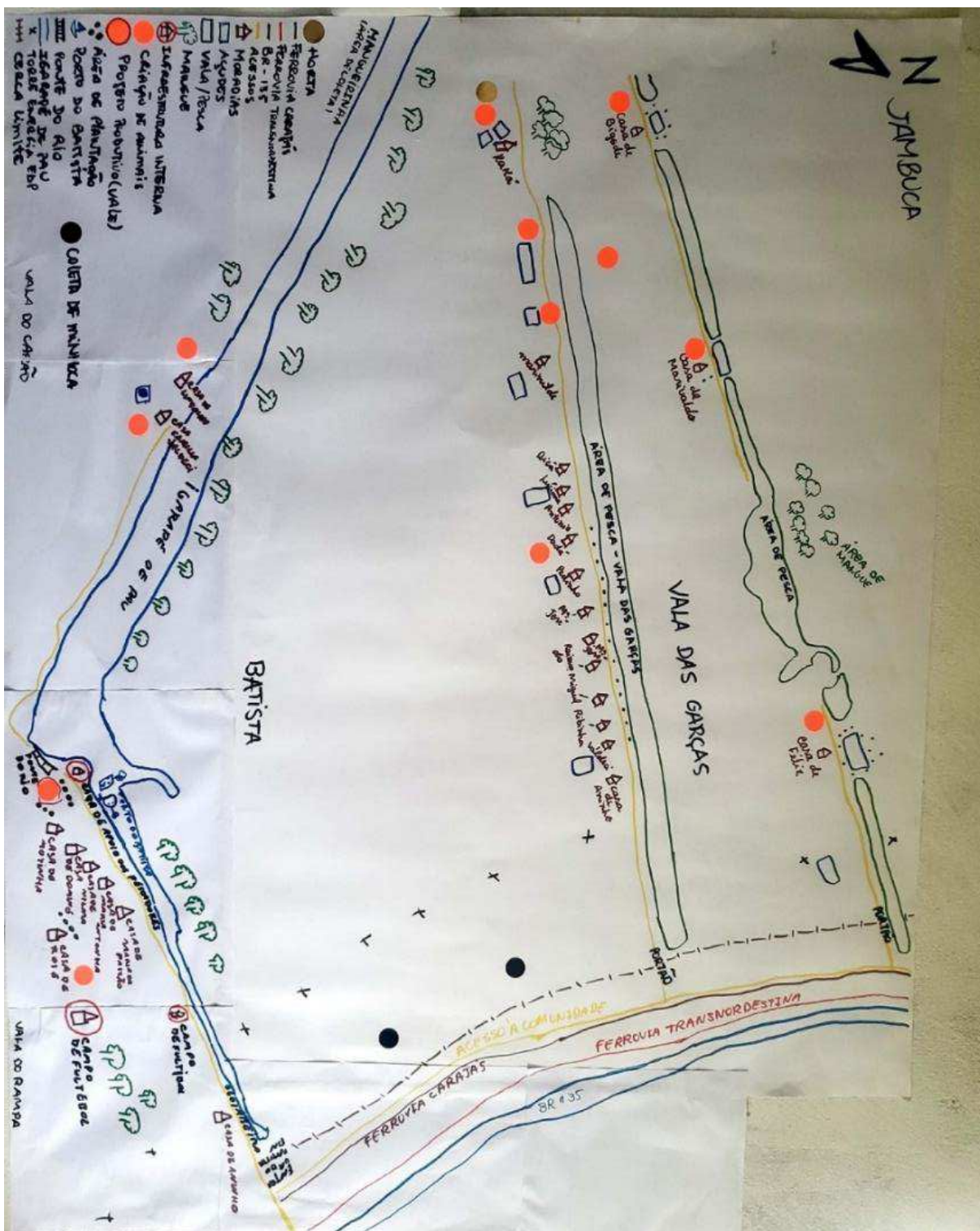
Como a própria liderança expõe, o processo de desapropriação acionado pelo Governo do Estado os obrigaria a sair de suas terras em vinte dias, com indenizações ultrajantes

e nenhuma perspectiva de futuro quando se executasse a reintegração de posse. Durante o ano de 2016, lutar pela permanência no território tornou-se objetivo de vida dos moradores das comunidades de Jambuca e Batista.

Quando os grandes empreendimentos chegam em territórios consolidados, acionam um *modus operandi* de apagamento, negação e invisibilização das comunidades tradicionais existentes. O próprio Poder Executivo contribui para o apagamento de comunidades rurais de seu município, é o caso de Bacabeira. O que essas mesmas comunidades buscam a todo tempo é o seu direito de simplesmente existir, de serem visibilizados e escutados, pois muito se tem a dizer, mas poucos aqueles que querem ouvir (Figura 45).



Figura 45 – Localização das comunidades em Campo de Perizes, Bacabeira-MA



Fonte: Pesquisa de campo (2022).



Comparado a cartografia “oficial” produzida em gabinete do Poder Executivo, o território das comunidades é múltiplo de usos, locais e significados de toda uma vida estrutura na dinâmica do campesinato. O território é familiar, lugar onde todos se conhecem e partilham juntos os recursos que conseguem extrair, em impacto menor, da terra e das fontes hídricas. O mar, as valas e o rio, fonte de provisionamento para as famílias são diretamente atingidos por essas políticas, por diferentes fatores, no caso de Jambuca e Batista, o minério tem sido o grande causador da poluição.

Para Cardoso, Rodrigues e Sobreiro Filho (2022), os grandes projetos econômicos avançam sobre os territórios múltiplos de vidas como uma zona cinza, ou seja, reduzidas a uma área vazia, sem identificação, funcional e mercantilizada, gerando conflito de usos, violências e violações de povos e comunidades tradicionais. Dessa maneira, por serem, em sua essência, comunidades tradicionais, aqui, ribeirinhos, já são negados enquanto pessoas de direitos e de saberes, apagados frente a uma hegemônica racionalidade moderna, que ignora qualquer outra forma de conhecimento. Nesse bojo, Meneses (2008, p. 165) endossa sobre isso:

Esta negação da diversidade das formas de perceber e explicar o mundo é um elemento constitutivo e constante do colonialismo. No entanto, e muito embora a dimensão política da intervenção colonial tenha sido amplamente criticada, o ônus da monocultura colonial epistêmica ainda é actualmente aceita como um símbolo de desenvolvimento e modernidade.

Ainda segundo a autora, a criação da alteridade enquanto espaço vazio, desprovido de conhecimentos só pode ser preenchido se for pelo saber e cultura do Ocidente, tratando-se de uma exigência colonial de transportar a civilização e a sabedoria para povos, que, na visão dos dominadores, vivem supostamente cercados de ignorância.

Diante de cenários de racismo ambiental envolvendo diversas comunidades, assim como ocorre com as comunidades afetadas pela empresa Vale S/A, emerge um debate que liga raça, pobreza e poluição, em que o movimento de justiça social, articulando diferentes frentes de organizações civis, religiosas e intelectuais na busca por igualdade ambiental, mostra-se uma potência frente à mobilidade espacial dos capitais.

O território, nessa perspectiva, é um local de disputas, que buscam institucionalizar modelos de apropriação dos bens naturais disponíveis. Nesse aspecto, Miranda (2013) nos diz que os problemas socioambientais que se instituem fazem com que a Ecologia Política ocupe um lugar central nessa discussão, pois retoma debates sobre os diferentes usos, atores e grupos sociais envolvidos em projetos territoriais conflitantes, desencadeando também em diferentes processos de territorialização.

Enquanto campo de ação e política, a Ecologia Política é utilizada como prática de defesa do território quando vinculada a um grupo de atores, os quais se movimentam em uma vinculação cultural e ecológica com o território, onde o direito de existir é também uma questão cultural, política e ecológica (ESCOBAR, 2014).

É, portanto, nessa perspectiva de conflitos socioambientais e de luta em defesa de suas territorialidades que diversas comunidades rurais no Maranhão vão acionar repertórios de resistência frente ao movimento do Capital predatório em seus territórios, como as comunidades pertencentes à RESEX Tauá Mirim, Cajueiro, Igarauá, Salva Terra, Santa Quitéria, Jambuca, Batista e tantas outras, verdadeiros exemplos de luta. É que o Maranhão, desde os primórdios, foi construído em cima de lutas, marcado por violentos momentos de barbáries, em que povos indígenas foram massacrados por europeus (CABRAL, 1992) e violência estendida ao segundo momento de escravização dos negros e seus descendentes (PEREIRA, 2001).

Mesmo diante dessas adversidades, esses povos resistiram e lutaram por tudo aquilo que acreditavam e defendiam, sua existência na própria resistência. Conforme Castells (2018), a identidade desses atores sociais é entendida como um processo de construção de significados ou, ainda, uma interrelação de atributos culturais, são fontes de significados para os próprios atores sociais construídas e originadas por um processo de individualização. O autor classifica três formas e origens de construção de identidades: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. Tomaremos a identidade de resistência como parâmetro, categoria que se enquadra no contexto das comunidades de Jambuca e Batista.

A identidade de resistência é criada por atores sociais que se encontram em posições ou condições de desvalorização pela lógica de dominação, criam, assim, artifícios de resistência e sobrevivência. Esse tipo de construção de identidade conduz à formação de comunidades e é considerada o tipo mais importante de construção de identidade na sociedade, que dá origem à resistência coletiva frente a uma ofensiva (CASTELLS, 2018).

Diante desse cenário de ameaça, a luta social surge de forma antagônica ao modelo de desenvolvimento colonialista, em que Lacclau e Mouffe (2015) ressaltam o caráter político dessa resistência, enquanto uma busca por transformação de uma relação social, uma vez que os sujeitos em uma posição de subordinação se colocam em um lugar de antagonismo. Isso vai acionar, nas comunidades de Jambuca e Batista, repertórios de enfrentamento em defesa do seu território e do modo de vida, ou seja, da territorialidade, entendida aqui na perspectiva de Little (2004), tratando-se de um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com o seu ambiente, a torná-lo o seu território.

Não se leva em conta que, no Brasil, a diversidade sociocultural é acompanhada por uma diversidade fundiária, e isso resulta em múltiplas coexistências de sociedades, em que cada uma interage com seus respectivos ambientes geográficos de acordo com as próprias formas de inter-relacionamentos. Em outras palavras, trata-se de uma diversidade de grupos e formas de ocupação que vai resultar, também, em diferentes formas de territorialidades (LITTLE, 2004).

O fortalecimento político, conforme Laclau e Mouffe (2015), ocorre por meio da articulação, quando se constitui uma relação de equivalência, ou seja, é necessário que existam sujeitos políticos antagônicos, em que uma das partes constrói um projeto contra-hegemônico, que, nesse caso, é contra o modelo de “desenvolvimento” que ameaça a existência, por exemplo, dos camponeses.

Para os autores, a articulação é caracterizada enquanto uma relação de demandas de diferentes sujeitos políticos em torno de um “ponto nodal”, que visa constituir uma relação de unificação simbólica de um “nós” contra “eles”, formando um antagonismo entendido como forma de resistência à subordinação. Essa discussão em torno de um espaço político em que se pudesse discutir diferentes emergências de diferentes sujeitos políticos surge a partir de 1960, quando diferentes reivindicações passam a ganhar destaque a partir de um descentramento do espaço político, influenciando diretamente o cenário de movimentos sociais, trouxe também o desafio de construir estratégias de vínculos entre diferentes sujeitos, de forma que preservasse suas identidades (PRADO; COSTA, 2011).

Ainda segundo os autores, para que a luta seja mais eficaz, ela precisa ser um tanto hegemônica, ou seja, articular uma cadeia de reivindicações entre várias lutas democráticas contra diferentes subordinações. Para tanto, é necessário definir uma fronteira, demarcar o seu lugar de luta e definir um adversário, sobretudo saber por que se está lutando e qual sociedade pretende construir, uma luta que passaria a ser contra o sistema (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Nesse contexto é que as comunidades de Jambuca e Batista, como sujeitos políticos e de direitos, buscam mecanismos de articulação para além dos limites dos seus territórios, se mobilizam com outros afetados pelos empreendimentos que os cercam e com aqueles que não estão nos territórios afetados, mas que atuam nas mesmas reivindicações.

É que as práticas de mobilização e de engajamento nas articulações se iniciam ancoradas no local, ao passo que também criam pontes com o externo, proporcionando a criação de ações que se tornam uma causa mais ampla e encontram possibilidades de sair do território e se aplicar em outras localidades, divulgando e visibilizando as injustiças que podem ocorrer nesse território (LOSEKANN, 2018).

Diante do exposto, percebendo o movimento do Capital avançando para territórios de povos e comunidades tradicionais no Maranhão, é que se apresenta a luta e resistência das comunidades de Jambuca e Batista, mobilizadas, lutam para se sustentar em seus territórios, como se articularam e ainda se articulam para proteger os seus e legitimar seus modos de vida.

#### **4.1 Ações de resistências empreendidas pelas comunidades na luta pela sua existência**

No ano de 2015, quando se discutia a instalação da siderurgia em Bacabeira, na área que engloba as comunidades de Jambuca e Batista, o então vice-governador em exercício, Carlos Brandão (atual governador do Estado), relatou em entrevista que o Maranhão é visto como terra de oportunidades; e por isso a necessidade de realizar missões institucionais para atrair investimentos. Ocorre que muitas dessas terras de “oportunidades” são oportunidades de vida e provisão de distintas famílias rurais espalhadas pelo Estado e que se deparam com processos de conflitos diante de uma lógica de desenvolvimento colonialista que tenta aniquilar coletividades humanas e territorialidades, confrontando diferentes usos e processos de territorialização, disfarçados no discurso de superar o “atraso” pela “modernidade”.

Em 2016, após tomarem conhecimento da ameaça de expulsão, as famílias buscaram reagir contra as ofensivas do Governo do Estado e dos chineses, memórias resgatadas pelo morador mais antigo da comunidade Jambuca, Sr. Felix:

Quando veio esse problema aí desse processo pra nos assinar aqui eu me espantei, eu disse pro filho e pra filha dele, rapá, não leva esse processo para o velho, o velho sabia ler, ele ia ler e já tava com 90 anos, mas tirava leite de vaca, tirava de bezerro, eu que sou novo, me espantei, como é que eu vou assinar um processo pra eu sair daqui sem nada e pra onde eu vou? O governo é que eu podia ir pra terra do governo e o governo não dá mais terra, pra onde é que eu vou? Se juntaram, nesse tempo já tinha a associação. Levaram o processo pro velho, ele mandou chamar meu filho, me chamou e disse Nos estamos nas mãos de Deus, porque nosso advogado é Deus, nós não vamos questionar o governo, quem que vai questionar o governo? O Governo já tinha assinado, a Juíza de Rosário já tinha assinado, o que que tinha pra nos resolver? Muita gente de Periz disse que o problema era só daqui, chamaram dois advogados, foram em cima, foram em baixo. Ela disse “olha, o governo Flavio Dino veio com processo assinado e vem desde fevereiro, ela assinou agora em março, olha fomo em cima, fomo em baixo, fizemo um muncado de reunião, era pra vender pra chines e apresentava no processo fazendeiro do Rio Grande do Norte. E aí, vumbora, vamo na luta, quem é o governo pra assinar terra, aqui é mangue rapá. (FELIX, morador da comunidade Jambuca, entrevista concedida em dezembro/2021).

O “velho” a quem o Sr. Felix se refere é o seu sogro, o mesmo que o convidou para ir morar na comunidade, o Durval A. Pires. No mesmo ano, o senhor Durval veio a falecer. Segundo seus filhos, toda a situação do processo o levou a uma enorme tristeza e preocupação,

apresentando quadro de depressão, contribuindo diretamente nessa fatalidade diante do conflito pelo território. A neta do Sr. Durval relembra esse momento e a perda de um primo, junto à esposa, em um acidente de carro na rodovia BR-135:

No início eles chegaram aqui aí não falaram nada de tirar a gente só chegaram perguntando, aí quando veio essa ordem de despejo todo mundo se desesperou gente que chorava, que imaginava “meu deus, para onde eu vou?”, meu avô chegou a falecer. Nesse mesmo ano um primo e sua esposa sofreram um acidente de carro aí na BR. (J.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

Em conversa com a moradora A.M.P.S. (2021), ela relembra que, ainda em 2015, chegaram representantes da SEINC com o objetivo de coletar informações sobre o modo de vida e das moradias para realizarem reformas:

Pessoal da Industria e Comércio (SEINC) chegaram à comunidade em 2015 com a proposta de reformar as moradias para alvenaria e os moradores se alegraram, mas por sorte ninguém assinou nada, mas deram os dados, mostraram as áreas, as moradias, como era a vida. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

Ocorre que, nesse período, a SEINC foi lá não para realizar o que alegaram, mas para elaborar o Relatório de Avaliação Pericial para juntar ao processo de desapropriação, acionado pelo Governo do Estado, e criação do DIBAC II (Ofício nº 908/2015-GAB/SEINC), solicitado pela própria SEINC. Percebemos, no exemplo relatado, essas práticas que envolvem falsas promessas e mentiras por parte das secretarias, órgãos e empresas quando adentram esses territórios, o que desarticula muito as comunidades e enfraquecem as lutas.

Um das primeiras formas de resistência coletiva de Jambuca e Batista foi o contato com a comunidade de Santa Quitéria, povoado rural de Bacabeira, que também já tinha repertórios na luta por seu território. Esse contato possibilitou o direcionamento das famílias de Jambuca e Batista à assessoria jurídica da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA).

Com o apoio da assessoria, foram analisados os decretos e o processo de desapropriação em que se depararam com indenizações discrepantes para diferentes atores sociais envolvidos nesse conflito. De um lado, o Governo do Estado indenizava em milhões empresários de diferentes localidades do país, a saber: empresa imobiliária de Pernambuco, empresário do Maranhão, chineses com residência em São Paulo e empresários do Rio Grande

Norte, figuras que, até então, ninguém ouvia falar ou já tinha visto pela região. De outro lado, para os moradores, sobraram indenizações que variavam de R\$ 600,00 a R\$ 38.850,00<sup>21</sup>.

Quanto a esse ponto, no processo judicial de desapropriação movido pelo Estado do Maranhão, a Procuradoria Geral apresentou os laudos de avaliação das áreas em que os moradores das comunidades de Jambuca e Batista detinham apenas a posse do bem. É curioso notar que os laudos de avaliação dos titulares da posse, diferentemente dos laudos que detinham a propriedade das áreas em Campo de Perizes, só levaram em consideração o pagamento das benfeitorias, edificações e culturas, como consta no documento, desconsiderando o pagamento indenizatório pela posse efetiva por parte dos moradores.

Desse modo, os moradores dessas comunidades receberam valores completamente irrisórios. Contudo, chama a atenção a posição do Estado, na medida em que, em diversos julgados dos Tribunais do país, incluindo entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é reconhecido o direito de pagamento indenizatório a possuidores de imóveis, através do exercício do direito de posse, contudo o Estado não levou em conta e ensejou o pagamento de valores ultrajantes aos moradores diante dessa relação processual.

Em outras palavras, apesar dos possuidores terem direito a receber pagamento indenizatório pela desapropriação da área, o Estado do Maranhão desrespeitou tal garantia e realizou avaliação ínfima aos moradores de Jambuca e Batista. No tocante a essa discussão, apresentam-se algumas jurisprudências sobre o tema, que garantem pagamento indenizatório pela desapropriação do direito de posse:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. POSSE. DIREITO À INDENIZAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. APLICAÇÃO DO ART. 27, PARÁGRAFO 1º, II, DO DECRETO-LEI Nº 3365/41. REDUÇÃO. - **Se há a imissão na posse, em favor do DNOCS, que, à época da desapropriação, identificou, como seu possuidor, o demandante, impõe-se o reconhecimento do direito do mesmo à indenização, caracterizando-se a desapropriação indireta. - Indenização da posse fixada em 60% do valor do bem.** - Redução do percentual dos honorários advocatícios para 5% (cinco por cento), em observância ao disposto no art. 27, do Decreto-lei nº 3365/41, com a redação determinada pela Medida Provisória nº 2.183- 56.33652733652.183. (TRF5 - 340937/RN 2002.84.00.008589-2, Rel. Des. Rivaldo Costa, Terceira Turma, julgado em 15/08/2007, DJe 10/09/2007). (BRASIL, 2007c, p. 1, grifo nosso).

ADMINISTRATIVO - DESAPROPRIAÇÃO CUMULADA COM SERVIDÃO ADMINISTRATIVA - UTILIDADE PÚBLICA - CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TAQUARAÇU - POSSE - INDENIZAÇÃO - DESNECESSIDADE DE PROVAR A PROPRIEDADE - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO-COMPROVADO. APLICAÇÃO DE SÚMULA DO 7

<sup>21</sup> Informações que constam no processo de desapropriação com caráter urgente na imissão da posse, de nº 397-93.2016.8.10.0115.

STJ. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. 1. A desapropriação de posse não se insere na exigência do art. 34 do Dec.-Lei 3.365/41 para o levantamento da indenização, que deve ser paga a título de reparação pela perda do direito possessório. Precedentes desta Corte: REsp 184762/PR; DJ 28.02.2000; AG 393343, DJ 13.02.2003; REsp 29.066-5/SP, RSTJ 58:327. **2. A desapropriação atinge bens e direitos, mobiliários e imobiliários, corpóreos e incorpóreos, desde que sejam passíveis de apossamento e comercialidade, tenham valor econômico ou patrimonial e interessem à consecução dos fins do Estado.** 3. **Consoante jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal, verbis: “Tem direito à indenização não só o titular do domínio do bem expropriado, mas também, o que tenha sobre ele direito real limitado bem como direito de posse” (STF - RE 70.338, Rel. Antonio Nader).** 4. Deveras, a exigência do art. 34 do DL 3.365/41 impõe-se quando a dúvida sobre o domínio decorre de disputa quanto à titularidade do mesmo. **5. A posse, conquanto imaterial em sua conceituação, é um fato jurígeno, sinal exterior da propriedade. É; portanto, um bem jurídico e, como tal, suscetível de proteção. Daí por que a posse é indenizável, como todo 'e qualquer bem. (In Recurso “ex officio” nº 28.617, julgado pelo extinto 2º Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo, publicado na Revista dos Tribunais nº 481, em novembro de 1975, às páginas 154/155).** 6. Por sua vez, já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, in litteris: “DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA - AÇÃO PROPOSTA POR POSSUIDOR DE IMÓVEL DESAPOSEADO ADMINISTRATIVAMENTE - LEGITIMIDADE - INDENIZAÇÃO, NO ENTANTO, RESTRITA APENAS AO VALOR DA POSSE - REDUÇÃO DO QUANTUM PARA 60% DO VALOR DO IMÓVEL - RECURSO PROVIDO PARA ESSE FIM.” (RJTJESP Volume 113 - ano 22 - 4º Bimestre - julho e agosto 1988 - pág. 179) [...]. (STJ – REsp. 769.731/PR 2005/0124045-0, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 08/05/2007, Súmula 31/01/2007). (BRASIL, 2007b, p. 1, grifo nosso).

Em entrevista ao programa Repórter Maranhão da TV Brasil, o advogado Rafael Silva, então representante da CDH da OAB-MA explana sobre essa situação:

Aqui, nós temos uma área de 1.500 ha que tem cinco proprietários, cinco títulos de propriedade, na verdade são pessoas que são especuladores do mercado imobiliário, inclusive empresa do Rio Grande do Norte, pessoa de São Paulo e estes cinco proprietários estão sendo premiados pelo governo do estado com R\$ 15 milhões que é o somatório das indenizações previstas para eles que está lá na petição inicial da procuradoria geral do Estado. Por sua vez, e aí é a nossa preocupação, essas 22 famílias, que são mais de 50 pessoas que vivem aqui há décadas, que trabalham na terra, retiram seu sustento da terra, tem previsão de indenização de R\$ 600,00 (FAMÍLIAS..., 2016, informação verbal).

O que parece é que esses mesmos empresários obtiveram informações privilegiadas e se anteciparam na aquisição dessas terras por preços irrisórios, prevendo que, em um futuro próximo, haveria ali a implantação de grandes projetos industriais, mantendo, assim, o processo de especulação imobiliária. Conforme o advogado Rafael Silva, esses mesmos proprietários chegaram a receber valores milionários, um somatório que chegava a R\$ 15 milhões, pois o Governo do Estado já havia depositado os valores em juízo<sup>22</sup> e as pessoas poderiam retirar as suas parcelas correspondentes.

<sup>22</sup> Quando se deposita em juízo, as partes do processo podem de imediato sacar os valores.



Além de análise dos processos, as comunidades, junto à CDH da OAB, organizaram audiências públicas sediadas tanto nas comunidades quanto na sede de Bacabeira (Figura 46). No dia 24 de maio de 2016, foi realizada uma audiência pública na Igreja Católica localizada em Bacabeira, que contou com a presença de famílias de Jambuca e Batista, representantes do Governo do Estado e pescadores associados que trabalham em Campo de Perizes.

Figura 46 – Audiência pública em Bacabeira-MA, 2016



Fonte: OAB-MA (2016).

Os processos de resistências pelo existir resultaram na possibilidade de agregar parceiros que, juntos, pudessem unir força à luta e tentar conseguir meios de trazer o conflito para a arena pública. Além da aliança com a CDH da OAB-MA, agregaram-se mais duas entidades, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA) e a Comissão Pastoral da Terra (CTP). Essas entidades, junto às comunidades de Jambuca e Batista, foram as responsáveis por grande parte das mobilizações sociais. Na sede da AMOCAMPE, aconteciam também audiências e reuniões internas entre eles (Figura 47).

Figura 47 – Audiência com a DPE-MA na sede da Associação de Moradores em Jambuca, Bacabeira-MA, 2016



Fonte: Imagem cedida pela AMOCAMPE (2020).

A CDH da OAB-MA e as comunidades conseguiram articular, junto à DPE-MA (Núcleo de Moradia) e à CPT, audiências públicas para discutir o processo de desapropriação com a sociedade civil e entes representativos do Estado, ou seja, procuram a via de garantir a visibilidade do conflito e deixar a sociedade civil a par de tudo o que vinha acontecendo. Além disso, organizaram atos de manifestação na BR-135, onde paralisaram o trânsito e chamavam a atenção com cartazes.

As reuniões contavam sempre com a presença do Capitão Lucas, um bombeiro e convidado aceito pelas comunidades. O capitão Lucas era uma figura política, candidato a vereador, representava a possibilidade efetiva da oposição política a ganhar as eleições municipais em Bacabeira. Eleito, e o trato de apadrinhamento levou à contratação de algumas lideranças da Associação de Moradores de Campo de Perizes nos quadros dos funcionários municipais. (LAZZARIN, representante da CPT, informação verbal)<sup>23</sup>.

O Capitão Lucas, então vereador municipal de Bacabeira, é reconhecido dentro das comunidades como uma aliança importante no contexto da luta pelo território, em 2016, cuja ajuda na articulação, além de mediar a chegada de água e energia elétrica para os moradores,

<sup>23</sup> LAZZARIN, Flávio. **Anotações sobre o conflito de Jambuca**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. São Luís, 10 fev. 2021.

foi indispensável. Todavia, após eleito, a moradora A.M.P.S (2021) endossa “atualmente temos pouquíssimo contato, depois que entrou para política muitos se perdem né?”.

A DPE-MA, juntamente à OAB e à CPT, conseguiu mobilizar os moradores e a imprensa (TV Brasil e TV Guará)<sup>24</sup> para dar ainda mais visibilidade ao conflito e pressionar as autoridades. Nesse contexto, vários moradores puderam dar o seu depoimento sobre como estavam enfrentando a situação e o que vinha ocorrendo, de fato, com eles, expondo a situação de suas vidas antes da ação de desapropriação. Alguns relatos das entrevistas concedidas à TV Brasil destacam-se:

[...] R\$ 800,00 que veio, a gente foi até surpreendido porque chegaram com um papel em branco, a gente assinou e a moça que tava com esse papel e disse pra nós acompanhar ela até na viatura quando chegou lá tinha outro documento com o valor das casas, então a gente não quer sair daqui não. (D. S., morador da comunidade de Jambuca, entrevista concedida à TV Brasil em 2016).

Até esse episódio, nunca houve qualquer situação anterior que questionassem a retirada deles de Jambuca e Batista. Sobre essa situação, o morador Felix P. da Silva comenta:

Processo rapaz, nunca briguei com ninguém aqui, nunca tive inimigo aqui, como é que é isso? Agora você vai me explicar bem direitinho aí, quem é esse quixoso? Que tá me chamando pra Juiza assinar e tão me chamando sem uma audiência, uma coisa. Vocês me espantaram rapaz, vocês são doido, minha sossegada aqui, mexendo com nada de ninguém. (FELIX, morador da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em dezembro/2021).

Os moradores não desejavam sair de seus locais de moradia e de vida, pois, além da moradia, tinham (tem) no lugar todos os meios de provisionamento que necessitam, ainda que existam dificuldades, mas nada se compara a dificuldade de adaptação à lógica da cidade.

Os moradores não querem sair daqui se for o caso que o governo vier acertar para sair, eles querem que arranje um local pra botar eles, né, botar os bicho, o pescador que é onde o pescador pesca, os criadores, todos nós para trabalhar, porque nós tem essa vida longa em campo, eu nasci e me criei em campo. (J.A.P.S., entrevista concedida à TV Brasil em 2016).

A CPT, nesse meio tempo, também realizava formação e discussão com os moradores acerca dos desdobramentos do DIBAC II e dos impasses para o território, tendo a participação

---

<sup>24</sup> FAMÍLIAS do Campo de Perizes tentam reverter ordem de despejo. São Luís: TV Brasil, 2016. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Isaías Rocha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0L9OWP0rEic&t=1s>. Acesso em: 15 mar. 2021.

de alguns membros das comunidades em protestos contra o governo, audiências em conjunto com outras comunidades em conflito e presença em alguns eventos (LAZZARIN, 2021)<sup>25</sup>.

Ainda nessas reuniões e audiências realizadas no ano de 2016, a CDH da OAB-MA solicitou uma Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pela DPE-MA, em que exigia do Estado um Plano de Reassentamento dos moradores, com participação popular na elaboração, bem como a reavaliação das indenizações, visto que se tratava de valores ultrajantes para os posseiros. Com isso, o objeto do requerimento passa a ser:

- a) A **concessão de liminar** para suspender a desocupação, pelo ESTADO DO MARANHÃO, das áreas ocupadas pelas famílias substituídas, enquanto não assegurado, pelo executivo estadual, o pagamento de auxílio financeiro, para cada família, inclusive para aquelas ainda não cadastradas, no valor equivalente um salário mínimo e meio para custeio de despesas de moradia (aluguel) e outro salário mínimo e meio para subsistência (acesso à nova área produtiva, compensação pelo impedimento de pescar, etc.), até o trânsito em julgado da sentença;
- b) A citação do **ESTADO DO MARANHÃO**, através de oficial de justiça, para contestar a presente ação;
- c) Que seja, ao final, condenado o ESTADO DO MARANHÃO a, no prazo estabelecido na sentença, a elaborar, com a participação da população afetada, e implementar **Plano de Reassentamento**, que garanta às famílias substituídas condições de vida e acesso a bens e serviços, no mínimo equivalentes aos atualmente disponíveis, assim como a manutenção de suas relações socioculturais;
- d) A intimação do Ministério Público Estadual (Lei 7.347/85, art. 5º, §1º); e
- e) A produção de prova documental, pericial e testemunhal, que se mostrarem necessárias. (MARANHÃO, 2016, p. 1, grifo nosso).

Segundo Lazzarin (2021), representante da CPT, a assessoria jurídica funcionou no sentido de interromper o projeto de despejo frente a uma situação de urgência. Até os dias atuais, ainda não houve a realização das condicionantes requeridas na ACP, principalmente referente ao reassentamento dos moradores para outro lugar “adequado”. Toda essa situação gerou motivações diferentes na disputa pela terra.

Na época, alguns moradores avaliam a possibilidade de serem reassentados, mas para um local que julgassem adequado e que suprisse as suas necessidades cotidianas; outros moradores preferiram se manter no território, lutar pela manutenção dos seus modos de vida, pela preservação de sua moradia, resultado de anos de esforço, e resistir pela sua reprodução social.

A siderurgia chinesa não se efetivou; contudo, as ameaças ao território e à vida das famílias dessas comunidades continuaram. É como diz a moradora A.M.S.: “a gente não pode parar de lutar, porque as empresas, elas não param”, e foi assim que, desde 2016, a empresa

---

<sup>25</sup> LAZZARIN, Flávio. **Anotações sobre o conflito de Jambuca**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. São Luís, 10 fev. 2021.

EDP Energias do Brasil começou os primeiros contatos com as comunidades, que desencadeou em mais uma luta:

Nós tivemos uma grande luta também com essa EDP que é essa empresa do linhão que tá passando agora. Eles vieram em 2016 fazer umas pesquisas e em 2017 eles vieram com uma proposta que não deu certo, voltaram, então agora eles vieram de novo e a gente fica assim preso, porque uma andorinha só não faz verão e a gente quer muito que as comunidades, que se chegar lá vamos nos reunir porque se uma comunidade lá na frente não aceitar e as daqui não aceitar eles não podem passar, mas quando uma comunidade aceita aí eles vêm com o trator. (A.M.P.S., moradora da comunidade de Jambuca, entrevista concedida em abril/2021).

A proposta falida da EDP que a liderança comunitária se refere envolve o dia em que representantes da empresa foram às comunidades no intuito de fazer um levantamento de informações a respeito de Jambuca e Batista, não se identificando como a empresa, mas sim enquanto Ministério Público, disseram que estavam no local para realizar um estudo para saber o que a Vale S/A poderia fazer em benefício dos moradores. Mais uma vez, mentiras e falsas promessas para as comunidades.

A líder comunitária relembra que percebeu de imediato que havia algo errado, uma vez que todo mês tinha contato com a Vale, através de reuniões mensais, e até então não tinha conhecimento de nada a respeito de intenções da empresa para com as comunidades. Segundo ela, tais pessoas faziam uso de termos técnicos que dificultavam o diálogo com os moradores: “as vezes eles pensam que a gente não conhecia nada, mas ainda bem que quando eles chegaram (EDP empreendimentos) a gente tava bem orientado, não foi assinando documento nenhum, não fomos de acordo, porque quando eles chegam, eles chegam com uma lábia”.

Diante disso, não houve nenhuma troca ou acerto entre eles; assim, retiraram-se do território das comunidades. Em 2020, esses mesmos representantes da empresa EDP fizeram “uma armadilha” para adentrar o território, comunicaram que já tinham a licença ambiental concedida pela SEMA e pelo IBAMA, bem como o Relatório de Impacto Ambiental. Ao terem conhecimento do relatório, perceberam que as comunidades Jambuca e Batista não estavam identificadas, ou seja, não existiam, a área do Campo de Perizes era apenas um grande vazio demográfico.

Insatisfeitos com o que viram, os moradores organizados exigiram ser identificados no Relatório de Impacto Ambiental, reconhecendo suas existências e comprovando os impactos que sofreriam caso a LT fosse implantada. Os representantes da empresa alegavam que o projeto não causaria impacto algum no território, enquanto em oposição, J.S, moradora da

comunidade Jambuca, graduada em Ciências Biológicas resistia em afirmar as diversas formas de impacto que sua comunidade sofreria.

Os moradores relembram que as áreas de onde eram coletados caranguejos foram aterradas e houve um desaparecimento drástico das espécies nessas regiões próximas às torres, visto que foi necessário aterrar todo o trajeto por onde a linha passaria. De acordo com o relatório de estudo de Campo de Perizes solicitado pela EDP em 2020, consta que, através do EIA elaborado para a nova LT, uma série de impactos foram avaliados sobre o meio biofísico do campo, afetando conseqüentemente a vida dos moradores, tais como: impactos em águas superficiais, no solo, na qualidade do ar, na vegetação, na fauna e em atividades econômicas, além de serviços públicos, tanto no processo de instalação da LT quanto na sua operação.

Nesse aspecto, uma das principais alterações decorrentes de uma LT é que são impostas restrições ao uso do território na faixa destinada à instalação para funcionamento e manutenção do sistema, o que se refere à faixa de domínio desse tipo de empreendimento. Isso implica diretamente a territorialização dessas comunidades rurais que já tinham uma relação e apropriação estabelecida com a terra.

Um outro fator a ser destacado foi a relocação de uma moradia que se encontrava na área de faixa de domínio da LT. A empresa EDP Energias do Brasil também indenizou as famílias de Jambuca com valores diferentes para a reforma das moradias locais. Esse ato, para os moradores, trata-se de uma forma de compensação dos impactos no processo de instalação das LTs.

Diante desses acontecimentos, as famílias que constituem essas duas comunidades se apresentam em posição de alerta e desconfiança com qualquer agente externo que tente aproximação com eles. É uma reação cautelosa frente a tantas promessas e discursos falaciosos voltados a eles. É, assim, uma forma de resistência também.

Na compreensão de Scott (2013), tanto as práticas cotidianas quanto os movimentos sociais são formas de resistência. A resistência dos camponeses pode ser caracterizada enquanto uma infrapolítica, ou seja, está atrelada a tudo aquilo que não é visível, que está intrínseco na organização do grupo no cotidiano. Trata-se, ainda, de uma luta discreta que, por vezes, parece ser passiva, mas não é, pois possui o potencial de revolta e de alcançar conquistas políticas, sobretudo pelo fato de ser organizada, compartilhada e articulada entre os integrantes de um grupo social em condições de subalternidade.

É, então, uma luta pela territorialidade, onde reagem de maneira antagônica aos projetos industriais desenvolvimentistas. Na perspectiva de Fabrini (2006), essa luta pode ser caracterizar como uma luta de escala local, ou seja, aquela não hegemônica por movimentos



sociais, localizada no território, sem alcance nacional ou internacional, onde ocorre na terra e pela terra, acionando distintos repertórios de enfrentamento, uma resistência que perpassa pela forma de viver, de se organizar, da reprodução do cotidiano, laços familiares e de vizinhança e ações coletivas localizadas, ensaiando um possível movimento social futuro, contribuindo para a autonomia e o fortalecimento político.

Além disso, organizam-se e articulam forças para enfrentarem diferentes níveis de impactos sobre eles, por exemplo, pela proteção dos territórios diante da grande e ameaçadora poluição ocasionada, sobretudo, pela Vale S/A (figura 48). Os moradores se autodenominam “guardiões” do território de Campo de Perizes, visto que sabem a importância para eles e para tantas outras famílias que utilizam o local para trabalho ou mesmo aprovisionamento. Por isso, é possível identificar que a luta perpassa também por temas ecológicos, ambientais e colocam em pauta demandas de serviços públicos para as comunidades.

Figura 48 – Moradores protestam contra a poluição de minério da empresa Vale



Fonte: Imagem cedida pela AMOCAMPE (2020).

Na imagem acima, podemos observar crianças em momentos de organização política em defesa da proteção de suas áreas de manguezais, principal fonte de alimento do cotidiano das famílias locais e de outras para além das comunidades, atingidas cotidianamente pelo minério de ferro que escorre dos vagões de trem da Vale e que penetram o solo, atingindo a biodiversidade local e, conseqüentemente, os seus alimentos. Atualmente, os moradores vêm



registrando e compilando fotos e vídeos desse crime ambiental e buscando meios de denunciar aos órgãos competentes os crimes ambientais praticados no território.

Além disso, procuram sempre se organizar enquanto Associação de Moradores para colocar em pauta as suas demandas de serviços públicos e políticas públicas para o benefício próprio das comunidades, tais como escola para idosos, creche, atendimento com agente de saúde, espaços de lazer, recreação e ponto comercial comunitário. Através das reuniões, conversam sobre problemas internos, sonhos e anseios para o futuro.

Para alguns dos moradores entrevistados em campo nas comunidades de Jambuca e Batista, morar em seu território é sinônimo de viver, quando o Sr. V.A.C afirma “morar aqui é viver” e que não há outro lugar que se compare ou que o supere e, ainda, “que não tem preço, não tem nada, não tem desafio nenhum” que os façam deixar a terra. Essas expressões e reflexões nos apresentam as percepções, a importância e o pertencimento do território para as famílias que ali habitam e r/existem cotidianamente.

De acordo com Castells (2018), independentemente das conquistas do movimento de resistência, sua própria existência já produz significados, para os atores sociais envolvidos nos conflitos e para toda a comunidade, valendo sobretudo para a memória coletiva do grupo.

Comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos. (CASTELLS, 2018, p. 114).

Importante pontuar e evidenciar a presença constante do Capital envolvendo a vida cotidiana dos moradores dessas comunidades, e a “cara social” da Vale S/A é um forte exemplo, através de suas “parcerias” mediante o PACT com diversas comunidades no Maranhão, incluindo Jambuca e Batista, a tentativa de minimizar os impactos causados pela Ferrovia Carajás com projetos, cursos, alguns benefícios. É também a forma como a empresa administra situações para que não se voltem contra ela, ou seja, a Vale S/A sabe que é melhor tê-los ao seu lado, colaborando, ao invés de tê-los em lados opostos, travando embates. Dialogando com essa reflexão, Menezes (2002, p. 35) endossa:

Primeiramente, há um discurso público que toma como base a auto-imagem [*sic*] das elites. Neste caso, as elites cumprem determinadas obrigações sociais para com seus subordinados, mantendo, assim, a face de protetora e generosa. Os subordinados, por sua vez, se orientam pela perspectiva dos dominantes e assim afirmam o status através do respeito e da submissão. Segundo a transcrição oculta, que se expressa em espaços seguros e distantes dos olhares intimidantes do poder.

A Vale S/A, enquanto posição de dominante, cria os seus discursos ocultos, e as comunidades também criam, situação que fica evidente frente às contestações, reclamações e consciência dos males e impactos ocasionados pela Ferrovia Carajás no território e na saúde dos moradores, mas, mesmo assim, permanecem em “parceria”, pois almejam sempre superar conquistas para ambas as comunidades mediante compensações da Vale. Para Menezes (2002), os trabalhadores rurais, em geral, se dirigem de forma respeitosa a grupos dominantes, políticos, agentes do estado, representantes de empresas, uma prática que evidencia a hierarquia e que utiliza esse espaço para expressar demandas individuais ou coletivas.

As representações de respeito, reverência e admiração são estratégias para convencer os grupos dominantes, bem como as práticas de submissão, expressões de fala e do corpo, são demonstrações do discurso público, buscando não apenas serem ouvidos, mas alcançar suas reivindicações (SCOTT, 2013).

O discurso público é, assim, um artifício usado tanto pelos dominantes quanto pelos subordinados para alcançarem as suas demandas. São discursos que camuflam os verdadeiros objetivos ou mesmo pensamentos a respeito de algo. Nessa perspectiva, o discurso oculto atua também em ocultar e não permitir que os detentores de poder saibam o que os grupos sociais estão mobilizando, pensando, articulando em benefício próprio. Desse modo, nas lutas sociais acionadas por comunidades e povos tradicionais, essas resistências se manifestam de distintas formas, traduz-se em práticas, pensamentos e sentimentos característicos da reprodução social da vida, bem como no modo de viver e ver o mundo e as coisas.

Nas comunidades de Jambuca e Batista, o processo de construção da resistência se evidenciou diante da ameaça de expulsão, mas esse processo já se mostrava a partir das forças locais, uma espécie de “mutirão de resistência”, representado nas manifestações culturais, relações de parentescos, vizinhança, na socialização e solidariedade, costumes, ritos, na própria produção material das famílias que constituem seus territórios e, assim, contribuem para uma autonomia e valorização da importância de sua dimensão territorial e social, pois o território é o ponto de partida das lutas.

## 5 CONCLUSÕES

Esta dissertação propôs publicizar as lutas, estratégias de resistência e organização política das comunidades de Jambuca e Batista, em Campo de Perizes, Bacabeira, acreditando que pode contribuir para que outras comunidades empreendam as suas lutas, mobilizações e estratégias de resistências por seus territórios diante de problemas e ameaças do avanço do Capital, representado por megaprojetos de industriais e de infraestrutura de logística para beneficiar a sua circulação e acumulação cada vez mais.

Conforme analisamos até aqui, o Estado do Maranhão, a partir do pós-64, recebeu implementações de políticas desenvolvimentistas que combinaram industrialização e apoio investidor do Estado, o qual não é mediador nesse jogo de interesses, mas sim planejador e estimulador. Provocado por conjunto de ideias neoliberais e diante do quadro de globalização, uma nova ordem mundial com tendência de afirmação de seu domínio socioeconômico se instalou (OLIVEIRA, 2015).

Nesse contexto, Quijano (2002) endossa que houve uma mudança nas estruturas sociais e novas formas de colonialismos surgiram. O conhecimento eurocêntrico é palco de destaque e passa a ser dominador frente a outros saberes considerados, a partir de então, inferiores, bem como a ideia de raça como fundamento do padrão universal, ensejando também vários problemas socioambientais provenientes do racismo ambiental e da injustiça ambiental legitimados através de ações neoextravistas nos territórios.

Essas políticas, pautadas em estruturas mundiais, vão se desdobrar em disputas territoriais e sociais em áreas rurais no Estado do Maranhão. É que as empresas e as infraestruturas para atender à produção e ao seu escoamento precisavam, a todo tempo, de disponibilidade de terras. A terra é uma peça fundamental dentro da lógica de expansão do Capital. São várias as disputas que vão ocorrer no estado a partir de 1970, com a chegada dos megaempreendimentos, tais como Porto do Itaqui, Vale e Alumar, provocando expropriações de comunidades com reflexos na reprodução, identidade e modos de vida de comunidades tradicionais locais.

Esse processo estende-se até os dias atuais, visto que essas grandes empresas são facilitadoras da expansão do Capital, atraindo novos empreendimentos a todo tempo de acordo com a sua demanda e necessidade. O Porto do Itaqui, por exemplo, é o ponto de chegada de mercadorias e as distribui para os continentes próximos, trata-se de uma ferramenta importante na lógica de produção e circulação de *commodities*. Sabemos também que a circulação da produção exige diferentes impactos no meio biofísico de forma negativa, tais como exagerado

consumo de energia elétrica, água, solo etc., levando à geração de impactos socioambientais, conflitos envolvidos em um complexo embate entre grupos sociais distintos no modo de vida e na sua relação com a natureza (LITTLE, 2006).

Nesse sentido, se indagarmos “por onde passa o desenvolvimento do Brasil?”, com certeza passa pelo Maranhão e pelo município de Bacabeira, mas, sobretudo, passa por cima da produção de vida material e imaterial de diversas comunidades tradicionais, interferindo em suas relações, manifestações culturais, simbólicas e na própria relação com a natureza. Nesse processo de buscar se expandir geograficamente na conquista de novos mercados é que Bacabeira se torna atrativo para receber os projetos industriais, pois conta com uma rede de infraestrutura de logística (rodovia BR-135, duas ferrovias Carajás e Transnordestina) LTs de energia e dutos do Sistema Italuís, infraestruturas que levam em direção ao Porto do Itaqui.

Esses empreendimentos que cortam o município se localizam efetivamente no território de Campo de Perizes, área com espaços destinados a negócios conforme mapeamento da Prefeitura de 2005, base cartográfica do Plano Diretor vigente de 2007. Um local de campos alagáveis e margeado por mangue é, assim, fonte de recursos, trabalho e provisionamento de diversas famílias, tais como as comunidades ribeirinhas de Jambuca e Batista.

Uma situação de vida que, desde a instalação da Ferrovia Carajás, passou por dinâmicas de transformações em seus modos de reprodução das famílias, seguido da duplicação da mesma ferrovia, da rodovia BR-135, instalação dos dutos sistema Italuís, chegando a 2015 quando ameaçados de expulsão para dar lugar a uma siderurgia chinesa com o apoio do Estado. Essa situação de ameaça se renovou com a instalação, em 2020, de torres de LT de energia atravessando e impactando os territórios das comunidades de Jambuca e Batista e de tantas outras por onde o empreendimento passa.

Com base nos tipos de violências contidos no *Relatório da violência contra povos indígenas no Brasil* de 2021, podemos identificar algumas formas de violências sofridas pelas comunidades de Jambuca e Batista. Em relação a categoria “Violência Contra a Pessoa”, identificamos abuso de poder praticado por representantes do Governo do Estado e da empresa EDP Energias do Brasil, quando se utilizavam de seus cargos para mentir, vislumbrar com promessas os moradores das comunidades durante o processo de desapropriação e também da instalação das LTs.

Identifica-se também racismo e discriminação étnico-cultural, onde os empreendimentos instalados no território de Campo de Perizes impactam cotidianamente a vida dos moradores e desde o processo de instalação, não levam em consideração a própria existência destas duas comunidades. Em relação a “Violência Contra o Patrimônio”, identifica-

se os conflitos relativos a direitos territoriais e também todo o processo de desapropriação que ocorreu de forma totalmente ilegal, sem consulta prévia às comunidades e a própria implantação das LTs antes mesmo das licenças ambientais, impactando nos recursos naturais do território. Sobre a “Violência por Omissão do Poder Público” destaca-se a própria desassistência geral durante o processo de desapropriação unilateral, beneficiando proprietários com milhões e valores ultrajantes aos moradores de Jambuca e Batista, sem perspectiva de participação nas decisões sobre o local de moradia e muito menos nas tomadas de decisões caso o processo se cumprisse.

O enfrentamento das famílias rurais de Jambuca e Batista diante das adversidades ocasionadas por esses empreendimentos se apresentam de forma direta e indireta. Direta porque houve ações de resistência que os levaram a fazer alianças com entidades (CPT, CDH da OAB-MA e DPE-MA), organização de audiências públicas, reuniões, manifestações na BR-135, com cartazes, enfrentamento direto com representantes da empresa EDP, a exemplo, os expulsando das comunidades, exigência de novo Relatório de Impacto Ambiental etc. Indireta porque as suas estratégias de resistência perpassam por sua própria reprodução da vida e pelo próprio ato de se autodefinirem enquanto comunidade tradicional, desdobrando-se em resistir para existir.

A pesquisa de campo permitiu conhecer que a luta pelo território é o ponto de partida, uma vez que, defendendo o território, defenderão todas as pessoas que nele vivem e consequentemente defenderão os modos de vida. Percebemos que a própria dinâmica da luta está na organização interna das comunidades, que até então não se apresentava nas denúncias veiculadas por reportagens de TV ou mesmo nas informações verbais colhidas de parceiros externos às comunidades que se engajaram na luta pelo território em 2016. É assim que as resistências e as articulações se dão a partir da busca por múltiplas formas por meio de uma militância interna que envolve e compromete todos os moradores na defesa de suas territorialidades.

Mesmo em condições desfavoráveis na correlação de forças, as ações de resistência acontecem de múltiplas formas e escalas e têm surtido efeitos até os dias atuais. São repertórios que envolvem a organização interna dos moradores, alianças com outros grupos sociais que enfrentam situações semelhantes, parcerias com instituições jurídicas e civis, manifestações públicas em rodovia, articulação de demandas em busca de seus direitos básicos e o próprio modo de produção da vida cotidiana, apoiada nas relações de vizinhança, família, compadrio e culturais com a terra e a natureza. São famílias que vêm encontrando, no ato de re/existir, visibilização para além da ideologia dos vazios demográficos.

Jambuca e Batista são mais de 40 anos de resistência no território de Campo de Perizes, que deixa de ser apenas em aparência um trajeto de saída e entrada para a capital São Luís, bem como o lugar onde se tem a rodovia BR-135 e Estradas de Ferro ou mesmo apenas vegetações. É, em sua essência, fonte de provisão de diversas famílias que possuem relação com natureza como extensão da moradia, voltada para a satisfação a vida, e não como mercadoria. As famílias locais se consideram guardiãs dos Campos; por isso, partem do entendimento de que é um território de todos e que deve ser cuidado, preservado e não comercializado, o que explica o porquê de eles não venderem lotes para pessoas externas, mas cedem para moradores e familiares internos as comunidades. A propriedade aqui se dá no uso, não em uma documentação.

A dinâmica de organização espacial e social dos núcleos familiares é sempre próxima uns dos outros, bem como troca de bens e serviços com parentes e vizinhos que constituem recursos básicos para enfrentar a escassez de algo no cotidiano. A pesca é a base fundamental dessas famílias, principalmente com uma grande representatividade de mulheres pescadoras e chefes de família, uma realidade que se reflete, ainda, na liderança feminina nos processos de resistências das comunidades. São alguns exemplos de representações de quando a luta se transforma também no modo de vida.

Durante a pesquisa, confirmamos que existem algumas contradições em torno da relação empresas-comunidades, esta situação que fica também como um alerta a outras comunidades que são atravessadas pela empresa. A Vale S/A, por exemplo, mantém relação direta com as comunidades de Jambuca e Batista por meio do programa PACT, voltado para trabalhar em “parcerias” com comunidades que são impactadas pela Ferrovia Carajás, estando sempre presente dentro desses territórios. Essa relação se apresenta enquanto dominação por parte da empresa que tenta a todo modo “limpar” a sua imagem, compensar suas ações, com discurso ecológico (de desenvolvimento sustentável, boa utilização dos recursos, manejo sustentável dos recursos naturais) mas que, na verdade, continua tratando coletividades humanas, o ambiente e a cultura como submissas e acabam fragilizando a autonomia e a luta dos grupos sociais, os quais se encontram em uma relação assimétrica e dependência das empresas para angariar recursos e desenvolver projetos dentro das comunidades.

Ainda que inseridas em um processo indefinido, visto que as comunidades estão localizadas agora na área pertencente ao DIBAC II e com a possibilidade da efetivação da implantação da ZPE, Jambuca e Batista continuam na luta, buscando mecanismos para a sua permanência no local e garantia do modo de vida tradicional dessas comunidades. Porém, isso dependerá da unidade e engajamento das famílias, pois o Capital, quando avança, cria diversos

mecanismos para desarticular e violentar territórios e corpos, processos que se aceleram com o apoio do próprio Estado, o qual, no imaginário das populações humanas sob essas situações, deveria “cuidar” das pessoas.

No entanto, como mostra este estudo, as comunidades de Jambuca e Batista seguem se impondo enquanto sujeitos políticos, de direitos e que exigem o reconhecimento de suas territorialidades, mostrando que os desafios que enfrentam no cotidiano os tornam mais fortes e comprometidos com os seus, como diz a moradora A.M.P.S (2021): “uma andorinha só não faz verão” e J.S (2021) complementa: “observamos que o conhecimento liberta, começamos a caminhar com nossas próprias pernas, a buscar conhecimento, buscar o que a gente tem direito”.



## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49-60, 2002.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização de movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.
- ARAÚJO, Raimundo Alves de. A fabricação do Ceará e dos cearenses no transcorrer do século XIX. In: SILVEIRA, Edvanir Maia da (org.). **Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará**. Sobral: Edições UVA; Sertão Cult, 2017. 4 v. p. 75-124.
- ARCANGELI, Saulo Costa. **A questão do desenvolvimento industrial na área Itaqui-Bacanga**: as formas de enfrentamento da comunidade do Cajueiro frente à perspectiva de instalação de um porto privado, a partir de 2014. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.
- ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro**: a luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sundermann, 2020.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Trad. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BACABEIRA. **Lei Orgânica Municipal, de 20 de setembro de 1997**. Promulga a Lei Orgânica do Município de Bacabeira. Bacabeira: Mesa Constituinte, 1997.
- BACABEIRA. **Relatório diagnóstico do município de Bacabeira**. Bacabeira: Prefeitura Municipal, 2003.
- BACABEIRA. **Base cartográfica**. Bacabeira: Prefeitura Municipal, 2005.
- BACABEIRA. **Lei Complementar nº 205, de 14 junho de 2007**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico do Município de Bacabeira/MA e estabelece diretrizes e normas para o ordenamento físico-territorial e urbano, o uso, a ocupação e o parcelamento do solo. Bacabeira: Prefeitura Municipal, 2007.
- BACABEIRA. **Relatório de avaliação ambiental estratégica**. Bacabeira: Consultoria Ambiental Ltda., 2007.
- BALATA, Raimunda Alves. **Caracterização da criação de abelhas africanizadas (*Apis mellifera L.*) em um ecossistema de mangue – Campo de Perizes-MA**. 2008. 69 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

BARBOSA, Zulene Muniz *et al.* O global e o regional: grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2011.

BORGES, Raimundo. Roberto Rocha: “China comunista parece ser bem mais sensata que a China capitalista do Maranhão”. **O Imparcial**, São Luís, 10 out. 2020. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/politica/2020/10/roberto-rocha-china-comunista-parece-ser-bem-mais-sensata-que-a-china-capitalista-do-maranhao/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. 2004. 200 f. Tese (Livre-docência em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 28 dez. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (1. Turma). **Recurso Especial nº 769.731 PR 2005/0124045-0**. Administrativo - Desapropriação cumulada com servidão administrativa - Utilidade pública - Construção da usina hidrelétrica de Taquaraçu - Posse - Indenização - Desnecessidade de provar a propriedade [...]. Relator: Min. Luiz Fux, 8 de maio de 2007b. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/18495>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (3. Turma). **Apelação Cível nº 340937 RN 2002.84.00.008589-2**. Administrativo. Ação ordinária de indenização. Desapropriação indireta. Posse. Direito à indenização. Honorários advocatícios. Base de cálculo. Aplicação do art. 27, parágrafo 1º, II, do Decreto-Lei nº 3365/41. Redução. Relator: Des. Ridalvo Costa, 15 de agosto de 2007c. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-5/266880/inteiro-teor-14893536>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria-Geral de Controle Externo. Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias. **Relatório de Fiscalização – Sintético nº 044.192/2012-6**. Fiscalização das obras de adequação de capacidade e restauração da BR-135/MA. Brasília, DF: TCU, 2012.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Histórico da antiga RFFSA**. Brasília, DF: MI, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/aceso-a-informacao/conteudo-rffsa/historico-da-antiga-rffsa>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2029**. Brasília, DF: MME/EPE, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.184, de 14 de julho de 2021**. Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Brasília, DF: Congresso Nacional, 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114184.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114184.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Dados sobre portos**. Estatístico Aquaviário 2.1.4. Brasília, DF: ANTAQ, 2022a. Disponível em: [http://ea.antaq.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=painel%5Cantaq%20-%20anu%20C3%A1rio%202014%20-%20v0.9.3.qvw&bookmark=Server\BM01-97\\_040252287&host=QVS@graneleiro](http://ea.antaq.gov.br/QvAJAXZfc/opedoc.htm?document=painel%5Cantaq%20-%20anu%20C3%A1rio%202014%20-%20v0.9.3.qvw&bookmark=Server\BM01-97_040252287&host=QVS@graneleiro). Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Solicitar seguro defeso: pescador artesanal**. Brasília, DF: MTP, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-seguro-desemprego-do-pescador-artesanal>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BURNETT, Frederico Lago. **Arquitetura como resistência: autoprodução da moradia popular no Maranhão**. São Luís: EdUEMA, 2020.

BURNETT, Frederico Lago. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos das comunidades tradicionais do Cajueiro, São Luís, Maranhão**. São Luís: UEMA; Conselho Nacional de Direitos Humanos, 2021.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. *In: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA*, 10., 2014, Tupã, SP. **Anais [...]**. Tupã, SP: UNESP, 2014.

CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva *et al.* **Gargalos e demandas da infraestrutura ferroviária e os investimentos do PAC: mapeamento IPEA de obras ferroviárias**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

CARDOSO, Marcos; RODRIGUES, Jondison Cardoso; SOBREIRO FILHO, José. Territorialização portuária na Amazônia e suas implicações em “territórios tradicionais” no Baixo Tocantins – Abaetetuba – PA. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, Rio Claro, v. 20, n. 1, p. 215-237, 2022.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 2 v.

CAVAN. **A empresa**. São Paulo: Cavan Rocbra S/A, 2022. Disponível em: <https://www.cavan.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2022.

CHINA-BRAZIL BUSINESS COUNCIL. **Chinese investment in Brazil**. Rio de Janeiro: CBBC, 2016. Disponível em:

[https://www.cebc.org.br/sites/default/files/investimentoschinesesnobrasil2016\\_en.pdf](https://www.cebc.org.br/sites/default/files/investimentoschinesesnobrasil2016_en.pdf). Acesso: 15 dez. 2022.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTO, Renato Monseff. O Estado como Instituição: uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 9-28, 2001.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. **Quem somos**: Grupo CSN. São Paulo: CSN, 2022a. Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/ftl/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. **TLSA**: Grupo CSN. São Paulo: CSN, 2022b. Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/tlsa/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2021**. CIMI, 2021.

CUNHA, Adriene Rodrigues; MACEDO, Cátia Oliveira; ARAGÃO, Katarina Fagundes. Reprodução social camponesa em uma comunidade amazônica. **Revista Mutiru: Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, Recife, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2008.

EDP BRASIL. **EDP recebe licença ambiental para empreendimentos de transmissão no Maranhão**. São Paulo: EDP Brasil S/A, 2019. Disponível em: <https://brasil.edp.com/pt-br/noticias/2019/07/17/edp-recebe-licenca-ambiental-para-empreendimentos-de-transmissao-no-maranhao>. Acesso em: 15 jul. 2022.

EDP BRASIL. **Caracterização socioambiental e avaliação de impacto na comunidade de Campo de Perizes, Bacabeira, Maranhão**. São Paulo: EDP Brasil S/A, 2020.

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA. **Porto do Itaqui: infraestrutura**. São Luís: EMAP, 2022. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.com/porto-do-itaqui/infraestrutura>. Acesso em: 15 maio 2022.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. 2. ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

ESTEVA, Gustavo. Development. *In*: SACHS, Wolfgang. **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. 2. ed. London: Zed Books, 1996. p. 6-25.

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FAMÍLIAS do Campo de Perizes tentam reverter ordem de despejo. São Luís: TV Brasil, 2016. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Isaías Rocha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0L9OWP0rEic&t=1s>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FELIPE, Sabrina. Negócios da China: como a grana da China desaloja pobres no Maranhão – com o aval de Flávio Dino. **The Intercept Brasil**, São Paulo, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/17/governo-flavio-dino-china-maranhao>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FS TOPOGRAFIA E GEODÉSIA. **Topografia, geodésia e licenciamento**. São Luís: FSTG, 2022. Disponível em: <https://fs-topografia-e-geodesia.negocio.site/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Verbetes bibliográfico de Epitácio Afonso Pereira**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/epitacio-afonso-pereira>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 237, p. 128-146, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, ano 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. *In*: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 127-162.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEBERLE, Henry. **Uma abordagem visual para análise comparativa de redes biomoleculares com apoio de diagramas de Venn**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

HENRIQUE MINDLIN ARQUITETURA. **Plano de Urbanização de Bacabeira/MA**. Rio de Janeiro: Henrique Mindlin Associados S/A, 1987. Disponível em: <https://www.hmaarquitetura.com/plano-de-urbanizacao-bacabeira>. Acesso em: 15 jun. 2022.

HOLANDA, F. **O processo de negociações entre o governo do estado do Maranhão e empresa chinesa em Bacabeira a partir de 2015**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. São Luís, 11 jun. 2021.

JORGE, Miécio de Miranda. **Álbum do Maranhão 1950**. São Luís: [s. n.], 1950.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. Empresa de energia destrói campos alagáveis e ameaça sobrevivência de povos tradicionais no Maranhão. São Luís, 15 dez. 2021. Instagram: @justicanostrilhos. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXg7e8cpj5z/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 221-236, 2018.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LAZZARIN, Flávio. **Anotações sobre o conflito de Jambuca**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. São Luís, 10 fev. 2021.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2004.

LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LOSEKANN, Cristiana. “Não foi acidente!” O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. *In*: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil**. Marabá: iGuana; ABA, 2018. p. 65-110.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARANHÃO. **Decreto Estadual nº 31.412, de 17 de dezembro de 2015**. Cria o Distrito Industrial de Bacabeira e dá outras providências. São Luís: Governo do Estado, 2015a. Disponível em: <https://www3.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4064>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Maranhão. **Processo nº 397-93.2016.8.10.0115**. Ação de desapropriação com pedido de imissão na posse. Requerente: Estado do Maranhão. Requerido: Agronel Agronegócio Empreendimentos Industriais Ltda. e outros. Juíza: Karine Lopes de Castro, 11 fev. 2015b.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. **Ofício nº 908/2015**. São Luís: SEINC, 2015c.

MARANHÃO. Defensoria Pública do Estado. **Ação Civil Pública**. Processo nº 397-93.2016.8.10.0115. São Luís: DPE-MA, 2016.

MARANHÃO. Equipe do Governo visita terreno para instalação da zona de exportação do Maranhão. **Agência de Notícias**, São Luís, 2 jun. 2022a. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/equipe-do-governo-visita-terreno-para-instalacao-da-zona-de-exportacao-do-maranhao>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos. **Ofício nº 296/2022 – GAB/SEDEPE**. Referência: serviços topográficos – colaboração mútua. São Luís: SEDEPE, 2022b.

MARICATO, Erminia. O futuro da metrópole periférica global. *In*: LEMANN DIALOGUE, 2., 2012, Cambridge. **Anais [...]**. Cambridge: Harvard, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENESES, Maria Paula. Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 161-194, 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 32-44, 2002.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: Edufma, 2011.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 142-161, 2013.

MONTEIRO JÚNIOR, Francisco Hélio. **O dragão de Itatiaia: mineração e modos de contestação e de legitimação dos discursos do desenvolvimento**. 2017. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MUSSARA, Raissa Moreira Lima Mendes. **“Salve o Itapecuru”**: aspectos público e político da emergência de um território sob as exigências da ambientalização. 2016. 239 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

NEVES, Emanuella Pereira; CAETANO, Edson; SILVA, Marília de Almeida. A produção da vida material e imaterial em comunidades chiquitanas e quilombolas em Mato Grosso: uma nova/velha forma de existência. **Polis: Revista Latinoamericana**, Santiago, n. 40, p. 1-15, 2015.

NOGUEIRA, Priscilla. Discutindo a lógica da autoprodução de moradias. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 57-72, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228-244, 2015.

OLIVEIRA, Carolina; CYRINO, Silva. “Aos pescadores, a modernidade!” A criação das colônias de pesca e o processo de estigmatização de pescadores artesanais. *In*: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2., 2017, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/18388>. Acesso em: 10 jul. 2021.

OLIVEIRA, Maria Coleta. A família no limiar do ano 2000. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 55-63, 1996.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL NO MARANHÃO. **Audiência pública debaterá processo de desapropriação no Campo de Perizes**. São Luís: OAB-MA, 2016.



Disponível em: <https://www.oabma.org.br/agora/noticia/audiencia-publica-debatera-processo-de-desapropriacao-no-campo-de-perizes-23-05-2016>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL NO MARANHÃO. Comissão de Direitos Humanos. **Memórias do conflito em Jambuca e Batista, Bacabeira-MA**. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. São Luís, 17 fev. 2021.

PEDRO, Viviane Vazzi. Quem não pode com formiga não assanha o cajueiro: judicialização e estratégias de confronto político na comunidade do Cajueiro, em São Luís – Maranhão. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 40., 2016, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2016.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; COSTA, Frederico Alves. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, ano 26, n. 3, p. 685-716, 2011.

PRORROGADO prazo de conclusão das obras no Sistema Italuís. **G1 MA**, São Luís, 10 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/10/prorrogado-prazo-de-conclusao-das-obras-no-sistema-italuis.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novo Rumos**, Marília, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REGINATO, Gisele Dotto; POZZA, Débora Flores Dalla. O discurso da responsabilidade social e da sustentabilidade na comunicação organizacional da Vale. **Organicom**, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 138-150, 2013.

ROCHA, Isaías. Festival do Caranguejo movimentava economia e coloca Bacabeira na rota do turismo gastronômico. *In: ROCHA, Isaías. Blog Isaías Rocha*. São Luís, 9 nov. 2015. Disponível em: <https://isaiasrocha.com.br/noticias/festival-do-caranguejo-movimentava-economia-e-coloca-bacabeira-na-rota-do-turismo-gastronomico/>. Acesso em: 15 maio 2022.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. **O Estado a contrapelo**: lógica, estratégias e efeitos de complexos portuários no oeste do Pará. 2018. 361 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

ROMANELLI, Geraldo; BEZERRA, Neuzeli Maria de Almeida. Estratégias de sobrevivência em famílias de trabalhadores rurais. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 16, p. 77-87, 1999.

SANDOVAL, Marco Antônio Leite. **Breve histórico sobre a evolução do planejamento nacional de transportes**. Brasília, DF: MT/DNIT, 2012. Disponível em: <https://transportadormineiro.files.wordpress.com/2012/09/historico-do-planejamento-de-transportes.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Polo siderúrgico e consequências socioambientais. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais** [...]. Quito: ALASRU, 2006.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; SILVA, Sislene Costa da. Grandes projetos de desenvolvimento, conflito sócio-ambiental, Reserva Extrativista e o Povoado do Taim. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 40, n. 1, p. 31-42, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Carla Regina Assunção; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais no Maranhão. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 94-113, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra livre, 2013.

SENADOR Roberto Rocha garante que a Zona de Exportação do Maranhão está mais próxima de se tornar realidade. **O Progresso Net**, Imperatriz, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://oprogressonet.com/noticia/7386/senador-roberto-rocha-garante-que-a-zona-de-exportacao-do-maranhao-esta-mais-proxima-de-se-tornar-realidade>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (org.). **Campesinato e território em disputa**. Trad. Marta Inez Medeiros Marques e Clifford Andrew Welch. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. *et. al.* **Problema ambiental: naturezas e sujeitos em conflitos**. São Luís: EDUFMA, 2019.

SILVA, Karênina Fonsêca. **Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria *Premium I*: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira**. 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

SILVA, Karênina Fonsêca. **Organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra no Maranhão: entre a necessidade e a liberdade**. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SILVA, Anaclêta Pires da; SANTOS, Dayanne da. **Terra de encantados: a luta pela permanência no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA)**. São Paulo: Hucitec, 2020.

SMITH, Neil. Para uma teoria do desenvolvimento desigual I: a dialética da diferenciação e da equalização geográficas. *In*: SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988a. p. 149-189.

SMITH, Neil. Para uma teoria do desenvolvimento desigual II: a escala espacial e o vaivém do capital. *In*: SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b. p. 190-219.

SOUSA, Eliana Rodrigues de *et al.* Evolução espaço-temporal do uso e cobertura da terra em áreas propostas para a implantação de unidades de conservação no município de Bacabeira-MA. **Revista Espacios**, Caracas, v. 37, n. 12, p. 27, 2016. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n12/16371227.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

VALE. **Impacto às comunidades**: modelo de atuação social. Rio de Janeiro: Vale S/A, 2022. Disponível em: <http://www.vale.com/esg/pt/Paginas/ImpactoComunidades.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2022.

WANDERLEY, Luiz; COELHO, Tádzio Peters. **Quatro décadas do Projeto Grande Carajás**: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia. Brasília, DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, p. s25-s44, 2015. Supl. 1.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 119-150, 1981.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1990.

ZHOURI, Andrea; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Anablume, 2016.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Questionário socioeconômico aplicado em Jambuca e Batista

Local da entrevista:

Data:

### Perguntas sobre cada morador/casa

1. Nome do(a) entrevistado(a):
2. Nome do(a) chefe da família:
3. Idade:
4. Estado Civil: ( ) casado/a ( ) solteiro ( ) viúvo(a) ( ) vive junto
5. Grau de escolaridade:
6. É membro ou frequenta alguma igreja? Qual? Em quais dias?
7. Membros da família:

Nome	Idade	Sexo/ Gênero	Escolaridade	Trabalha na comunidade	Trabalha fora

8. Local de estudo e/ou trabalho:
9. Cidade onde nasceu:
10. Ocupação ou profissão:
11. Situação atual de ocupação [marcar mais de um se necessário]: ( ) empregado ( ) desempregado ( ) autônomo ( ) cuida da casa ( ) aposentado ( ) estuda
12. Como conseguiu esse trabalho?
13. Benefícios do governo [circular]: Bolsa Família | Bolsa Moradia | Bolsa Escola | Cesta básica | Prouni | FIES | Aposentadoria | Pensão | Seguro Defeso | Agroamigo | Outro: \_\_\_\_\_
14. Há quanto tempo reside na comunidade? ( ) menos de 10 anos ( ) mais de 20 anos ( ) mais de 30 anos ( ) mais de 40 anos
15. Seus bisavós e avós já moraram na comunidade? ( ) sim ( ) não
16. Se sim, há quanto tempo?
17. De onde vem a água que vocês bebem? ( ) poço artesiano ( ) sistema público de abastecimento ( ) carro pipa ( ) açude ( ) outro: \_\_\_\_\_
18. O que é feito com o lixo doméstico? ( ) queima ( ) enterra ( ) joga no mato ( ) outro: \_\_\_\_\_
19. Onde fazem as necessidades: ( ) banheiro com fossa ( ) sentina ( ) mato ( ) outro
20. Quantidade de cômodos da casa?
21. Material das paredes: ( ) alvenaria ( ) madeira ( ) palha ( ) taipa ( ) outro: \_\_\_\_\_
22. Cobertura: ( ) telha de barro ( ) telha de cimento ( ) palha ( ) outro: \_\_\_\_\_
23. Energia elétrica: ( ) sim ( ) não [situação (de onde/valor da conta)]
24. Bens de consumo duráveis no lar:

Item	Sim	Não
Filtro		
Geladeira		
Rádio		
TV		

Móveis de sala (sofá, estante, cadeiras)		
Aparelho de som		
Móveis do quarto (cama, guarda-roupa, cômoda)		
Máquina de costura		
Liquidificador		
Fogão a gás		
Parabólica		
Celular		
Motocicleta		
Carro		
Bicicleta		
Máquina de lavar		

25. Equipamento, ferramentas e utensílios de trabalho:

Item	Sim	Não
Motor		
Bicicleta		
Rede de pesca		
Casco		
Barco		
Facão		
Animal de tração		
Enxada		
Carrinho de mão		

### Como se viram no dia a dia

26. Vocês vivem de que? ( ) fonte externa (monetária/emprego ou benefício) ( ) comércio atrelado à terra/moradia ( ) produção: farinha | remédio caseiro | suquinho | cachaça | azeite | carvão | outro: \_\_\_\_\_

27. Culturas temporárias:

Cultivos	Individual/coletiva	Destino da produção	
		Consumo	Venda
Abóbora			
Feijão			
Mandioca			
Maxixe			
Alface			
Mamão			
Melancia			
Pimenta			
Acerola			
Tomate			
Quiabo			

28. Vende a produção para quem? ( ) direto para consumidor ( ) ao atravessador ( ) comercial local ( ) dono de armazém ( ) outro: \_\_\_\_\_

29. Qual produto é mais vendido? Qual deixa mais renda?

30. Onde fica localizada área de plantio?

31. De onde vem a semente utilizada no plantio?

32. Como é o calendário agrícola? [períodos]
33. Quais os principais problemas encontrados?
34. Cria ou possui animais? ( ) sim ( ) não. Quais? E onde?
35. Você pesca? ( ) sim ( ) não
36. Onde? Qual a distância? Como é o processo da pescaria? [individual ou coletiva]
37. Quais peixes mais costuma pescar?
38. Qual o destino do peixe? ( ) consumo ( ) venda ( ) direto para consumidor ( ) ao atravessador ( ) comercial local ( ) outro: \_\_\_\_\_
39. Quanto é a renda mensal da família com fontes de aposentadoria/programa do governo/emprego/diárias etc.  
R\$ \_\_\_\_\_  
Fontes: \_\_\_\_\_

### **O modo de vida/vizinhança**

40. Como é morar aqui?
41. Qual é o nome do local onde você vive?
42. Aonde vão quando ficam doentes? Fazer exames? Vacinar? Fazer partos e pré-natal?
43. Onde compram material de construção?
44. Onde compram mantimentos? E outros tipos de compras?
45. O que o pessoal daqui faz para se divertir? ( ) festa [igreja] ( ) culto ( ) jogo de bola ( ) festival do caranguejo ( ) seresta ( ) reggae ( ) outro: \_\_\_\_\_
46. Qual a melhor festa que tem por aqui? Como acontece?
47. Como vocês chegam aos lugares onde costumam ir? [meios de locomoção]
48. Vocês participam da Associação de Moradores? ( ) sim ( ) não [caso seja NÃO, por quê?]
49. O que vocês fazem com seus vizinhos? Realizam algo juntos? Com que frequência?

### **Relações de parcerias de fora das comunidades**

50. O que você acha dos pescadores/catadores de caranguejo/caçadores de fora aqui na comunidade?
51. Como você percebe a relação da prefeitura com a sua comunidade?
52. O que você acha dessas grandes empresas de fora vindo para Bacabeira/Campo de Perizes?
53. Você participa de algum projeto desenvolvido aqui na comunidade? Como acontece? Quando? Qual é o parceiro? O que esse projeto significa para você?

## **APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com então Secretário Extraordinário de Atração de Investimentos**

1. Em 2015, foi decretado que uma determinada área de Campo de Perizes seria o Distrito Industrial II de Bacabeira. Nesse mesmo ano, já havia rumores de conversas entre os chineses da CBSteel com o Governo do Estado a respeito de uma siderurgia e de uma cidade inteligente. As negociações começaram mesmo em 2015 ou anos antes?
2. Você participa desde o início das negociações ou já se havia dado início antes?
3. Qual o seu papel no processo de negociação com os chineses, em que período e em que etapas?
4. Quais os órgãos do Estado estão à frente das negociações? Algum órgão foi criado especificamente para isso? Havia cronograma de reuniões, medidas a tomar pelo governo, projeto por parte da China, reivindicações específicas?
5. O governo identifica algum ou alguns problemas mais difíceis de solucionar em relação aos negócios?
6. Saberria me informar como foram constituídas as relações com o Governo Federal e Municipal (Bacabeira)?
7. Houve algum estudo dessa área de Campo de Perizes para saber se, de fato, era viável para a implantação da siderurgia? Estudo do solo, algo relacionado às características biofísicas do local?
8. Além da siderurgia, havia outra proposta de projeto para aquela área na mesma época? (Pergunto isso por conta do Porto Mearim).
9. Os chineses vieram algumas vezes aqui e representantes do governo à China. Quais as finalidades das viagens que ocorrem à China? Quais os participantes do governo (Federal, Municipal, Estadual)?
10. Nos veículos de notícia, diz que o investimento desse projeto de implantação da siderurgia era de R\$ 8 bilhões e que seria aplicado em duas etapas. Saberria me dizer como estavam pensando a aplicação desse dinheiro, qual o destino...?
11. Em relação ao investimento, o Governo Federal também investiria algo para a implantação dessa siderurgia aqui no Maranhão?
12. Em 2017, segundo site da SEINC, no encontro entre Governo do Estado e chineses, foi assinado um contrato de elaboração do projeto. Esse projeto foi feito mesmo? Está disponível em algum lugar?
13. Foi realizado algum Estudo de Impacto Ambiental? Na mídia, a notícia veiculada era que, no segundo semestre de 2018, deveriam ter começado as obras de implantação e ser finalizadas em 2022. Por que não ocorreu? Qual o estágio atual desse projeto/atualizações?
14. Na sua opinião, por que os chineses têm um olhar tão direcionado para o Maranhão e por Bacabeira?
15. Os chineses instalaram escritório no Maranhão ou apenas em São Paulo?



### **APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com representante da SEMUPOR/Bacabeira**

1. Enquanto funcionário público no município de Bacabeira, em qual órgão ou secretaria você atuava em 2015? Do que se tratava? Quais as principais demandas?
2. Bacabeira é um município bastante estratégico para políticas de desenvolvimento do estado do Maranhão. Você consegue apontar os motivos desse atrativo para a região?
3. Saberá me informar qual o significado/a importância de Campo de Perizes para o município? Existe algum projeto ou perspectiva de projetos voltados para lá?
4. Você tem conhecimento a respeito de comunidades nas áreas dos campos? Se sim, em que contexto tomou conhecimento?
5. Existe algum projeto em andamento ou mesmo parado para o município de Bacabeira? Se sim, qual e para qual região? Você teve participação? Pode relatar a sua experiência?
6. Qual a sua percepção sobre as comunidades rurais existentes no município de Bacabeira?
7. Já ouviu falar sobre o Festival do Caranguejo? Se sim, como soube e o que soube?

## ANEXO A – Ofício para serviços topográficos da ZPE em Bacabeira-MA

Controle: 22.6387/2022

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Ofício nº 296/2022-GAB/SEDEPE

São Luís, 03 de novembro de 2022

Para o  
Excelentíssimo Senhor  
**APARÍCIO BANDEIRA FILHO**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
São Luís – MA

*Referência: Serviços topográficos – Colaboração mútua.*

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que esta Secretaria tem a seu encargo o planejamento e implantação da Zona de Processamento de Exportação de Bacabeira, que se localizará na área anteriormente destinada à implantação da Refinaria Premium I da Petrobras. Trata-se de uma área de 20.988.347,96 m<sup>2</sup>, no município de Bacabeira que, após a desistência pela Petrobrás, retornou ao domínio do Estado do Maranhão. Aquela empresa realizou obras de terraplenagem e drenagem na área, o que alterou de modo significativo o relevo que o terreno apresentava anteriormente a essa intervenção.

Considerando que urge elaborar o Plano Diretor da ZPE e providenciar a regularização da área junto aos Cartórios dos municípios de Bacabeira e Rosário (remembramento), bem como a elaboração do Plano Diretor da ZPE, torna-se será necessário realizar os serviços topográficos, conforme relaciono a seguir:

1. Topografia da MA-402 trecho compreendido entre o Km 0 e o Km 3 (locação das faixas de domínio, locação de postes, locação de pontes, etc.);
2. Conferência da poligonal da área da ZPE (coordenadas constantes do "Mandado de Imissão Provisória de Posse" expedido pela Juíza de Direito da Comarca de Rosário);
3. Levantamento planialtimétrico da área da ZPE (curvas de nível de 5m em 5m, locação de lagoas, portões de acesso, área terraplanada, locação do talude de contenção, canais de drenagem, poços artesianos e outras infraestruturas existentes).

Para tanto, conto com a colaboração de Vossa Excelência no sentido de determinar a realização dos referidos levantamentos pelas instâncias técnicas da SINFRA, considerando dispor essa Secretaria dos meios e condições necessários para realiza-los.

Certo de sua compreensão, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente,

JOSÉ REINALDO TAVARES

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Especiais

RECEBIDO EM 04/11/2022 Quarenta e Quatro (Mexiana), 35 – Quadra 18 – Calhau – São Luís – MA  
CEP 65071-752 Telefone +55 (98) 3210-8326

AS 15:51

*Prumal*  
GAB/SINFRA

